



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE
EXTENSÃO DE XAI-XAI

SwaGavumend/SwaMfumo:
Uma Reflexão sobre as Acepções que Distanciam o Cidadão do Estado

Arsénia Pedro Matsinhe
715220052

Xai-Xai, Novembro de 2024



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE
EXTENSÃO DE XAI-XAI

Curso de Mestrado em Ciência Política, Governação e Relações Internacionais

SwaGavumend/SwaMfumo:

Uma Reflexão sobre as Acepções que Distanciam o Cidadão do Estado

Dissertação a ser apresentado na Faculdade de Ciências Sociais e Políticas para efeitos de culminação do Curso de Mestrado e obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política, Governação e Relações Internacionais

Orientador: Doutor Arcénio Francisco Cuco

Arsénia Pedro Matsinhe
715220052

Xai-Xai, Novembro de 2024

ÍNDICE

DECLARAÇÃO	v
DEDICATÓRIA DE AUTORIA	vi
AGRADECIMENTOS	vii
LISTA DE ABREVIATURAS/ACRÓNIMOS/SIGLAS	viii
LISTA DE GRÁFICOS	ix
LISTA DE FIGURAS	x
Resumo	1
Abstract.....	2
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	3
1.1. Introdução	3
1.2. Problematização.....	5
1.3. Objectivos	8
1.4. Justificativa e Relevância Do Estudo.....	9
1.5. Delimitação	11
1.6. Estrutura da Dissertação.....	11
CAPÍTULO II REVISÃO BIBLIOGRÁFICA/MARCO TEÓRICO	14
2.1. Marco Teórico.....	14
2.2. Revisão da Bibliográfica.....	17
2.2.1. O Estado /Coisa Pública.....	18
2.2.2. Governo.....	23
2.2.3. <i>Ownership</i> e Sentimento de Pertença.....	24
2.2.4. O Distanciamento e o Descaso.....	28
2.2.5. <i>Swa Gavumend/ Swa Mfumo</i>	31
2.2.6. Desenvolvimento e Políticas Públicas	37
CAPÍTULO III. METODOLOGIA	42
3. Classificação da Pesquisa	44
3.1. Quanto ao Enfoque/ Abordagem.....	44
3.2. Quanto à Natureza.....	44
3.2.1. Delimitação e Caracterização do Caso de Estudo.....	45
3.3. Quanto aos Procedimentos Técnicos e aos Objectivos	46
3.4. Participantes e Amostra da Pesquisa.....	49
3.5. Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados.....	53
3.6. Técnicas de Análise De Dados.....	56
3.7. Limitação do Estudo	57

3.8. Aspectos Éticos.....	58
CAPÍTULO IV. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	62
4.1. Área De Estudo	62
4.2. Origens de <i>Swa Gavumend/Swa Mfumo</i>	64
4.3. Significados Associados a <i>Swa Gavumend/Swa Mfumo</i> na Linguagem Quotidiana.....	70
I. <i>Swa Gavumend/Swa Mfumo</i> – o que pertence ao Governo/Estado.....	78
II. <i>Swa Gavumend/Swa Mfumo</i> – Não Pertence a “Ninguém” sem “Dono”	79
III. <i>Swa Gavumend/Swa Mfumo</i> Como “Eu”.....	81
IV. <i>Swa Gavumend/Swa Mfumo</i> Como “Eles”	81
4.4. A Manifestação das Acepções <i>Swa Gavumend/Swa Mfumo</i>	82
4.5. <i>Swa Gavumend/Swa Mfumo</i> Vs Distanciamento e Descaso do Cidadão do Estado.....	87
4.6. <i>Swa Gavumend/ Swa Mfumo</i> : o Sacolejar do Sentimento de pertença ao Estado.....	92
4.7. <i>Swa Gavumend/Swa Mfumo</i> como Problema para o Estado e para o Cidadão.....	95
4.8. <i>Swa Gavumend/Swa Mfumo</i> , um Desafio às Políticas Públicas	102
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES.....	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112
APÊNDICES	118
Apêndice- A.....	119
Apêndice– B.....	120
Apêndice – C.....	121
Apêndice -D.....	122
Apêndice -E	123
ANEXOS.....	124

DECLARAÇÃO

Declaro que a presente Dissertação de conclusão de curso de Mestrado em Ciência Política, Governança e Relações Internacionais, é da minha inteira autoria, em hipótese alguma foi apresentada para quaisquer fins, a não ser para uma investigação própria, tal como ilustram as demonstrações dentro do trabalho, as referências bibliográficas que foram consultadas para a composição do presente trabalho de pesquisa.

A pesquisadora

Arsénia Pedro Matsinhe

Novembro de 2024

O Supervisor

Arcénio Francisco Cuco

Novembro de 2024

DEDICATÓRIA DE AUTORIA

A mim pela insistência...

A Yurik,
Hamlin e
Hypátia da Alexandria
*(meus filhos, que a ciência seja vossa
Panóplia)*

A Alcido M.G. Nhumaio *(por tudo)*

A tios, tias e sobrinhos;
A meus Irmãos (Ninga, Guina, Dito e
Ginno)

À memória de meus pais
Pedro V. M. Matsinhe e
Perpétua J. Mahuaie
*(que a lembrança de
vossos feitos nunca esvaeça em mim)*

e à Nasmita *(por ter tomado
conta dos meus enquanto eu corria
noite fora procurando o antídoto da
ignorância científica)*

AGRADECIMENTOS

Endereço minha gratidão ao meu supervisor, Prof. Doutor Arcénio Cuco, pelo interesse havido, depois da apresentação do ensaio “*Swa Gavumend*¹: O entrave do Desenvolvimento e Desafio às Políticas Públicas Moçambicanas”, por ter me incentivado a dissertar sobre o assunto, pela orientação, correções, sugestões que me deu e escuta atenta das minhas perplexidades e por que não pelas críticas também, pela forma irada com que escrevia;

Dirijo meu apreço: Ao Governo do Distrito de Xai-Xai; Ao Governo do Distrito de Chongoene; Ao Município da Cidade de Xai-Xai; Aos Serviços Provinciais das Alfândegas de Gaza, Ao Balcão de Atendimento Único de Gaza, IP; Aos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-Estruturas e Ao ARPAC, Instituto de Investigação Sócio-Cultural Delegação de Gaza, por terem aceite que suas instituições fossem locais de estudo e que seus cidadãos e funcionários participassem das entrevistas;

A todos os funcionários do Aparelho do Estado e do Privado e mais ainda a todos os cidadãos dos locais onde decorreu a pesquisa por terem aceite fazer parte e mormente pela sua rica contribuição na mesma;

Aos Professores do Mestrado pelo debate construtivo a bem da ciência e de forma particular aos professores das cadeiras de Ciências Políticas, Governação e Relações Internacionais, Desenvolvimento, Políticas Públicas e Finanças Locais e Estado, Instituições Políticas e Sociedade Civil em África respectivamente pelas suas correções e sugestões valiosas deixadas nos ensaios e artigos a si apresentados com tema *Swa Gavumend/ Swa Mfumo*² que deram *input* para esta jornada;

Aos colegas do curso e de serviço pela sorte de os ter como tais;

A todos, que directa e indirectamente contribuíram com debates que tornaram *Swa Gavumend/Swa Mfumo* um tema discutível cientificamente. O meu agradecimento é extensivo aos que propuseram a mudança de tema por *Swa Gavumend/Swa Mfumo* ser mais empírico, pois dessa crítica e desvalorização do tema, mais ideias e força de vontade surgiram.

A todos meu muito obrigado e promessa de os levar sempre comigo

¹ Governo

² Estado

LISTA DE ABREVIATURAS/ACRÓNIMOS/SIGLAS

UGEA – Unidade Gestora Executora das Aquisição

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

AK47/AKM–Automat Kalashnikova ou Automático Kalahnikov

P- Participante

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Universo dos Entrevistados.....	50
Gráfico 2- Número de participantes por área de estudo	51
Gráfico 3 - Amostra das Entrevistas	52
Gráfico 4 - Significados de <i>Swa Gavumend/Swa Mfumo</i>.....	70
Gráfico 5- Motivos do descaso e Distanciamento do Cidadão do Estado/Governo ..	87
Gráfico 6 - Problema das Acepções <i>Swa Gavumen/Swa Mfumo</i>	97

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa da Província de Gaza.....	62
Figura 2- Diferentes significados de <i>Swa Gavumend/Swa Mfumo</i>	77
Figura 3- Exemplo da Acção <i>Swa Gavumend/Swa Mfumo</i>	85

Mudar o mundo, amigo Sancho, não é loucura
nem utopia, mas sim justiça.

(Dom Quixote, Miguel de Cervantes)

Não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo histórico. Não quero dizer, porém, que, porque sou esperançoso atribuo à minha esperança o poder de transformar a realidade e, assim convencido, parto para o embate sem levar em consideração os dados concretos, materiais, afirmando que minha esperança basta. Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos de esperança crítica, como o peixe necessita da água despoluída. (Paulo Freire, 1921)

Resumo

Esta dissertação resulta da pesquisa cujo objectivo foi reflectir sobre as acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* como problema para o Estado. É um tema que aborda acepções que molestan o Estado despercebidamente e incitam o descrédito, questionando o *ownership*, o sentimento de pertença e a cidadania dos cidadãos. O resultado é fruto de uma pesquisa qualitativa e do estudo de caso através do trabalho de campo. Partindo da questão “de que forma as acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* constituem um problema para o Estado?”, foi possível colectar dados através de entrevistas e seu conteúdo analisado estabelecendo analogias das respostas sobre a percepção dos cidadãos da sua relação com o Estado. Desta reflexão depreendeu-se que o cidadão, embora reconhecendo o ideal para a convivência na sociedade e sua contribuição em impostos, não se revê como parte do Governo e do Estado. O distanciamento e o descaso são as formas por si encontradas para revelar sua indiferença, descontentamento e comportamento defeituoso para com a coisa pública e dela se apropriar recorrendo às acepções “*Swa Gavumend/Swa Mfumo*”. Alguns cidadãos, de forma premeditada não se importam com o Estado e outros simplesmente consideram-no “ninguém” pela sua abstracção, algo inexistente e se existe não está ali onde o cidadão está. Em todos os casos, os bens do Estado são gratuitos ou não têm dono, podendo se usar a belo prazer, não percebendo que sua atitude os distancia do Estado e degrada-o e mina relações entre si e o Estado, comunitárias e entre Estados.

Palavras-chave: Estado, *Swa Gavumend/Swa Mfumo*, Cidadania, Distanciamento, Sentimento de pertença

Abstract

This dissertation results from research whose objective was to reflect on the meanings of Swa Gavumend/Swa Mfumo as a problem for the State. It is a theme that addresses meanings that harass the State unnoticed and incite discredit, questioning citizens' ownership, sense of belonging and citizenship. The result coming from qualitative research and a case study through fieldwork. Starting from the question "in what way do the Swa Gavumend/Swa Mfumo meanings constitute a problem for the State?", it was possible to collect data through interviews and their content analysed, establishing analogies of the answers about the citizens' perception of their relationship with the State. From this reflection it was concluded that the citizen, although recognizing the ideal for coexistence in society and his contribution in taxes, does not see himself as part of the Government and the State. Distancing and neglect are the ways they found to reveal their indifference, discontent and defective behaviour towards public affairs and to appropriate it using the meanings "Swa Gavumend/Swa Mfumo". Some citizens, premeditatedly, do not care about the State and others simply consider it "nobody" due to its abstraction, something non-existent and if it exists it is not there where the citizen is. In all cases, State assets are free or have no owner, and can be used at pleasure, not realizing that their attitude distances them from the State and degrades it and undermines relations between themselves and the State, community and between States.

Keywords: State, Swa Gavumend/Swa Mfumo, Citizenship, Distancing, Sense of belonging

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO

1.1. Introdução

O texto é resultado duma pesquisa feita partindo da observação diária das atitudes dos cidadãos diante das actividades realizadas no país, na comunidade, no bairro, nomeadamente diante da coisa pública que chamou à atenção para uma reflexão antes sucinta e agora mais profunda. É comum observar o desperdício de recursos, grandes projectos a nível local e nacional desmoronando e reduzidos a nada; várias actividades sejam elas agrícolas, de construção civil, de distribuição de serviços públicos a serem defraudadas e enfraquecida a capacidade de empregabilidade do Estado e do Privado. Igualmente atitudes idênticas de funcionários são observadas dentro das Instituições públicas e privadas e comum ouvir, de forma simplória, os cidadãos no geral apoderarem-se de um bem, usando-o de forma desmedida, desperdiçada, despindo-se do sentimento de dono independentemente de ser ou não governante.

Observa-se também a falta de concentração nas tarefas que são atribuídas aos trabalhadores/funcionários, o uso descontrolado do material deixado ou não a seu dispor, não obstante em algumas vezes o Estado ser o orçador. O trabalhador está ciente de que o material a ser usado para a reposição do erro cometido não sairá dele. Além deste trabalhador sentir repugnância de seus actos, ouve-se dele as expressões de descaso *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. Estas expressões instigam o desmazelo e distanciamento entre ele e o responsável pelo bem extraviado. Do mesmo modo que quem tem o dever de gerir, proteger o Estado ou um bem também se distancia. Não poucas vezes, servidores públicos também se servem do Estado em benefício próprio ao invés de servi-lo. Lesam-no, negoceiam em nome do Estado e deliberadamente prejudicam-no. Estes, também imbuídos da mesma concepção “*Swa Gavumend/Swa Mfumo*”, imiscuem-se no mesmo barco, preterindo o dever a favor do distanciamento sacolejando suas responsabilidades.

Seja onde for, onde quer que os cidadãos estejam desenvolvendo uma actividade seja estatal ou não, sejam (governantes ou governados) carregam consigo este sentimento de desapego ao que não lhes pertence directamente. Afinal está ali por curto ou médio espaço de tempo e aquilo não lhe diz respeito. Há um comprometimento com boladas³, ninguém mais está preocupado com tipo de Moçambique que se pretende (Cuco, 2021).

A criação dos Estados visava a garantia da convivência entre seres humanos, uma das melhores formas encontradas para dirimir conflitos entre os mesmos. Com ela brotava a esperança

³ Termo usado na gíria que significa negociatas ilícitas com benefícios imediatos. Esta expressão tem vinda a fazer parte dos discursos nos últimos anos desde que o empreendedorismo ganhou espaço em detrimento do emprego. Nas instituições públicas também é frequente ser usado como parte nas Unidades Gestoras e Executoras das Aquisições (UGEA).

de convivência harmoniosa. Dentro desse desiderato de unir indivíduos, dificuldades não faltaram, podendo apontar-se dentre eles, a defesa de ganhos individuais-propriedades que para alguns não se viam despostos a abrir mão. A sociedade ficou coesa, Estados formados, firmados os pactos nacionais e internacionais e interesses comuns salvaguardados.

Todavia, há muito que os Estados perceberam a existência de focos de recuo, de indivíduos ambiciosos, cujo exercício de sua cidadania⁴ é questionado, e preterem o Estado e ou fazem dele o que lhes convier. Do mesmo modo que também os cidadãos se rebelam afirmando terem sido descartados, discriminados e afastados dos debates políticos e distribuição da renda.

A procura desenfreada de ganhar benefícios sem custos, o uso e abuso exacerbado do poder tem-se observado muito onde o bem comum para alguns já não constitui prioridade. Leis, normas, contractos, memorandos, convenções etc., não são observados ou são num *laissez-faire* deixando-se transparecer um problema grave qual seja a delapidação da coisa pública. Em alguns casos usa-se da força para apropriação de um bem comum. A invasão da propriedade alheia, o roubo, uso indevido da coisa pública e desvios de fundos, recebimento de benefícios em troca de serviços, etc., têm merecido a devida atenção por parte dos Estados. Alguns destes males têm outro nome - corrupção.

Debates a nível nacional e internacional continuam sendo feitos desde que a consciência da existência da corrupção foi tomada como um mal no mundo. Foram produzidos vários decretos/leis, assim como estudos sobre o tema. Os cidadãos foram e estão se consciencializando que praticar este tipo de ilícito é criminalizado. Em relação ao bem público a alínea g) do artigo 45 da Constituição da República de Moçambique chama à consciência dos seus cidadãos para “Defender e conservar o bem público e comunitário” (Constituição da República Moçambique, 2004).

Enquanto as atenções estão viradas para a corrupção, expressões como *Swa Gavumend* ou *Swa Mfumo* e suas acções vão se encubando ameaçando a protecção do bem público. Poucos se preocupam com este problema e a própria sociedade também está dando menos importância quando uma simples pronúncia “*Swa Gavumend/Swa Mfumo*” transmite tamanha ironia de descaso. São acepções cujo âmago se propõe a estudar por carregarem consigo uma mensagem muito poderosa na destruição da coisa pública. Entende-se que uma análise e discussão das noções e o coeficiente da percepção das acepções *Swa Gavumend*, *Swa Mfumo* são a forma encontrada de convidar a todos para juntos reflectir sobre o que isola/distancia os cidadãos do Estado quando o assunto é delapidar seu erário.

⁴ Cidadania é um dever de todo o cidadão responsável. Sua prática expressa um conjunto de direitos que dão ao cidadão/pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo colocando o bem comum em primeiro lugar e atuando sempre que possível para promovê-lo.

1.2. Problematização

Swa Gavumend/ Swa Mfumo já é um problema por si. Trata-se de um problema da incontinência Cidadão/Estado que mexe com o pacto de convivência mútua firmado através do Contracto social.

Após a criação do Estado através de um Contracto Social esperava-se a manutenção desse vínculo e o respeito mútuo entre o cidadão e Estado e vice-versa. De facto, em relação à finalidade do pacto, Aristóteles (sd) em seu trabalho sobre a política mostra a necessidade das regras de convivência entre o cidadão, Estado e do Governo justificando que:

(...) todo Estado é uma sociedade, a esperança de um bem, seu princípio, assim como de toda associação, pois todas as ações dos homens têm por fim aquilo que consideram um bem. Todas as sociedades, portanto, têm como meta alguma vantagem, e aquela que é a principal e contém em si todas as outras se propõe a maior vantagem possível. (p. 8)

Aristóteles deixa explícito que o Estado uma vez criado, fora também criada a esperança de um bem e os homens se propuseram a viverem em sociedade respeitando-se uns com os outros. Estes, perpetrando a boa convivência ansiavam o que lhes era vantajoso. Porém, por vários motivos os cidadãos vão apresentando sinais de descaso e de desrespeito com o vínculo ora firmado. Há uma tendência de rompimento quase que hipotético do contracto ora firmado provocando fissuras na relação entre os intervenientes.

As teorias que apostam no relacionamento são cidadão/Estado e Cidadão/Cidadão estão se mostrando desacreditadas pelas acepções cujo seu âmago é de desprezo e insatisfação, atitudes que minam a convivência saudável entre estes intervenientes. Uma batalha não anunciada entre estes intervenientes através das acepções em causa. Uma sensação de existência de um duelo cidadão/Estado cuja intenção e mensagem não são explícitas. As acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* foram desviadas do seu sentido primário e usadas para desprezar ou desrespeitar o que é de Estado ou Governo como entidades como também já são usadas quase de forma frequente no seio dos cidadãos entre si. Os diversos conceitos e definições já existentes assim como modelos teóricos não são taxativamente compatíveis com este problema que se levanta e sua repetição gera fragmentação.

No geral o tema evoca os conceitos *Swa Gavumend/Swa Mfumo* como um problema que não só ataca o Estado como também um problema que afecta os cidadãos entre si e na sua convivência societária. Uma ideia clara da sua supremacia e distanciamento mostrando o Estado sem poder diante delas.

Observadas estas atitudes conclui-se que estas acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* são o móbil do problema na sociedade. Isto é, o problema é mesmo com *Swa Gavumend/Swa Mfumo* que prenuncia o mal para a coisa pública. Este prenúncio não foi explorado. É um problema

complexo que envolve várias áreas do saber e vai mais além do simples tratamento da coisa pública. Aliás, este tema procura abrir seu caminho. Quando o erário público é delapidado, o cidadão fá-lo acompanhando sua ação com as expressões “*Swa Gavumend/Swa Mfumo*” que à partida o distancia do bem ou do dono desse bem, por este bem não lhe pertencer.

São acepções dadas numa língua diferente da portuguesa usada como língua nacional em Moçambique e têm passado despercebidas. *Swa Gavumend* ou *Swa Mfumo* são palavras cujo conceito/significado é ainda estranho em estudos embora se refiram ao Governo, ao Estado e à coisa pública. Elas são frequentemente usadas pelos cidadãos no seu quotidiano. Estas palavras, traduzidas literalmente significam o que é do Governo/Estado. Esta interpretação não é a única e não é a que realmente suscita reflexão. A interpretação que chama atenção é nomeadamente problemática. É, portanto, a que dá o sentido lato, *Swa Gavumend/Swa Mfumo* como algo “de ninguém”. A palavra ninguém é sobejamente conhecida assim como seu significado. Todavia, esse “ninguém” sendo Estado, não mereceu estudo tal como este.

Por isso, a reflexão é feita identificando, descrevendo e analisando o surgimento, desenvolvimento e as consequências do uso destas acepções para o Estado, isto porque o significado do que é Estado e o que é do Estado na língua vernácula, não têm o mesmo sentido dado nas línguas do grupo etnolinguístico Tsonga (*cishangana*⁵, *cironga*, *cicopi* e *citswa*). Para estas, o significado do Estado, coisa pública muda significativamente aglutinando uma pejora que deixa entender um distanciamento e ausência do sentimento de pertença. Receia-se que o problema seja gigante e se torne crônico e constituir entrave para o país.

Em relação a este problema, pouco conhecimento e informação foram sistematizados, mormente sobre estas acepções tal como são aqui tratadas. Nenhum estudo no contexto Moçambicano, trata destas acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* como problema a ser enfrentado. A nível externo também não foram encontrados estes estudos. Foram encontradas pesquisas ligadas ao tema, mas que se preocupam com conceitos como Estado, Coisa Pública, Bem Comum, Comprometimento, *Ownership* e Sentimento de Pertença como serão esclarecidos na revisão da literatura.

Por exemplo, “Comprometimento corresponde ao vínculo ou Estado psicológico associado à relação indivíduo/organização que ao mesmo tempo em que estimula o colaborador a desprender esforços à organização reduz a probabilidade desse a abandonar” (Camargo & Almeida cit. em Linzmeyer, 2007, p.244). Analisado este conceito e comparado a mais outras definições não deixa dúvidas de que o mesmo não responde ao pretendido e por isso não é profundamente desenvolvido no trabalho.

⁵ O “ci” lê-se xi/chi e copi = chope

O mesmo acontece com o *ownership* e o sentimento de pertença que mostram o sentimento de fazer parte de uma organização e se sentir dono da mesma. As suas conclusões embora girem em volta do mal que possa acometer a coisa pública, diferenciando-se apenas na abordagem e delimitação da mesma, não se encontra nelas estas acepções de distanciamento e descaso demonstrado pelo cidadão ao Estado ou a outro cidadão. Igualmente, muitos estudos sobre coisa pública e bem comum são escritos nas diversas áreas e nomeadamente na Administração Pública. Os mesmos não mencionam nenhuma ligação com as acepções.

Sobre o descaso e distanciamento seus estudos resvalam-se para o contrário no sentido que eles são o inverso ao que aqui se trata. É o Estado que se distancia do cidadão. É o Estado que faz descaso do cidadão. O Estado é tomado nestes estudos como o promotor de problemas contra o cidadão. Não se procura aqui de ilibar o Estado e nem se trata de trazer termos novos. Procura-se antes, porém, relacioná-los ao fenómeno da pesquisa, argumentar os termos aplicados pelos cidadãos em diferentes momentos da convivência como objectos de reflexão. De facto:

A problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem tampouco a criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política, etc.) (Foucault, 2010, p. 242).

Ainda que existam estudos já referidos, entende-se que as acepções *Swa Gavumed/Swa Mfumo* permanecem ignoradas como dilema. Enquanto diferentes actores da sociedade continuam preocupados com outros problemas como a corrupção, boladas, imbuídos na crença de que o povo não percebe nada, no entanto, o mesmo povo está avançando com sua própria bolada de *Swa Gavumen/Swa Mfumo*. O agravante é que tais outros problemas se encontram dentro das acepções em reflexão. Portanto, não se trata de Estudar o Estado, Governo ou Coisa pública em si, mas sim o significado a eles dado.

Assim como a corrupção, assim são as acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. A corrupção se manteve em casulo pendurado e menosprezado e cogitada sua morte iminente sem que a mariposa dentro dele se libertasse. Porém, ao invés do casulo (corrupção) morrer por si, o capitalismo e a globalização⁶ encubaram-na. A pequena e discriminada mariposa passou por longo processo de transformações, metamorfoses, cresceu e saiu do casulo algures e voando atingiu uma dimensão global. *Swa Gavumend/Swa Mfumo* são também um problema, elas são menosprezadas e desconsideradas.

⁶ É um processo complexo de integração económica, política, cultural e social que conecta diferentes partes do mundo, facilitando o fluxo de informações, bens, serviços, pessoas e ideias entre estas partes do mundo. Ela foi iniciada no período quinhentista com a descoberta do novo caminho rumo às especiarias, com as grandes navegações portuguesas que incitariam conquista do mundo. Vide a obra de referência de Paulo Roberto de Almeida – *Globalizando: Ensaio sobre a Globalização e a Antiglobalização*, Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2010.

Nos últimos anos tem se verificado cada vez mais um distanciamento, um recuo e descrédito dos moçambicanos em relação ao Estado. As pessoas não mais respeitam a propriedade do Estado quanto do outrem. A liberdade com que os cidadãos fazem uso das aceções ou simplesmente de actos que conduzem a elas demonstra uma afronta a propriedade alheia, a coisa pública e a justiça. Os cidadãos confundem os conceitos de liberdade e de cidadania. Não sentem vontade de participar da vida pública e demonstram descaso pelo Estado e suas instituições.

O sentido *Swa Gavumend/Swa Mfumo* gera consequências sentidas por todos. Os Estados a nível internacional também ressentem do poder delas. Estas aceções *Swa Gavumend/Swa Mfumo*, *swa mayene*⁷, *swa compony*⁸ estão ganhando relevo e por essa razão, este fenómeno transforma-se em problema porque o descaso e a indiferença que o cidadão demonstra ao Estado estão também ligados a ignorância de quem é “*Gavumend e Mfumo*”. Seja qual for o entendimento que se possa tirar, a realidade é que o distanciamento do cidadão e sua falta de comprometimento ou sentimento de pertença ao Estado são notórios e mexem com a política do país e o contracto pré-firmado. Por isso, como uma pergunta de partida para orientação da reflexão e análise, questiona-se de que forma as aceções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* constituem um problema para o Estado?”

1.3. Objectivos

Uma análise aprofundada, principalmente da relação entre cidadãos e o Estado, visa a compreender e produzir uma sintonia entre esses actores sociais. Para dar resposta à pergunta da pesquisa foram delineados os seguintes objectivos:

1.3.1. Geral

Reflectir sobre as aceções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* como um problema para o Estado.

1.3.2. Específicos

- a) Identificar a origem das aceções que distanciam os cidadãos do Estado;
- b) Analisar as aceções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* como causas do distanciamento do cidadão do Estado;
- c) Descrever as aceções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* como ausência do sentimento de pertença ao Estado.

⁷ Companhia

⁸ Companhia

1.4. Justificativa e Relevância Do Estudo

Temas reflexivos e analíticos têm chamado atenção a autora desta dissertação. Chamar algo ao debate aguça os sentidos e o conhecimento explorando vários entendimentos sobre o mesmo objecto em análise. O interesse pelo estudo das acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* dentro conceito Estado, é antigo. Pré-projectos de concurso a candidatura ao mestrado em algumas universidades foram desenhados com este tema em função do curso a que se pretendia.

Para a Universidade São Tomás de Moçambique, concorrendo para o curso de Ensino de História em 2020, o tema tinha o título *Swa Gavumend* apenas com intuito de fazer sua análise descritiva. O curso não arrancou. À Universidade Pedagógica de Maputo em 2021 o título do pré-projecto foi “A Acepção Ética da “Coisa Pública” na Governação e Gestão Pública: *Swa Govemend*” submetido para o curso de Ciências Políticas e Estudos Africanos. Também não arrancou naquele ano tendo iniciado em 2022 ano que a autora já se candidatara a Universidade Católica de Moçambique (UCM), extensão de Xai-Xai.

É uma oportunidade para que as acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo*, finalmente tenham espaço para uma análise académica. Foram, ao longo do período de aulas, escritos alguns ensaios sobre as acepções, colocadas iniciadas no debate científico em função da matéria que cada módulo tratava. Trata-se dos módulos de Ciência Política, Governação e Relações Internacionais; de Desenvolvimento, Políticas Públicas e Finanças Locais e Estado e de Instituições Políticas e Sociedade Civil em África.

Como era de se esperar, a iniciativa foi boa pois mostrou a flexibilidade do tema, sua pertinência científica e ajudou no seu firmamento. Foi também publicamente apresentado nas XI Jornadas Científicas (Pensar Moçambique Através Das Ciências Sociais e Políticas na Promoção do Desenvolvimento sustentável face às Mudanças climáticas) de 21 de Setembro de 2023, na UCM-Quelimane.

Entretanto, na altura o tema cingia-se apenas aos entraves, às consequências do uso das acepções em causa. Foi sofrendo várias transformações desde o seu ajustamento até à metodologia de forma a adequá-lo à realidade que se acha ser ideal, porque para além das consequências do seu uso, elas em si merecem uma reflexão acrescida por carregarem consigo uma forte alegoria que envolve a consciência humana levando também cidadãos com cargos importantes na sociedade se transformarem em *xiconhocas*⁹. É imprescindível apresentar a motivação da pesquisa, ou seja,

⁹ Xiconhoca deriva de dois nomes: Xico e Nhoca cujo o primeiro vem de Xico-Feio, um indivíduo que pertenceu à polícia política do Portugal colonial-Fascista, a PIDE-DGS. Nhoca significa cobra um animal muito traiçoeiro, representa todo o tipo de males à sociedade. Cf. Menezes “O fantasma do 'inimigo' na construção do projeto identitário em Moçambique” in “Da Descolonização ao Pós-colonialismo: Perspetivas pluridisciplinares” Universidade Porto. 2019

mostrar a sua importância e a razão pela qual este assunto merece atenção (Boaventura cit. em Santos & Souza, 2022, p.106).

Compreender os fenômenos *Swa Gavumend/Swa Mfumo* e seus componentes é importante para que se desenvolvam teorias e metodologias, levando em consideração o impacto da cooperação ou não dos cidadãos. Embora seja motivação pessoal, acredita-se que este trabalho se torna pertinente para, do mesmo jeito que criou na proponente o interesse, despertar atenção dos cidadãos sobre a gravidade do uso das acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* para o Estado e particularmente para si.

O tema foi escolhido precisamente por seus componentes serem problemáticos. Por eles mexerem com a questão da cidadania e desenvolvimento. Este problema afecta o carácter social, económico e político com abrangência nacional e internacional, visto que afecta a população moçambicana e não só. Acresce-se a escassez de estudos relacionados sobre as acepções. Isso tornou a pesquisa mais necessária para chamar à reflexão dos indivíduos. Por isso a dissertação é urgente para colmatar o défice de informação e de material de consulta.

É importante doravante que a pesquisa seja divulgada para dela colher as diferentes significações e a partir delas fazer-se mais reflexões que produzam conhecimento sobre o problema detectado. De facto, da pesquisa surgirão mais estudos e sugestões de resolução/minimização de seus efeitos. Considera-se importante e urgente também, discuti-las, levando em consideração a construção histórica do fenómeno.

A reflexão sobre o tema tem potencial por trazer questões que são pouco abordadas pelas ciências sociais em especial a Política e até mesmo pouco ou não elaboradas pela Administração Pública. Por isso, aqui será possível também contemplar os interesses de qualquer historiador, politólogo, sociólogo, internacionalista, economista, desenhador de políticas públicas, psicólogo, administrador público, analista e curioso que se comova e venha a pesquisar o assunto e produza mais material do género. Será satisfatório e compensador ver o estudo disseminado e ajudando cientificamente e, fazendo uso das palavras de Wittgenstein (1968, cit. em Nhumaio, 2019):

Caso meu trabalho tenha valor, êle será duplo. Primeiramente porque exprime pensamentos, valor que será tanto maior quanto melhor os pensamentos forem expressos. Nisto estou consciente de estar muito aquém do possível, simplesmente porque minhas forças são poucas para cumprir a tarefa. (...) Se não me engano, o segundo valor desse trabalho é mostrar quão pouco se consegue quando se resolvem tais problemas (p.V).

E como todo instrumento de intervenção na realidade social, o resultado da pesquisa é um desafio para exercer pressão ao Estado Moçambicano, sociedade em geral, para que se caminhe em direcção à mudança de atitude e consciencialização de seus cidadãos e governantes no exercício de sua cidadania. É também desafio ao Estado incutir o sentimento de pertença ou de dono – *ownership* o da todos seus cidadãos e minimizar o distanciamento entre ambos.

1.5. Delimitação

O tema proposto tem muitas saídas de estudo. as acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* mexem com o desenvolvimento socioeconómico e político, individual, colectivo nacional e internacional. Estes assuntos mereceram sua análise dentro da pesquisa, mas o tema geral é norteado pelo problema generalizado destas acepções, o que elas significam e representam na vida de cada cidadão que as usa ou sofre seu impacto. Portanto, a ideia central não é simplesmente estudar o desenvolvimento, a corrupção como pode suscitar analisado o problema, mas sim o descaso a “respublica”.

Outro ponto importante delimitado é entendimento a que se chega com estas acepções. Que não se resuma *Gavumend e Mfumo* ao Governo (por este ser rotativo) mas sim como Estado que é algo acima do governo. Moçambique reúne maior número de seus cidadãos na função pública, ou seja, a maior parte da massa laboral se encontra nas instituições de Estado. Encontra-se também uma boa parte de sua população em sector privado e maior ainda é o número de cidadãos que não está nos dois sectores. Este grupo apresenta maior descontentamento vê o Estado mais distante de si, seguido do grupo de funcionários públicos que mais desperdiçam a coisa pública. Por isso, designou-se a todos eles de “cidadãos” na pesquisa.

Este tema mexe com todos os segmentos da sociedade e lugares onde se encontram as pessoas, porém, seu estudo foi feito apenas na Província de Gaza, preferencialmente no Distrito e Cidade de Xai-Xai e no Distrito de Chongoene embora o fenómeno em estudo ocorra em quase todo o país e fora dele bem como os usuários e conhecedores das expressões *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. Estes locais foram escolhidos tendencialmente por serem de fácil acesso e por partilharem mesmas fronteiras, seus habitantes partilharem mesmos usos e costumes.

O problema estudado não tem limite espaço-temporal por se tratar de acepções que são frequentemente usadas, transcendendo Estados e gerações. As acepções são expressas em contextos diferentes, em momentos diferentes, em que a acção é levada a cabo.

1.6. Estrutura da Dissertação

Metodologicamente o texto está disponibilizado em 4 capítulo se mais de Conclusão para guiar a reflexão deste assunto. No primeiro capítulo desenvolve-se uma contextualização do problema, as motivações e a justificativa e relevância da escolha deste e não de outro assunto para a reflexão. É muito importante este capítulo porque situa a necessidade e a obrigação de se fazer o estudo. Mostra-se nele a contribuição do tema em reflexão para uma literatura acadêmica identificável, que aumentará a habilidade colectiva e construir-se explicações científicas.

Estas explicações têm, portanto, consequências para a vida política, econômica e social, para o entendimento de algo que significativamente afecte a vida de muitas pessoas, ou para

predição de eventos que podem ser negativos ou benéficos. Neste caso, é a predição do evento *gavimentismo* provindo das acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* que é negativo para a sociedade e benéfica a reflexão sugerida. Estão, portanto, os objectivos da pesquisa, o foco da mesma e faz-se ainda neste espaço a delimitação espacial da realização da pesquisa.

O segundo capítulo por sua vez traz consigo o conceitual teórico que resume as diferentes matérias, as teses defendidas por cientistas, pesquisadores que abordam matérias afins. É neste capítulo onde a revisão bibliográfica mostra conteúdos que se acham pertinentes por entrelaçar o já estudado com a parte empírica proposta pela reflexão sobre *Swa Gavumend/Swa Mfumo*, como nova pesquisa procura defender. Há neste capítulo muitas ideias de diferentes áreas de saber quais sejam ética-moral, Psicologia com o seu behaviorismo, político-económico, administração pública, desenvolvimento, etc.

Estas ideias se cruzam por serem favoritas no desenvolvimento da análise proposta e robustecimento da pesquisa. Por isso, este capítulo é estruturado dentre os principais conceitos o de Estado, de Governo e a Coisa Pública/bem comum que são conceitos cujo foco é extraviado pelo problema *Swa Gavumend/Swa Mfumo*, de distanciamento e descaso e por fim pelo conceito novo e elaborado na pesquisa o de *Swa Gavumend* que se interligam na reflexão sobre seu efeito no Estado.

O terceiro capítulo é do caminho e meios usados para responder à questão da pesquisa e através dele se chegar ao destino. A escolha desses caminhos não foi de todo facilitada pelo facto de a pesquisa exigir muito para a efectivação e tornar o conhecimento científico. Por isso, depois de desenhado o projecto houve necessidade de readequá-lo à realidade no campo de estudo. Foram reanalisadas as técnicas e instrumentos em função do tema que requeria mais atenção por sua abordagem ser nova. Seleccionados autores cujo posicionamentos metodológicos, combinadas com o tema, produzissem um conhecimento útil à pesquisa. É neste capítulo que são detalhadas as características da pesquisa quais sejam o tipo de pesquisa, quanto aos meios e aos fins; o universo e a amostra; o método e o instrumento de colecta de dados e modos de aplicação, critérios para tratamento e análise de resultados e as limitações da pesquisa.

Já o quarto, sustém a parte meramente empírica do trabalho. Primeiro faz-se uma introdução sobre aspectos gerais e depois discutem-se, portanto, as diferentes percepções dadas pelos utilizadores sobre a mesma acepção. Aqui se encontra a tese defendida, a real causa do distanciamento, o problema do uso das acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* dentro do Estado e fora dele. No fim descrevem-se os resultados encontrados junto com a análise fundamentada na revisão da literatura.

Já no quinto e último capítulo estão as conclusões da reflexão havida sobre o tema onde se sintetizam os resultados da reflexão feita no quarto capítulo já com o entendimento a que autora

chega após a construção dos conceitos e análise dos resultados. Todavia, as mesmas não são dadas como finais no sentido lato, mas convidativas para mais uma pesquisa de continuidade ou de crítica a presente. E por último as referências bibliográficas consultadas para o entrosamento trabalho empírico e teórico.

CAPÍTULO II REVISÃO BIBLIOGRÁFICA/MARCO TEÓRICO

(...) não se vislumbram no horizonte instituições susceptíveis de substituir o Estado na sua função de regulação e equilíbrio social, (...) – Severino Ngoenha¹⁰

2.1. Marco Teórico

O objectivo desta revisão é fornecer uma argumentação teórica e estudos que apoiaram o desenvolvimento da pesquisa. É uma tentativa por se entender que o tema levanta muitas hipóteses de teorias desde as políticas, filosóficas até da psicologia comportamental por não terem sido encontradas pesquisas que abordam de forma directa o problema que leva os cidadãos a agirem tal como o tema em análise sugere.

A adopção de uma teoria orientadora em estudos tem merecido atenção quase que obrigatória nas pesquisas. Pela obrigatoriedade procurou-se, das teorias das quais o tema pode estar ligado (contratualismo, nacionalismo, patriotismo, deserção, desconfiança), uma mais achegada. O tema trata um problema relacionado com necessidade do Estado por parte dos indivíduos e vice-versa. Significa precisamente, uma necessidade recíproca. Trata também da relação entre cidadão e o bem comum, bem público sua conservação traduzindo o sentido de pertença a um Estado, comunidade e o sentimento de dono da propriedade. analisadas as palavras-chave, comparou-se às pesquisas anteriores, às teorias já existentes e pela aproximação destas com alguns estudos, entendeu-se tratar -se do contratualismo. O contratualismo porque tem suas ramificações que envolvem a coisa pública/bem comum na esteira da política, liberdade, justiça, ética e a moral, sem, contudo, abandonar aspectos que se constituem importantes na abordagem como a filosofia da linguagem. Portanto, pela natureza do assunto abordado leva a crer que a relação Cidadão/Estado e vice-versa foi motivo do surgimento do contracto social/do contratualismo.

O contratualismo é uma teoria político-filosófica que surge no século XVII com os contratualistas em J. Althusius (1557-1638), T. Hobbes (1588-1679), B. Spinoza (1632-1677), S. Pufendorf (1632-1694), J. Locke (1632-1704), J.-J. Rousseau (1712-1778), I. Kant (1724-1804) como expoentes máximos e mentores do Contracto Social. Estes defendiam, em sentido muito amplo aquelas teorias políticas que vêm a origem da sociedade e o fundamento do poder político (chamado, quando em quando, *potestas*, *imperium*, Governo, soberania, Estado) num contracto,

¹⁰ UBUNTU: Novo Modelo de Justiça Glocal? In Pensamento Engajado: ensaios sobre Filosofia Africana, Educação e Cultura Política

isto é, num acordo tácito ou expresso entre a maioria dos indivíduos, acordo que assinalaria o fim do estado natural e o início do estado social e político, (Bobbio, Matteucci, & Pasquino, 1998).

A teoria do Contracto Social não foi terminantemente aceite. Ela conheceu várias críticas como as de Hume e Hegel. Estes contrariam a ideia de que o homem tenha vivido o estado de natureza. Para Hume o papel da razão na formação do pacto e nomeadamente, do processo da construção do artifício. Já para o alemão G. W. Friedrich Hegel por sua vez afirma que o contratualismo é entendido como vontade geral, um mero elemento contractual, acordado entre os cidadãos. Ele nega a anterioridade dos indivíduos porque no seu entendimento é o Estado que fundamenta a sociedade. Não é o indivíduo que escolhe o Estado, mas sim é por ele constituído. (Bobbio, Matteucci, & Pasquino, 1998). Outras críticas, mais severas vindas dentre colegas também contratualistas acusam por exemplo o contratualismo de Hobbes de diabolizar o indivíduo. Que este vivia em constante barbárie.

Não obstante as críticas, o contratualismo ganhou respeito a par de outras teorias filosóficas, político-sociais por ser relacionado como um pacto entre as pessoas fazendo surgir o contracto social. Por isso, ao longo do tempo foram aparecendo outros que se inspiraram e se influenciaram por aqueles e imprimiram mais dinâmicas nesta teoria. Isto demonstra que o contratualismo ainda tem defensores na actualidade. Dentre eles se pode apontar John Rawls (1921-2002) e Thomas Scanlon (1940-). Estes por sua vez dentro do contratualismo defendiam a liberdade, justiça e distribuição equitativa de direitos e deveres.

Por exemplo, Rawls (2016) defende a distribuição igual de direitos e deveres básicos e ainda a igualdade de oportunidades, Thomas Scanlon (1998), por sua vez defende o contratualismo moral. Para este pensador o desejo direcciona continuamente a atenção dos indivíduos para as razões que estes têm em manter certas atitudes e realizar certas acções. Este contratualismo tem que ver com o que “devemos aos outros”. Uma forma de autocontrole e auto-avaliação de si em relação ao outro. Não se envolve nitidamente o Estado e ou a justiça, mas sim, as noções de certo e errado. O que não se deve fazer que seja errado ou que se deve que seja bom e de agrado a outrem.

Movidas pelo medo e receio de barbárie, as pessoas de tanto medo de viver sob o estado de natureza onde o homem era naturalmente mau, bárbaro e egoísta no sentido de estar disposto a sacrificar o bem-estar do próximo em nome de suas vontades, abriram mão dessa barbárie a favor de contracto social. Como realça Hobbes (1651):

Isto é mais do que consentimento, ou concórdia, é uma verdadeira unidade de todos eles, numa só e mesma pessoa, realizada por um pacto de cada homem com todos os homens, de um modo que é como se cada homem dissesse a cada homem: Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembléia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas acções (p. 61).

Esta é a ideia básica em que a organização social e as vidas dos membros da sociedade em alusão dependem de um acordo passível de ser definido de várias formas e permita estabelecer os princípios básicos dessa mesma sociedade. Portanto, apesar das críticas, a teoria do Contracto Social interessou à pesquisa por oferecer pontos de referência teórica para abordar seu contributo na convivência das sociedades, o respeito pelo bem comum e principalmente pelo Estado ao qual os indivíduos através do pacto juraram respeitar as normas.

As concepções que na esfera moral- filosófica e política que justificam normas e princípios do agir humano e das instituições, através do apelo a um contracto – hipotético- celebrado entre indivíduos autónomos, livres e iguais, numa posição inicial adequadamente definida. Pela discussão que circunda estas teorias houve uma necessidade neste estudo de se desviar da mesma e focar-se na contribuição que as ideias dos contratualistas podem dar a este estudo, no sentido de se reflectir sobre um novo contracto social em função do problema levantado.

Por exemplo, o neocontratualismo mostra como se deve deduzir do contracto social um conceito universal de justiça, um Bem comum, como forma de maximização das condições mínimas dos indivíduos, um entendimento que maximize o bem colectivo que interesses individuais, (Bobbio, Matteucci, & Pasquino, 1998, p. 107).

Dentro deste pacto há referências sobre propriedade embora não seja tratada da mesma maneira nestes pensadores, porém, a defesa da mesma termina com contracto em que o Estado seja o único responsável pela sua administração em nome de todos, exceptuando alguns casos. Os contratualistas defendem um contracto que seria respeitado por todos os intervenientes evitando assim uma barbárie, porque “o característico do indivíduo é a sua constante oposição à sociedade, ao Estado e ainda aos demais indivíduos” (Mora, 1978) mormente quando a questão é a propriedade.

A propriedade, a causa de concupiscência, é tida como bens expostos para benefício de todos e, portanto, devendo ser usada adequada e conscientemente suscitando que os intervenientes se comprometam a zelar por ela. É do contracto social que surge uma relação intrínseca cidadão/Estado.

Dessa relação surgem mais pactos até a consolidação das democracias em alguns Estados. Essa conexão não deve ser entendida de forma bifurcada onde os cidadãos possam se desenvolver na sua singularidade e criarem necessidades particulares e o Estado por sua vez crie condições de mercado para que essas necessidades (criadas a partir da imaginação de cada indivíduo ou colectividade) possam ser supridas a depender do esforço individual de cada cidadão. Isso seria inconcebível na medida em que na dialéctica de acordo Hegel (cit. em Tavares, 2014), os sujeitos individuais, a sociedade e o Estado não são distintos, apenas dimensões diferentes de uma mesma unidade.

2.2. Revisão da Bibliográfica

Dos conceitos ligados as palavras-chave, apenas não foi encontrada nenhuma discussão específica sobre o significado que *Swa Gavumend/ Swa Mfumo* dá à coisa pública e o problema que este levanta tanto na literatura estrangeira quanto nacional. A diversificação de informação não condizente ao tema constituiu obstáculo neste capítulo. Dos conceitos existentes sua análise foi realizada através da leitura dos títulos, resumos, palavras-chave e suas conclusões.

Os artigos lidos sobre distanciamento e descaso por exemplo foi possível achar suas definições, contudo, o desenvolvimento das pesquisas já não condizia com o distanciamento do cidadão/Estado. Da insistência realizada ainda na *google* acadêmico, foi possível recuperar diversos artigos com diversificados temas que envolvem as palavras descaso, distanciamento (político, social, físico), sentimento de pertença. A palavra descaso apareceu em 59 artigos e foram dadas importância e maior atenção aos artigos que apresentavam a definição do conceito e nos artigos que conduziam a análise a questões políticas como descaso da política. A mesma metodologia foi usada aos artigos sobre coisa pública, bem comum e distanciamento que foram quase no número de 200 cada.

Em relação ao outro tema, também próximo no sentido contrário de distanciamento, o sentimento de pertença, foram encontrados variadíssimos artigos relacionando ao sentimento de pertença com grupos e locais. Por serem muito citados seguiu-se a ordem de mais citados para os menos citados. Estes estudos empíricos ajudaram na reflexão sobre as acepções, todavia, ainda que importantes, destacam a questão de como manter um trabalhador motivado no seu local de trabalho (comprometimento), o *ownership*, o distanciamento do Estado ou do Governo para com o cidadão.

Na tentativa de encontrar algo relacionado com as acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo*, pela similitude das atitudes dos cidadãos que as usam foi possível chegar-se a uma personagem de que tanto se falou em Moçambique principalmente logo após a Independência Nacional— o “*xiconhoca*”.

Da pesquisa sobre esta personagem foram encontrados os discursos do Presidente Samora Machel, 1 artigo “O fantasma do inimigo” e 1 Dissertação. Todavia, o artigo e a dissertação não foram publicados em Moçambique. E da oferta/indicação especial, está o artigo de Nuno Castel Branco que fala da Dependência Externa, Acumulação e *Ownership*, produzido em Moçambique. Neste artigo, ele procura discutir “a questão de *ownership* da política de desenvolvimento em interação com a dependência de ajuda internacional ao desenvolvimento baseada em políticas, a formação e implementação de políticas e instituições de desenvolvimento e os interesses sociais, económicos e políticos em conflito”.

Ainda por insistência foram localizados diversos artigos relacionados com o distanciamento político dos cidadãos embora os títulos não o mencionassem. Foram por isso, recuperados vários artigos que abordam o fenómeno distanciamento. Por exemplo, 37 artigos cujo palavra distanciamento aparece entre resumos e corpo do texto apresentam o distanciamento induzido pelo Estado.

2.2.1. O Estado /Coisa Pública

O Estado é fruto de várias teorias e alvo de várias críticas. Seu surgimento teve seus hiatos. Contudo, não são as críticas nem as teorias em volta do surgimento/ criação do Estado ou do governo que adiante irá se definir que importam. Não importa também discutir os tipos de Estados, de Governos ou sociedades existentes. Importa sim procurar uma base para trazer as acepções que lhes são dadas pelos indivíduos que tratam estas entidades de “ninguém”.

Antes do surgimento desta Instituição, a família fora tida como o centro fulcral de controle e normalização comunitária. A existência da família foi vista anteriormente como espelho e de onde o homem surge. O individuo nasce, adquire os valores, socializa-se partindo da família. De facto, “a família ainda é, no mundo moderno, a entidade em que se dá, por excelência, a socialização do homem pelo aprendizado dos seus valores e das suas regras fundamentais” (Bastos C. R., 1995, p. 3). Porém a família demonstrou e continua demonstrando suas fraquezas quando a questão é a resolução de problemas que superam sua capacidade.

Pela fraqueza que se vislumbrava no seio das famílias Hobbes (1651) e outros contratualistas afirmaram não existir nenhuma regra que resolvesse os dilemas entre famílias e por essa razão a necessidade de um poder que fosse respeitado por todos. O Estado. Autores como Bonavides (2000), Morreira (2012) e Do Amaral (2013) recorrem a Grécia como o local onde fez surgir o conceito Estado que é a cidade- *polis* grega e da *civitas* romana.

A *Polis* é “uma cidade autónoma e soberana, cujo quadro institucional é centralizado por uma ou várias magistraturas, por um conselho e por uma assembleia de cidadãos (*politai*)” (Bobbio, Matteucci, & Pasquino, 1998, p. 949). Esta *polis* e *civitas* já haviam sido reconhecidos por cientistas anteriores a estes não obstante os indícios marcantes e unanimemente aceites por vários autores apontarem para o Sec. XVII como o marco da secularização das relações políticas internacionais a partir de Westphalia (1648), terem-se reunido nas entidades políticas todas as características convincentes e próprias de um Estado moderno.

Foi nesse período que é escrito o “Discurso do Método” de Descartes, a Retórica de Aristóteles e Hobbes elabora o plano de seu sistema de filosofia; o Corpo, o Homem e o Cidadão. Hobbes apresenta sua obra prima sobre o Estado (*Leviatã* e o Cidadão). Ainda neste século

circulam em manuscrito os Elementos de Lei Natural e Política do mesmo autor e publica-se as Meditações de Descartes.

Este boom de escritos que modernizam o Estado mostram que o Estado teria tido sua origem voluntária, onde os homens consentem por sua vontade em viver em sociedade e dirigidos por um poder centralizado. De facto, Hobbes (1651) já explicava porque motivo devia haver um Estado e que ganhos dessa existência o individuo teria ao afirmar que:

Quando alguém transfere seu direito, ou a ele renuncia, fá-lo em consideração a outro direito que reciprocamente lhe foi transferido, ou a qualquer outro bem que daí espera. Pois é um ato voluntário, e o objetivo de todos os atos voluntários dos homens é algum bem para si mesmos. (Hobbes, 1651, p. 48)

Depreende-se que o Estado seja, como explicado, uma sociedade natural, no sentido de que decorre naturalmente do facto de os homens viverem necessariamente em sociedade e aspirarem realizar o bem geral que lhes é próprio, isto é, o Bem Comum. Por causa desta necessidade do bem comum Hobbes, nos seus escritos, mostra como o mesmo se alcança através da criação do Estado.

O Estado foi instituído quando uma multidão de homens concordam e pactuam, cada um com cada um dos outros, que a qualquer homem ou assembléia de homens a quem seja atribuído pela maioria o direito de representar a pessoa de todos eles (ou seja, de ser seu representante), todos sem exceção, tanto os que votaram a favor dele como os que votaram contra ele, deverão autorizar todos os atos e decisões desse homem ou assembléia de homens, tal como se fossem seus próprios atos e decisões, a fim de viverem em paz uns com os outros e serem protegidos dos restantes homens. (Hobbes, 1651, p. 61)

A questão do bem comum é muito vincada e assistida para a paz entre os cidadãos. Este bem não pode ser beliscada pelo *Swa Gavumend/Swa Mfumo*, rebuscado nas vísceras da destruição do pacto dos homens. O Estado é entendido, por estes autores, como uma organização político jurídica de uma sociedade para realizar o bem público/comum, com governo próprio e território determinado. Do Amaral (2013) sem definir directamente o conceito explica também a tarefa do Estado qual seja “a gerência, a direcção, o exercício, o desempenho, a protecção de serviços públicos” (p.305-306). Contudo, Bonavides (2000) depois de ter discutido as várias definições como as de Marx e Engels, Max Weber, Oppenheimer, Duguit, Jellinek e outros em várias acepções quais sejam filosófica, política, jurídica e sociológica, preferiu usar a definição de Jellinek).

Para ele, o “Estado é a corporação de um povo, assentada num determinado território e dotada de um poder originário de mando” (Jellinek, 1914, cit. em Bonavides, 2000, p.79). Este sentimento é também partilhado por Dalmo Dallari (1972 cit. em Bastos 1995) em “O futuro do Estado” conceituando “o Estado como a ordem jurídica soberana, que tem por fim o bem comum de um povo situado em um determinado território” (p.6).

Entretanto, há ainda quem prefira, como os marxistas clássicos, conceituar o Estado como um aparato separado da sociedade, operando através de suas instituições governamentais,

administrativas e coercitivas. Contudo, esta conceitualização pode incitar o distanciamento do cidadão às actividades do Estado. E por esta razão neste estudo preferiram-se autores que mostrem em suas teorias a ligação/vínculo Estado-cidadão lembrando o comprometimento e o sentido de pertença que cada um tem para com o outro (Estado/Cidadão e Cidadão/Estado). Por exemplo, para Max Weber (2004) o Estado é:

uma associação de dominação institucional, que dentro de determinado território pretendeu com êxito monopolizar a coação física legítima como meio da dominação e reuniu para este fim, nas mãos de seus dirigentes, os meios materiais de organização, depois de desapropriar todos os funcionários estamentais autónomos que antes dispunham, por direito próprio, destes meios e de colocar-se, ele próprio, em seu lugar, representado por seus dirigentes supremos (p.529)¹¹.

Esta definição pôde encontrar um esclarecimento que mostre exatamente o papel do Estado na orientação dos seus cidadãos para que um determinado fim seja por todos abraçado e respeitado. Os cidadãos imbuídos de uma ignorância (propositada ou não) têm recorrido num conceito popular-um senso comum *Swa Gavumend (a hi swa munhu* -não é de ninguém). Este conceito olha para o Estado como uma entidade inexistente, ou seja, existe, mas não está aqui onde o cidadão está a defraudar o bem comum/a coisa pública.

Portanto, ninguém responde por aquilo que a ele (Estado) pertence. Vai daí que o estudo de Ernesto Isuani usando as palavras de Max vai ajudar a consciencializar os depravadores da coisa pública e perceberem sua contribuição como parte do Estado. Portanto Estado como organização governante que seria:

Chamada 'política' na medida em que sua existência e ordem forem continuamente salvaguardadas dentro de uma dada área territorial pela ameaça e aplicação de força física por parte do órgão administrativo. Uma organização política compulsória com operação contínua será chamada de 'Estado' na medida em que seu órgão administrativo sustentar satisfatoriamente a alegação do monopólio da legitimidade do uso da força física para proteger sua ordem (Isuani, 1984, p.39).

O contracto (Estado) foi um meio eficaz para dirimir conflitos que aconteciam antigamente. Os conceitos como os elucidados no Dicionários de Política de Bóbbio (1998) e as obras de Diogo Freitas do Amaral, Adriano Morreira, Paulo Bonavides, Isuani entre outros ajudam a explicar e compreender Weber e Kant sobre o surgimento do Estado. Para estes autores Estado é uma sociedade natural, no sentido de que decorre naturalmente do facto de os homens viverem necessariamente em sociedade e aspirarem realizar o bem geral que lhes é próprio, isto é, o Bem Comum, e a ligação que este tem com o cidadão através do seu papel.

Agrega-se a estes, as observações de Hobbes (1651) que já notara que nesse tempo os homens tinham como únicas leis as leis da honra, ou seja, evitar a crueldade. Deixar aos outros suas vidas e seus instrumentos de trabalho porque em todos os lugares onde para os homens,

¹¹Cf. Álvaro Bianchi, O Conceito De Estado Em Max Weber, Lua Nova, São Paulo, 92: 79-104, 2014

roubar-se e espoliar-se uns aos outros sempre fora considerada uma ocupação legítima, e que quanto maior era a espoliação conseguida maior era a honra adquirida (pp. 59-60).

O Respeito pelo Estado é apoiá-lo na direção de suas ações no sentido do benefício de todos. A “única maneira de instituir um poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente” (Hobbes, 1651). É para este autor, no Estado, que consiste, portanto, a sua essência:

A qual pode ser assim definida: Uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar paz e a defesa comum. (Hobbes, 1651, p. 61)

Corroborando, Bastos (1995) justifica essa importância, a motivação dos indivíduos saídos das diversas famílias e a necessidade do Estado explicando que:

O fato é que tendo atingido um certo nível de complexidade as diversas sociedades existentes entravam a requerer uma organização mais ampla, que disciplinasse o seu mútuo relacionamento, assim como passasse a zelar pelos interesses emergidos do conjunto das diversas sociedades. A tais interesses denominou-se "bem comum" ou "interesse público". A defesa contra o inimigo comum, a prestação de serviços indispensáveis à convivência de todos (estradas, portos etc), a manutenção da ordem, tudo isso não podia ficar relegado ao plano do indivíduo ou das suas múltiplas sociedades de fins específicos. Cumpria que alguém proovesse acerca deles (p.4).

A esse provedor chamar-se-ia sociedade política que se caracteriza pela abrangência, aglutinação de várias funções não encontradas em família. Para Bastos (1995) Sociedade política “é aquela que tem em mira a realização dos fins daquelas organizações mais amplas que o homem teve necessidade de criar para enfrentar o desafio da natureza e das outras sociedades rivais” (p.10).

O Estado seria neste caso a organização política sob a qual vive o homem moderno caracterizando-se por ser a resultante de um povo vivendo sobre um território delimitado e governado por leis que se fundam num poder não sobrepujado por nenhum outro externamente e supremo internamente, (Bastos C. R., 1995, p. 10). O Estado é essa sociedade política, a sociedade civil incluindo o governo onde encontram-se os governantes (pessoas que governam o Estado) e pelos governados (o grupo de pessoas que estão sujeitas ao poder de Governo na esfera estatal). É o alto estágio da civilização que o homem criou e jamais poderá viver sem ele. Todos são cidadãos/povo do território de um Estado com fins comuns. E:

À multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado, em latim *civitas*. É esta a geração daquele grande Leviatã, (...) ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa. Pois graças a esta autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é-lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no sentido da paz em seu próprio país, e ela ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros. (Hobbes, 1651, p. 61).

Ao Estado, cabe a nobre tarefa de satisfação das necessidades sociais ou coletivas, necessidades que não podem ser satisfeitas pela demanda individual no mercado, tais como a necessidade da defesa, a da administração da justiça, a da educação elementar, etc. E a aquisição

dos bens e serviços necessários ao desempenho desta actividade há-de ser financiada mediante a imposição de obrigações fiscais (Bobbio, Matteucci, & Pasquino, 1998, p.970).

Quer-se o Estado, quer-se o Governo como organizam e colocam diretrizes para o seu povo, importa mostrar a relação que estas instituições com poder político têm para com o povo que as constitui e o que este povo entende por elas. Vai daí que Sousa (2005) explica como o aparecimento do Estado marcou a história da humanidade com a centralização do poder político e introdução de novas dinâmicas nos processos de mudança social. Afirma ainda que “também no plano jurídico o Estado surge como figura central, embora se reconheça este como um fenómeno histórico, sociológico e político em relação ao qual o Direito se limita a definir os critérios de criação, transformação e desaparecimento” (Sousa, 2005, p.77).

É vital para a pesquisa perceberem-se os contornos do surgimento do Estado. Vital ainda eximir-se de seguir as linhas ou posições adoptadas pelas correntes anarquistas e pelas correntes totalitárias e mostrar que o Estado é sim necessário, como assevera Do Amaral (2013), para “a gerência, a direcção, o exercício, o desempenho, a protecção de serviços públicos” e por isso merecer o respeito de todos (p.305-306). Nesse desiderato o Estado é a unidade de um povo, não aquela unidade em que se escolhe o que é melhor para todos, porém, aquela em que “o universal não seja levado a cabo sem o interesse particular e nem o indivíduo, viva simplesmente para o interesse particular como pessoa privada” (Tavares, 2014, p.183). O entendimento, ou seja, o contracto social deve prevalecer para que interesses de todos sejam salvaguardados.

Em relação ao **Bem- Comum**, os mesmos autores afirmam que este não pode ser entendido como um simples somatório de bens individuais nem tampouco a negação deles. O Bem Comum coloca unicamente como sua própria verdade ou síntese harmoniosa, tendo como ponto de partida a distinção entre sujeito, subordinado à comunidade, e a pessoa que permanece o verdadeiro e último fim (p.106). A subordinação do indivíduo à comunidade implica o cumprimento das regras impostas pela comunidade não sendo correcta a sua transgressão ou descaso. Existe a vontade geral a ser salvaguardada.

Não parece, porém, que as acepções *Swa Gavumend/ Swa Mfumo* se uniformizem com a vontade geral, com a moral. Diante de *Swa Gavumend* participam os membros do Estado no bem comum sem olvidar que, o bem comum, busca a felicidade natural, como um valor político por excelência, estando sempre subordinado à moral. Por isso, ao povo cabe, soberanamente, por meio da constituição, organizar o Estado de maneira a promover o bem comum, na direcção da dignidade humana de todos.

Para melhor compreensão do problema da pesquisa traz o conceito de bem público não se restringindo apenas a ele como também no privado que não raras vezes é tomado pelo *Swa Gavumend*. Deste modo, a questão do bem comum carece de uma dimensão essencial, isto é, a

moral, o ético entre os intervenientes ou envolvidos no manuseamento da coisa pública. Como o cidadão se comporta diante deste bem que não só o pertence como também aos outros sem necessitar de policiamento. É uma chamada à moral individual e colectiva enquanto que, o Bem Público para Bobbio, Matteucci & Pasquino (1998) “ são bens públicos os que geram vantagens indivisíveis em benefício de todos, nada subtraindo o gozo de um indivíduo ao gozo dos demais” (p.107).

Este bem público, de acordo com Platão (cit. em Mora, 1978 e Bobbio, Matteucci, & Pasquino, 1998) não transcende, na verdade, o bem privado, porque é igualmente um bem do indivíduo. Numa instituição, organização em que são alocados bens, todos os afectos nessa instituição ou organização são tidos como donos e responsáveis pela sua manutenção. O gerar desses bens beneficiará a todos e aos utentes.

Não há, porém, espaço para que individualmente, o funcionário ou membro da organização se sobreponha. Estaria este conceito também ligado ao bem comum onde a moral seria a força motriz, onde “a vontade geral (...) é sempre justa e visa exclusivamente ao bem público” (Bobbio, Matteucci, & Pasquino, 1998, p. 107).

Quanto a Coisa pública derivada ou originada da Res-publica ou respública, uma expressão latina que significa literalmente "coisa do povo", "coisa pública", é um termo que se tem referido normalmente a uma coisa que não é considerada propriedade privada, mas, em vez disso, mantida em conjunto por muitas pessoas. Muito tratada em Administração Pública como outra área de estudos a coisa pública é a razão de muito trabalho coordenado para a sua protecção, conservação e necessidade de um respeito digno. Seria, portanto, toda aquela que se acha compreendida no património do Estado, ou outra entidade de direito público, ou se destina a satisfazer as necessidades ou interesses da coletividade.

Resumidamente seria dessa “coisa do povo” que a pesquisa analisa o facto de seu descaso. Da sua má gestão originada das acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. Onde está o povo para que sua coisa seja delapidada. A pesquisa mostrou como o povo despiu-se da coisa pública terceirizando ou nem por isso, alegando inexistência do dono.

2.2.2. Governo

É importante enquanto conceito quanto importante foi trazer o conceito de Estado. Importa aqui mostrar a diferença entre este termo e o de Estado. Ambos termos interessam embora o de Estado seja a sua abstração no entendimento dos cidadãos que o confundem com o governo que passa. Bastos já adverte para esta questão em que:

Algumas vezes a palavra Estado é utilizada para designar, tão somente, o conjunto dos governantes mais o seu aparato organizacional. Assim, identificamos o Estado com o Poder Executivo, o Legislativo ou o Judiciário. Até mesmo expressões menores suas,

como a polícia, o Exército, as repartições burocráticas, são tidas como a manifestação da totalidade do Estado (Bastos C. R., 1995, p. 10).

O governo é principalmente identificado pelo grupo político através das Instituições Políticas, que está no comando de um Estado. Para Passaes, et al (sd.) Governo é um “grupo transitório de pessoas responsável pela execução do contracto social, isto é, representa o projeto de Estado, em seus ideais nacionais, projeto esse que é empreendido através de certos regimes de governo” (p.12.). E Para Bobbio, Matteucci, & Pasquino (1998) o Governo é o “conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de uma determinada sociedade (...) e está normalmente associado à noção de Estado” (p.555). Afirmam ainda que:

A partir do momento em que a evolução da divisão do trabalho determinou, de um lado, a formação das relações sociais mais complexas das relações de parentela e, de outro, a consolidação de profundas desigualdades sociais entre os indivíduos e os grupos, criaram-se conflitos tão fortes que nasceu a necessidade de organizar a população sob o comando de um chefe, a quem se confiou a função de impor as regras necessárias para a produção e limitar os efeitos desagregadores de tais conflitos. Acontece assim, em seus termos mais gerais, a passagem da comunidade primitiva para a organização política da sociedade, na qual aparece uma primeira forma rudimentar de Governo (Bobbio, Matteucci, & Pasquino, 1998, p.554).

A convergência e diferenças na abordagem de mesmos assuntos é tipo do ser humano. Estão mostrando vários pontos de vista sobre o conceito partindo de teorias também diferentes. O importante é deles extrair-se uma ideia que ajude a reflexão proposta porque essa tendência de se olhar para o governo, Estado como outrem, resultante da conjugação dos governantes com os governados, traz consigo o grande inconveniente de descurar o papel do próprio indivíduo na composição da sociedade política, (Bastos C. R., 1995).

Por isso, para que se ajuste este conceito ao pretendido nesta análise é bom que se entenda o Governo, como o conjunto de programas e projectos que parte da própria sociedade quais sejam, políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros, e propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (Hofling, 2001, p. 31).

O Governo é o núcleo decisório do Estado com carácter transitório nas democracias, formado por membros da elite política, os quais estão encarregados da gestão pública. O carácter transitório determina, portanto, que os que ocupam os cargos governamentais devem, por princípio, ser substituídos periodicamente de acordo com as preferências da sociedade. O cidadão não é excluído deste processo de governação apesar de o governo ser composto por indivíduos escolhidos que ocupam posições na cúpula do Estado.

2.2.3. *Ownership* e Sentimento de Pertença

Ownership é uma palavra que vem do inglês e pode ser definida como “atitude ou sentimento de dono”. Ela deriva da palavra *owner* que significa “dono”. De facto, o dicionário

Longman (sd. p.259) apresenta esta tradução onde a palavra *owner*=dono e *ownership*=propriedade. Castel-Branco (2011, p. 5) sem descurar do explícito nos dicionários, explica que o termo *ownership* geralmente significa propriedade de alguma coisa. Portanto, o *ownership* traduz o “sentimento de dono”. É um conjunto de estratégias desenhadas que contribuem para que as pessoas de um grupo, organização tenham o sentimento de dono. Ou seja, que os cidadãos de um Estado se sintam como pertencentes e partes desse Estado.

Enquanto o *ownership* chama para si a propriedade, sentir-se parte como dono de uma propriedade e comprometido com o grupo, já *Swa Gavumend/Swa Mfumo* mostra repulsa, afastamento entre o indivíduo e o objecto, propriedade, instituição etc. *Ownership* é ainda, uma estratégia de superação dentro da qualquer organização. As estratégias do *ownership* aumentam o engajamento dos profissionais, gerando neles sentimentos como realização profissional, pertencimento e reconhecimento. Este termo é muito usado no mundo empresarial e engloba vários aspectos, sendo que o trabalhador passa a ter um engajamento maior com o negócio. Para ter *ownership* empresarial, não é necessário ser o dono de um negócio. O resultado disso são colaboradores que se reconhecem como companheiros, como um grupo, e são capazes de manter o ambiente de trabalho mais saudável e actuar com o foco no sucesso.

Fica claro aqui que o *ownership* é uma estratégia, é contrária ao *Swa Gavumend*. O pertencimento defende o sentimento como uma atitude como ter por exemplo responsabilidade sobre seus actos. A pro-actividade e colocação dos interesses do Estado como foco de cada cidadão como parte do mesmo e conservador do bem comum. Os indivíduos como colaboradores deviam ter essa aptidão pois ajudaria o Estado através da busca incessante de melhores formas de saída para os problemas que o enfermam. Portanto, não devem ser colaboradores que o prejudicam. Os cidadãos deviam ter o espírito de dono (*ownership*) onde quer que estejam dentro do território ou quer o que façam nele/no Estado identificando o problema, procurando e projectando soluções e executando sem, contudo, esperar ordem ou monitoramento de alguém para tal.

O sentimento ou espírito de dono¹² gera um comprometimento afectivo¹². O funcionário, trabalhador ou cidadão no geral, comprometido com o Estado age de forma a minimizar os gastos desnecessários. Usa de forma coerente os bens em seu poder. Com ou sem a presença de outra pessoa saiba se chamar à consciência que ele é parte do Estado e por isso os bens em seu poder

¹² Cf. Silva, R. d. *O Comprometimento Afetivo Nas Empresas Estatais: Um Estudo Sobre O Engajamento Do Funcionário Público No Setor Eléctrico*. Niterói, 2017: O comprometimento está relacionado a uma característica de lealdade e ao desejo de crescer profissionalmente junto com a organização. Apesar das divergências, comprometimento é um constructo que busca explicar o comportamento do funcionário e a sua relação com indicadores de interesse da organização, independentemente da perspectiva ou da natureza considerada. Ver também: Linzmeyer, V., & Virmond, S. (2007). *O Comprometimento Organizacional- Percepção da Gestão de Pessoas*: “Comprometimento é um processo interno de responsabilização, relacionado ao sistema de valores pessoais. O comprometimento é o processo e o compromisso o produto”.

precisam de sua conservação. Este, em geral deve estar comprometido afectivamente de tal forma que açambarcar um bem ou desperdiçá-lo seja entendido como atitudes de distanciamento e descaso. Porém aos cidadãos essa atitude é posta de lado gerando uma repulsa e distanciamento para com a coisa pública. Opta pela atitude contrária: O distanciamento que o coloca afastado afectivamente do Estado, não se importando com nenhuma das consequências daí advindas

O Estado é designado por agregar em si elementos que se entrelaçam como o Território, o Povo e a Soberania. Estes elementos são seus aliados embora literalmente porque a soberania e o território são algo que não podem se pronunciar senão através do povo. É deste povo que surge o distanciamento apregoado pela acepção *Swa Gavumend* como prelúdio da ausência do sentimento de pertença.

Fazer parte de uma família, grupo ou território transmite uma sensação de pertencimento, ligando afectivamente o individuo a esses grupos/território. Sentir aprovação e reconhecimento dos outros. Está relacionado a ter uma identidade social que suporte o individuo emocionalmente, obter atenção e aceitação. Já própria expressão deixa explicita a mensagem de pertencimento. Muitos estudos foram feitos defendendo que tal sentimento fosse tomado em consideração para o bem-estar das pessoas. Por isso relacionam este sentimento ao estudo de Maslow que defende a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos e daí possam se envolver na produtividade e desenvolvimento.

Na pirâmide de Maslow estão disponibilizadas segundo uma hierarquia das necessidades a necessidade de segurança, sociais, estima e auto-realização. É nas necessidades sociais e Estima que o sentimento de pertença clama seu lugar no Estado.

Em seu artigo “A Importância do sentimento de pertença para a motivação dos Colaboradores” João Paulo Seabra afirma que fazer com que os colaboradores se sintam parte de uma equipa motiva-os e se sentem envolvidos e daí maior produtividade (Seabra, 2023). Estudos sobre este tema têm-se multiplicado devido a sua importância para o comprometimento dos indivíduos com o que lhes vincule e se sintam parte segundo regras que cada grupo e, para a pesquisa, ao Estado/Governo. Tais regras segundo Palassi & Silva (2014) “envolvem o sentimento de pertença a um grupo, relacionado com a construção da identidade social” (p.52). Ela traz Tajfel(1981)ao debate para mostrar porque tal fenómeno ocorre.

Para Tajfel (cit. em Palassi & Silva, 2014, p.52) a identidade social é “[...] aquela parcela do autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença”. Isto é, o cidadão entende a necessidade de pertencer a um Estado desde o contracto firmado na saída do Estado de barbárie. Espera por isso um total reconhecimento por parte deste e juntos rumo ao desenvolvimento mútuo. Tal como em outros estudos Palassi Silva, Seabra, valle e Tajfel

também citam o grupo, empresas, organizações aos quais o indivíduo deva se sentir pertencentes com excepção do trabalho da Tavares que vinca a necessidade do Estado prover esse vínculo para com os indivíduos por ser, o sentimento de pertença, um direito universal. É dever do Estado prover esse sentimento como, por exemplo, o sentimento dos sujeitos, a sua afectividade, a ética e a reflexão, através da articulação de diversos sectores e órgãos estatais, diversos saberes e composições profissionais, para a efectiva satisfação da necessidade elementar e universal de pertencimento social (Tavares, 2014).

Contrariamente ao distanciamento, o sentimento de pertença é:

A sensação de estar conectado e fazer parte de um grupo ou comunidade. É uma necessidade básica humana que se desenvolve desde a infância, quando procuramos a conexão e aceitação com nossos familiares e amigos. À medida que envelhecemos continuamos a procurar esta aceitação nas nossas relações pessoais, mas também no ambiente de trabalho (Seabra (2023)

O ser humano tem suas particularidades que já vêm sendo estudadas na psicologia. Sua satisfação eleva seu bem-estar emocional e conseqüentemente outras áreas. Ele procura recompensas e a satisfação imediata e quando estes são alcançados sente-se motivado sua forma de agir é moldada por esta atitude (Seabra, 2023). Na perspectiva de contribuir na conceitualização, embora apresentasse apenas o termo “pertença” Valle (2002) define pertença como:

Uma noção associada à de conversão, mas designa mais os laços que prendem o sujeito ao modo de ser, aos comportamentos e estilos do grupo no qual entra, fazendo com que ele se sinta e aja como membro pleno do grupo, sobretudo no que diz respeito aos papéis sociais, às normas e valores (p.54).

Mais do que arrolar conceitos o importante é perceber até que ponto estas contribuições foram válidas para a pesquisa. É sobre este sentimento que se espera dos sujeitos da pesquisa, pertencer a um dado lugar, principalmente a uma nação, Estado. Uma vez criado o vínculo com esse lugar o sentimento de pertença passa a ser algo que ao mesmo tempo torna-se colectivo e particular. Este sentimento evidentemente se constitui de relações sociais e se expressa de forma diferente em cada sujeito. Significa que os indivíduos se conectam ao território por factores diversos, desde a admiração pelo local até os vínculos estabelecidos com a comunidade. E isso não se resume apenas a satisfação material como também imaterial.

Em Moçambique este desiderato tem espaço no Artigo 11 da Constituição de República de Moçambique nos “Objectivos Fundamentais”. Havendo o vínculo, Estado, grupo ou outra forma de organização coloca as directrizes de convivência. Diante disso “é a pessoa, com o seu modo próprio de ser, sentir e pensar que é chamada em causa na conversão, mas o grupo oferece a contextualização do que ela experimenta” (Valle, 2002, p. 54). Estabelece-se neste processo, um elo no qual se forma o sentimento de pertença, que faz com que os cidadãos se sintam como parte integrantes e insubstituíveis do território em que vivem. Ao contrário deste cidadão integrado, o que entende seus desejos não satisfeitos embora não deixe o país se aparta do Estado, se distancia

e procura mostrar sua insatisfação com recursos a acepções como *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. Pretere o sentimento de dono ou parte do *Gavumend*.

2.2.4. O Distanciamento e o Descaso

Contrariamente ao sentimento de pertença e *ownership*, o descaso e distanciamento no individuo a falta de afecto e de comprometimento. Consultado o Dicionário de Política de Norberto Bobbio e seus correligionários não se encontra nenhuma definição deste termo muito menos do descaso não obstante seu uso.

A palavra distanciamento aparece 11 vezes neste dicionário fazendo menção do distanciamento em várias circunstâncias. Dessas 11 vezes escolheu-se intencionalmente três deles. O primeiro seria: “Enquanto momento e determinação específica do desenvolvimento das ciências sociais, o nascimento da Ciência política moderna se processa através do distanciamento dos estudos políticos da matriz tradicional do direito (particularmente do direito público)” (Bobbio, Matteucci, & Pasquino, 1998, p. 165). O segundo é:

Quando, pelo contrário, com a ampliação do conceito de "pátria", criou-se o distanciamento entre uma concepção do Estado e dos seus interesses, peculiar à classe política de posse do poder, e a concepção que deles tem a maioria da população, é o sistema da *conscrição obrigatória de longa ou mista duração* que permite utilizar, numa função subordinada, a capacidade militar da população, sem estender a gestão dos objetivos estratégico-militares (Bobbio, Matteucci, & Pasquino, 1998, p. 509).

E o terceiro exemplo circunstancial do uso do “distanciamento” é:

Muito ao contrário, nos pontos mais elevados do desenvolvimento capitalista — na Europa Ocidental, no Norte da América e no Japão — verificou-se, embora com modalidades e graus assaz diversos, um certo processo de separação da classe em si da classe por si: separação que implica a tendência ao distanciamento da grande força econômica do Proletariado da sua expressão política, o socialismo (Bobbio, Matteucci, & Pasquino, 1998, p. 1017)

Como pode-se depreender em todos estes exemplos a empregabilidade e a finalidade deste termo, exactamente o de se estar, longe, distante. Do mesmo modo, o termo também é encontrado em Alexandro de Arruda dos Santos Morais e Arlene Pereira Morais no seu artigo “O Distanciamento dos Órgãos Públicos em Relação à Sociedade” cujo objectivo é “observar as necessidades e causas do distanciamento social em relação aos órgãos públicos”.

No referido artigo por exemplo, citam dados estatísticos referentes à insatisfação dos brasileiros em relação aos serviços públicos e os respetivos indicativos que mostram que o grande distanciamento causa um enorme descontentamento e descrédito da sociedade (Morais & Morais, 2014, p. sp). Do objectivo do artigo em questão esperava-se algo muito directa com o estudo sobre *Swa Gavumend/Swa Mfumo*, porém as articulistas demonstram o contrário do esperado, aliás estão fazendo seu estudo e não este. Mostram um cenário em que são os órgãos públicos que se distanciam da sociedade como se depreende: “Hoje se percebe um grande distanciamento dos

órgãos públicos, funcionalismo público para com as pessoas” (Morais & Morais, 2014, p. sp). Mais adiante elas deploram o distanciamento criado pelo descuido que os órgãos públicos apresentam afirmando que:

Não se pode apenas, dizer que esse distanciamento causado pela correria do dia-a-dia, seja o único responsável pela falta de qualidade nos serviços públicos prestados, afinal de contas, se o povo delega poderes para os órgãos públicos para que os mesmos administrem o Estado, espera-se no mínimo que se preste um serviço de qualidade (Morais & Morais, 2014, p. sp).

Os autores do artigo “O Distanciamento entre O Judiciário e a Sociedade...” Ariel Sousa Santos e Patrícia V. N. C. S. de Souza por sua apresentam em seu trabalho de pesquisa um cenário semelhante ao anterior. Na sua visão a sociedade se sente distante em relação a quem devia resolver seus problemas. Afirmam que “o distanciamento entre a sociedade e o Poder Judiciário intensifica os índices de desigualdade social e ocasiona um desrespeito aos direitos humanos e aos direitos fundamentais” e este “distanciamento ainda dificulta ou impossibilita o acesso pleno e efetivo do direito ao acesso à Justiça” (Santos & Souza, 2022, p. 104 e 113). Destas leituras concluiu-se neste trabalho que a preocupação de muitos estudos é da sociedade sofrida pelos actos de prestadores de serviços públicos originando um sentimento ou atitude de rejeitados.

Contudo, com *Swa Gavumend/Swa Mfumo* o cenário é contrário é o cidadão/ a pessoa que se distancia em atitudes. Algo propositado para causar desmandos para o Estado ou ao seu concidadão. É o próprio cidadão que demonstra um desinteresse generalizado impregnado em pretensões altruístas. Aliado a isso, o nepotismo na delapidação da coisa pública. A distância a que o cidadão se coloca em relação a um bem que, na sua opinião, não o pertence, que pertence a ninguém é móbil para a destruição do mesmo. Não há, porém, dentro de si, uma força capaz de parar seu pensamento.

Dessa atitude surgem vários outros problemas como os relatados pelos autores que se debruçaram anteriormente. Quem serve no judiciário, nos hospitais etc. é este cidadão cujo interesse é contrário ao que se predispôs a assumir aquando do seu contracto enveredando pelo *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. O mesmo pode se dizer do descaso que é entendido como desprezo. Um comportamento próprio da pessoa que não se importa, que não dá atenção, que age com indiferença. Um desprezo pela coisa pública, pelo que foi colocado sob tutela do cidadão para seu usos e benefício dos outros enfim, do Estado. E ainda este, age com desconsideração, isto é, ausência de consideração, de cuidado, de atenção.

O distanciamento, tal como o próprio termo diz, é a distância entre dois objectos, coisas, etc. De acordo como dicionário da Língua Portuguesa o distanciamento é tido como derivados da palavra “distanciar” um acto ou efeito de distanciar ou de se distanciar, afastar-se, separar-se; e como posição de pouco ou menor envolvimento emocional ou afectivo (Pinheiro, Sd). É disto que

pesquisa se até. Do afastamento, separação da posição que o cidadão se coloca quanto ao seu envolvimento afectivo com a coisa pública.

Quanto ao descaso, da escassa literatura obtida durante este trabalho, à semelhança dos artigos sobre distanciamento, este é estudado no sentido contrário. É o Estado que o promove contra o cidadão. Por exemplo, Vasques (2006) falando do abandono de delinquentes realça o “aspecto do descaso estatal que custa caro à sociedade é o não cumprimento da devida separação do apenado de acordo com sua idade, seu grau de instrução e seu potencial criminológico” p.130.

O autor, porém, não define o conceito de descaso como tal limitando-se a fazer seu uso que através da acção estatal se percebe a aversão do mesmo pelos indivíduos do estudo de Vasques. Já o mesmo não pode ser dito do estudo do queniano, Quassim Cassam que trouxe para a pesquisa uma ajuda valiosa. Embora tratando de questões de epistemologia no seu estudo, entende o descaso como uma atitude afectiva (desprezo, aversão etc.) e involuntária diante de algo, e que funciona como uma avaliação deste algo. Afirma ele que:

O descaso no sentido comum é a falta de preocupação, descuido ou indiferença. A forma particular de descaso à qual alguns políticos estão sujeitos é o descaso epistêmico: uma indiferença ou falta de preocupação com relação a se suas afirmações são baseadas na realidade ou nas evidências. Descaso epistêmico significa não se importar muito com nada disso e ser excessivamente casual e indiferente em relação ao desafio de encontrar respostas para questões complexas, em parte como resultado de uma tendência a ver essas questões como muito menos complexas do que realmente são. O descaso epistêmico é uma forma particular de não dar a mínima. (CASSAM, 2019, cit. em Anjos)

Este conceito no seu sentido comum significa a falta de preocupação, descuido ou indiferença. É, pois, onde residem também as acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. No seu sentido literal estas expressões significam, sem omissão de nada, sem dar a mínima ao Estado. Em todas particularidades do que o Estado, Governo representam. O distanciamento assim como o descaso são usados para descrever não só as acções, mas também o próprio cidadão, seu Estado emocional ou afectivo, caracterizado por reacções afectivas negativas tais como a falta de apego bloqueando sua mente diante do mal prestes a fazer ou que está praticando.

O verbo distanciar é um verbo de acção, contudo esta acção verificada significa saída, afastamento ou separação cujo acção foi enunciada, mas em atitudes manifesta pelo comportamento. Um distanciamento “quimérico”. Pode se verificar observando como este individuo realiza suas actividades com ou sem cuidado, como se comporta propositado ou não propositadamente.

Swa Gavumend/Swa Mfumo como distanciamento não significam algo independente da acção empreendida, um estado mental no individuo que o leva a se comportar ou agir de tal forma. Ele não existe por si, mas, demanda de algo concreto seja feito para que *Swa Gavumend/Swa Mfumo*, como qualidade de distanciamento ou descaso, possa ser observado. Ou seja, tanto o

distanciamento quanto o descaso requerem conhecimento das suas ocorrências e de seus produtos para que o conceito *Swa Gavumend/Swa Mfumo* seja captado e considerado bem empregue como o distanciamento dos deputados para com as massas de que Ngoenha. S.E. (2015) faz referência, não obstante neste caso, serem os representantes do povo a distanciarem-se de seus patrões.

2.2.5. *Swa Gavumend/ Swa Mfumo*

Da literatura foi possível encontrar alguma informação em Bastos (1995), Ngoenha (2015 e 2019), Cuco (2021), Borges (1983), Demo (1985), Quassim (2019), Machel (1980), Menezes (2019), entre outros que serviram de ponto de partida. Embora estes autores não discutam este assunto, seus estudos serviram de suporte para a construção de um “novo conceito” com base no entendimento dos participantes da pesquisa. Por isso, a reflexão sobre as acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* suscitou um trabalho doloroso e muito aturado de definir, explicar o *Swa Gavumend/ Swa Mfumo* como centro do estudo.

Definir conceitos, principalmente novos com cunho empírico não é tarefa fácil, embora seja disseminado como enfatiza Harzem (1986, cit. em Bastos. A. V, sd.) que a “prática de definir operacionalmente os termos de linguagem cotidiana tem permanecido disseminada (...)” (p. 79). De facto, depois da concepção do tema e principalmente do problema da pesquisa, o trabalho árduo foi o de encontrar pesquisas feitas que tratassem do tema ou que se relacione.

Este trabalho é uma construção cujo conceito *Swa Gavumend/Swa Mfumo* pode ser inserido naquilo que se chama de “longa tradição dos estudos que buscam identificar e compreender factores pessoais que determinam o comportamento humano no trabalho” e para o caso da pesquisa, no seu local de convivência, integrando-o em algumas subáreas das ciências sociais e humanas quais sejam “atitudes e cognições frente ao trabalho” (Bastos, sd. p. 78).

Conceitualizar algo pela primeira vez constitui um processo perigoso ao qual Osigweh (1989, cit. em Bastos A V, sd) mostra que “os conceitos por serem classificações saturadas de significações, constituem os blocos de construção da ciência e, quando são formados inadequadamente, comprometem o carácter cumulativo do empreendimento científico” (p.78). Há aqui, portanto, uma grande preocupação em agregar diversas informações fíáveis e consistentes para que a pesquisa sobre acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* realmente se torne ciência.

Todavia, fazendo analogia com o trabalho de António Bastos(sd), embora pesquisasse sobre comprometimento, “todos componentes da validação de um constructo, parecem insuficientes para superar os problemas conceituais que caracterizam a pesquisa sobre” *Swa Gavumend/Swa Mfumo* porque “tais definições não eliminam os múltiplos usos já associados com a frase na linguagem quotidiana” (Bastos A. V., Sd, p. 78).

O quotidiano humano é acompanhado de linguagem que pode ser considerada banal, sem importância e interesse científico. Todavia, esta linguagem causa factos e fenómenos sociais dignos de análise científica. Aliás, a ciência surge também, através do questionamento humano, a lógica que este dá a tudo que existe em sua volta e o que ele representa para esse mundo bem como o que ele é. As aceções em análise são palavras ou frases que são expressadas no dia a dia. São parte dessa linguagem, porém, usada por cidadãos comprometidos com a destruição da coisa pública relacionada a ditado popular de descaso.

Por isso, “numa área que basicamente se apoia em relatos verbais, pode se dimensionar o impacto que tal facto tem, a nível dos conceitos utilizados” (Bastos A. V., Sd, p. 79). Interessa muito, pois, discutir, analisar o conceito *Swa Gavumend/Swa Mfumo*, “na linguagem cotidiana para elucidar a natureza deste constructo e identificar fontes de problemas conceituais oriundos da transposição do seu uso para o contexto científico” (Bastos A. V., Sd, p. 79). A identificação de estratégias que não se limitem aos recursos tradicionais utilizados pela pesquisa científica justificam estes esforços para superá-los.

Tratar do âmago das aceções que a pesquisa procurou analisar é também mexer, como já se referiu, com certas áreas da filosofia como a de linguagem. Os filósofos de linguagem como Wittgenstein (1968) também fazem um estudo derivado, instrumental da linguagem na medida em que esta é único meio de que se dispõe para abordar o objecto pesquisado.

A questão do recurso das aceções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* está, pois, no pensamento dos indivíduos. Estes são movidos por algo interior que dá lógica ao que fazem. Recorrendo à explicação de Nhumaio, (2019, p.78) “Wittgenstein estuda a linguagem movido e para resolver problemas da lógica do pensamento dos filósofos e cientistas sobre o mundo (e demais matérias) e não por interesse com questões do funcionamento e uso da linguagem no dia-a-dia dos falantes”.

Quanto a este trabalho, interessam, pois, essas questões do funcionamento e uso da linguagem no dia-a-dia dos cidadãos. “Parte significativa dos problemas conceituais- e mesmo de problemas empíricos – encontrados na pesquisa sócio comportamental é atribuída, pelos modernos filósofos de linguagem cotidiana para o contexto científico, sem uma compreensão clara da lógica envolvida no seu uso habitual” (Bastos A. V., Sd, p. 80).

As aceções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* são associadas a outras do uso comum, na Linguagem Quotidiana”. Na literatura consultada não foi possível encontrar estes termos ou conceitos de *Swa Gavumend/ Swa Mfumo* tal como são usados na pesquisa. Este, aliás, é um problema já mencionado da linguagem quotidiana que se procura cientificar. De facto,

Desde que todas as ciências da acção humana são comunicadas na linguagem cotidiana, e desde que as palavras da linguagem cotidiana têm significações e conotações que variam de acordo com o contexto verbal, um problema significativo surge em como se

estabelecer, correspondência entre linguagem e fenómeno (Harzem, 1986, cit. em Bastos A V, sd, p.80).

Socorrendo-se da “análise conceitual” proposto pelos filósofos da Linguagem, a definição das acepções *Swa gavumend/Swa Mfumo* “adequadamente empregada possibilita a utilização de termos cotidianos da ciência, sem levar às confusões, hoje comuns” (Bastos A V, sd, p.80). De acordo com Oliveira-Castro (1990, cit. em Bastos A V, sd. p. 80) “a explicitação da lógica dos usos dos conceitos na linguagem cotidiana permite, separar questões conceituais de questões empíricas [e] formular questões empíricas relevantes, na medida em que torna possível a identificação dos fenómenos aos quais os conceitos se relacionam”

Múltiplas são as interpretações ou significados que estão associadas ao conceito *Swa Gavumend*, na linguagem quotidiana quais sejam *Swa Gavumend*, *swa Mayene*, *swa Compony* *Swa Mfumo*, *swa Guvera*¹³. Estas são expressões proferidas frequentemente por falantes das línguas *cichangana*, *ronga*, *citswa* e *copi*¹⁴ havendo flexão do prefixo quando pronunciadas em *citswa*, *cironga* e *cicopi* de *swa* para *dzwa*, *ndza*. Porém, as três primeiras são expressões derivadas da língua inglesa como *Government*, *Mainers* e *Compound*. E já *Guvera* deriva da má pronúncia da palavra governo. Presume-se que estes termos *Government*, *Compound* bem como *Mainers* tenham sido trazidas/importadas por mineiros, viajantes na África do Sul a exemplo de várias outras palavras que já fazem parte do vocabulário moçambicano. Certamente que existem estas expressões ou outras línguas moçambicanas com o mesmo significado que este trabalho dá.

E por fim *Swa Mfumo* é uma expressão também usada pelos falantes nas línguas *changana*, *copi* e *ronga*. De facto, lido o Dicionário Changana-Português de Bento Siteo não foi possível encontrar este termo tal como é usado pelos cidadãos, tendo-se encontrado apenas o termo *Mfumo* que significa Governo, Reino (Siteo, 1996). É importante deixar claro que na linguagem sempre existe a flexão ou conjugação dos verbos. Em *Mfumo*, *Gavumend* ou em outro substantivo qualquer acresce-se o prefixo “*swa*” = “*é/são*” como o acima exposto para significar o que é de... “*há swa*” = o que não é de Na linguagem quotidiana estas expressões *Gavumend*, *Compony*, *Mfumo*, *Mayene*, *Guvera* são usadas nas mesmas línguas *changana*, *ronga* e *copi* para significar Estado com todos os poderes, o Governo, a Companhia/Empresa. O significado altera quando se lhes coloca o verbo “*swa*” que emite o sentimento de pertença ou não. Este sentimento é que define o ser dono ou não ser, pertencer ou não pertencer. Neste caso, o posicionamento do cidadão em relação a certos bens ou coisa pública.

Na pesquisa todos estes termos foram resumidos em *Swa Gavumend* e *Swa Mfumo* por representarem o mesmo fim na sua significação na linguagem quotidiana. Na tradução literal para

¹³ Governo

¹⁴Línguas faladas no sul de Moçambique mormente nas províncias de Gaza, Inhambane

a língua portuguesa “*ha swa*” seria de ninguém/sem dono e *swa* corresponde a “é do/da; dele/dela”. Portanto, *Swa Gavumend/Swa Mfumo* mostram o posicionamento do cidadão em relação ao que “não é seu, de outrem”, ao que “é do Estado” e por extensão da ironia ao que não tem dono, não é de ninguém. Por exemplo, *ha swa mina, ha swa mhunhu i swa hofu* – não é meu, não é de ninguém, pode se esbanjar, usurpar, sabotar etc. Assim, o *Swa Gavumend/Swa Mfumo* são a chave para melhoria da compreensão, flexibilização e ênfase dos objectivos do estudo.

É de esperar que por ser primeira vez a tentativa de compreendê-las, as expressões *Swa Gavumend/Swa Mfumo*, podem ser entendidas de formas desiguais e conflitantes relacionadas a seu significado. Como pode se depreender da explanação de Demo (1985) em seu estudo sobre metodologia, que pesquisa é uma actividade científica pela qual descobre-se a realidade. Parte-se do pressuposto de que a realidade não se desvenda na superfície. Não é o que aparenta à primeira vista e ademais os esquemas explicativos que nunca esgotam a realidade porque esta é mais exuberante que aqueles (p.22).

Swa Gavumend/Swa Mfumo aparentemente não signifique grande coisa para alguns para que seja digno de estudo, todavia, são a chave da pesquisa tomados num sentido de se referirem ao distanciamento do cidadão quando este corrompe, desperdiça o que é do Estado, matando a consciência. Ainda podem ser tomados num posicionamento contra o próximo, eximindo-se do sentimento de pertença.

O “*swa*” indica aquilo que não é seu, mas sim dele/deles e se for seu seria no sentido de que ninguém mais senão você a se servir deste *Gavumend*.

As designações *Swa Gavumend/Swa Mfumo* variam conforme a diversidade linguística que o país apresenta e também de individuo para individuo, sociedade para sociedade e de Estado para Estado não obstante o significado ser o mesmo. Diferentemente do *ownership* que significa o contrário. Esta multiplicidade de designações ao mesmo objecto fá-lo passar despercebido dificultando uma acção seja a nível interno e mais ainda a nível internacional. Apesar da multiplicidade de sua designações e interpretações ajuda a compreender que se está diante de um evento ruim que deve ser apresentado, conhecido e socializado como tal.

Por exemplo, a personagem de *xiconhoca* embora sua designação e significado tivesse cunho mais político na luta contra ganância e a libertinagem, evoca-se aqui não em todo o seu sentido e significado dado no período pós-independência. Evoca-se o seu ser traiçoeiro, cínico, irónico e preguiçoso. Estas características são associadas a esta figura que já naquela época, materializava em si todos os aspectos negativos que desafiavam o projecto do Estado e o projecto da nação: *Xiconhoca*, o inimigo. De facto,

Esta personagem fictícia, mas muito popular, condensava em si o arquétipo do moçambicano imoral e corrupto. As mensagens éticas e políticas que esta figura vai

transmitir transformaram-se rapidamente na marca dos comportamentos a evitar, sob risco de se ser penalizado pela justiça popular (Menezes, 2019).

Analogicamente, as acepções *Swa Gavumen/Swa Mfumo* e as respectivas acções em análise podem ser vistas como proferidas e engendradas por este tipo de personagem. Os *xiconhocas* estão em todo o canto, nas casas, na rua, na comunidade, nas instituições públicas, religiosas, políticas, além-fronteira, no seio das sociedades, enfim na mente dos cidadãos. Excluem-se psicologicamente da convivência normal da sociedade procurando saciar seus apetites e atingir seus objectivos.

Este mal quanto o de corrupção permanece e é sempre jovem, possante. *Swagavimentismo* e *Xiconhoca* não murcham, não desaparecem e não desaparecerão por si sós. Eles se enrobustecem e se reabastecem cada vez mais pelas acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. Esta é uma verdade que se perpetua e permanece sob olhar impávido e desavergonhado da sociedade. Claro que cada “sociedade possui o seu regime de verdade, acolhendo alguns, opondo-se a outros” (Foucault, *Microfísica do Poder*, 2007, p. 10). Como manter esta verdade oculta quando contamina as mentes das pessoas? Como a sociedade consegue acolher estas acepções sem questioná-las?

Devido à sua proximidade com a corrupção no seu surgimento e campo de atuação há ainda aqueles que podem atrelar este problema à corrupção, ao roubo, porém, a corrupção está avançada em termos de estudos feitos sobre ela. Deles foi possível compreender que a corrupção actua com fim a custo-benefício, há sempre uma troca e benefício de alguma coisa. E olhado este processo com a lupa da moral é corrupção quando alguém se desvia dos costumes e dos padrões pré-estabelecidos, muitos o denominam corrupto. Frequentemente ouve-se falar que uma pessoa foi corrompida porque não se encaixa nos padrões morais (...). Nesse caso, a corrupção seria sinónimo de imoralidade e teria grande relação com os preceitos impostos pela religião e pela cultura (Wood, 2013, p. 21). Seria imoralidade também apoderar-se de um bem comum em benefício próprio, vandalizar ou usa-lo de forma desperdiçada por ser *Swa Gavumend*.

Em Política Norberto Bobbio e os seus correligionários (1998, pp. 291-292) muito fizeram produzindo um dicionário que tem servido não só às ciências políticas como também em outras áreas. Para eles “corrupção designa o fenómeno pelo qual um funcionário público é levado a agir de modo diverso dos padrões normativos do sistema, favorecendo interesses particulares em troca de recompensa”. E mais adiante explicam o que significa ser corrupto que é, “portanto, o comportamento ilegal de quem desempenha um papel na estrutura estadual”. E, para aclarar mais as mentes eles ainda fazem distinção de três tipos de Corrupção. Passam-se em revista para dissipar equívocos entre *swagavumentismo* e corrupção.

O primeiro tipo seria a prática da peita ou uso da recompensa escondida para mudar a seu favor o sentir de um funcionário público; o segundo seria o nepotismo, ou concessão de empregos

ou contractos públicos baseada não no mérito, mas nas relações de parentela; e o terceiro tipo é o peculato por desvio ou apropriação e destinação de fundos públicos ao uso privado” (Bobbio, Matteucci, & Pasquino, 1998, pp. 291-292). Talvez atrelar-se-ia *Swa Gavumend/Swa Mfumono* terceiro tipo. Contudo, de forma breve dir-se-ia que corrupção é uma forma particular de exercer influência: influência ilícita, ilegal e ilegítima (Bobbio, Matteucci, & Pasquino, 1998, p. 293). E porque a política vai além do que seja moral os usuários destas acepções teriam a parte punitiva politicamente não corruptos.

Eis em parte porquê a humanidade é temida. A sua conduta. E muitos teóricos já há muito analisaram a conduta humana e da análise chegou-se a conclusão que faz Martins (2008, cit. em Wood, p. 21) avisar que “seja como for, confiar na humanidade sempre se revelou um exercício muito arriscado, haja vista a quantidade de barbáries que foram cometidas e se cometem nos quatro cantos do mundo”. Isto é, o homem merece atenção em seu comportamento, ser vigiado quando a vigilância devia ser intrínseca. Segundo Wood (2013):

Os seres humanos não são dotados originalmente de uma natureza benigna. Eles são naturalmente agressivos e que a felicidade se realiza através dessa agressividade e ao constituir uma sociedade, o homem abriu mão de sua agressividade e de parcela de sua felicidade em prol da segurança e da convivência, levando-o a viver um mal-estar na civilização (a Sigmund Freud, 1997, cit. em Wood, pp. 21-22).

As expressões aqui analisadas seriam uma forma agressiva que os cidadãos encontraram para distinguir o que pertence ao Estado e não a si próprio.

Define-se *Swa Gavumend/Swa Mfumo* a auto-exclusão do cidadão do Estado, de algo que o pertence. É o distanciamento ou afastamento que o cidadão dá da Coisa Pública, aliando nele o descaso e de vilipêndio para praticar o nepotismo, fazer mau uso de algo ou um bem sem exclusividade de pertencer ou não ao Estado. É uma atitude de descrédito, de banalização do Estado criando mecanismo de chamar atenção do mesmo sobre o que vai mal. Na linguagem quotidiana, *Swa Gavumend/Swa Mfumo* é o que não pertence a ninguém. Não tem dono. São recursos inesgotáveis tratados como gratuitos.

A partir do estudo, “imaginamos que sempre existe o que descobrir na realidade, equivalendo isto a aceitar que a pesquisa é um processo, interminável, intrinsecamente processual. É um fenômeno de aproximações sucessivas e nunca esgotado, não uma situação definitiva, diante da qual já não haveria o que descobrir” (Demo, 1985, p. 22).

O termo *Swa Gavumend*, *swa gavumentismo* e, por extensão, as outras acepções aqui apresentadas não são universalmente conhecidos com estas designações. Podem existir outros termos cuja finalidade seja distanciar-se, se eximir de um bem para tomá-lo como seu e que ninguém possa reclamar. Do mesmo jeito também, estes termos não são uniformemente compreendidas por indivíduos que partilham mesmo espaço.

2.2.6. Desenvolvimento e Políticas Públicas

Procura-se nesta parte um ponto de intercessão desenvolvimento e políticas públicas por entender-se que os dois conceitos têm muito a contribuir neste. Portanto, interessa para este trabalho abordar estes dois conceitos pelo facto de eles serem de algum jeito beliscados pelo *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. Antes é salutar recordar-se um pouco do surgimento do Estado que já se abordou quando se procura conceituar o Estado. Por exemplo na obra *Liviatã* de Thomas Hobbes (1651), ou seja, em obras dos contratualistas foi possível chegar-se a algumas ilações sobre o surgimento do Estado. Uma das ilações/ideias é de que o Estado surgira de um processo histórico, um processo resultante da complexidade da sociedade e da divisão de classes criado para assegurar o sistema de classes em vigor.

Também, existe a ideia mais defendida pelos contratualistas, aliás, uma ideia que tem base comum, diferindo, porém, em pontos de vistas individuais dos mesmos. Portanto, como se referia, para os contratualistas, o Estado surge do contracto dos entre os homens no qual eles renunciaram parte de suas liberdades para que pudessem contar com um poder cujo fim seria o uso da força para manter a ordem garantido desse modo os direitos de propriedade e a execução dos contractos.

Para que o Estado exista necessita de uma sociedade organizada e ordenada a nível nacional tendo como base a relação entre capital e trabalho onde se gera riquezas através da produção de mercadorias e lucros. O Estado necessita também da Jurisdição política, de movimento ético-político, teorias e estratégias sociopolíticas. Importa, deste histórico mostrar como o Excedente Económico fora motivo no Contracto Social.

O Excedente económico faz parte das necessidades de um Estado. O mesmo pode ser distribuído sem, porém, ameaçar a ordem capitalista, baseando-se e respeitando os princípios democrático e participativo. Portanto, o desenvolvimento do Estado e Políticas Públicas não devem estar alheios a estes itens e princípios. Porque estes itens são lesados com os efeitos da apropriação da coisa pública ou do outrem por parte do cidadão é importante discuti-los, não em suas formas e tipos, etc., mas, de uma forma geral pois estão sendo puídos pelo problema *Swa Gavumend*. Mostra-se um distanciamento/contradição entre as ideias desenvolvimentistas do Estado com o propósito das pessoas individualmente.

O Estado/empresa, instituição, etc., ficam preocupados com alocação de fundos e o cidadão por outro lado traçando e resolvendo equações de como transformar o desenvolvimento colectivo em seu individualmente. Preocupado com a forma com que ele obteria os produtos, fruto dos impostos gerados até por si. Assim, há um debate que os pesquisadores desta matéria levantam sobre estes dois conceitos ora que importa mencionar não de forma profunda pois tal debate não caberia nestas linhas.

O termo desenvolvimento é vago quando olhado de uma forma abstracta. Neste trabalho toma -se o termo como conceito no seu todo por se tratar do desenvolvimento em todas as áreas. Vai dai que alguns estudos obre a matéria mostram que o conceito «o Desenvolvimento» em si ser difícil de tratar (Macamo, 2022). Este entendimento fora também defendido por Rodney (1975) ao afirmar que o tal desenvolvimento na sociedade humana era e continua sendo multifacetado. Que o mesmo “implica maior perícia e capacidade, maior liberdade, criatividade, autodisciplina, responsabilidade e bem-estar material” (Rodney, 1975, p.8). A autodisciplina e a responsabilidade são palavras que dão maior impacto, que demonstram a conduta que deva ser tomada por qualquer individuo dentro do Estado. Não seja algo imposto, mas algo intrínseco.

Neste contexto, Macamo (2022, p.7) afirma que “o desenvolvimento é um projecto normativo na medida em que ele representa um compromisso ético”. Deve-se olhar para o desenvolvimento como uma reflexão da moral que embora seja muitas vezes visto do nível macro, que envolva a sociedade, o cidadão deve saber e perceber que faz parte desta tarefa. O desenvolvimento é resultante das “decisões formuladas e implementadas pelos governos dos Estados nacionais, subnacionais (...) em conjunto com as demais forças vivas da sociedade” (Heidmann & Salm, 2009)

O desenvolvimento é uma totalidade. É um processo cultural integrado que inclui valores como o ambiente natural, as relações sociais, a educação, a produção, o consumo e o bem-estar. O desenvolvimento é endógeno, só pode vir do interior da sociedade, a qual define soberanamente a sua visão e a sua estratégia, e conta primeiramente e sobretudo com as suas forças internas e com a cooperação com as sociedades que partilham com ela os seus problemas e aspirações. (Fundação Dag Hammarskjold, cit. em Rodney, 1975)

Em qualquer Estado seu crescimento é medido pelo desenvolvimento que sua sociedade apresenta. E para que tal aconteça deva se eliminar privações e liberdade que que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer de forma ponderada sua condição de agente (Sen, 2000). O Estado e as pessoas são o ponto fulcral para o desenvolvimento de ambos. A liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e da sociedade afirma Sen. Infelizmente, esta conclusão de Amartya Sen não é entendida da mesma forma pelos Estados e alguns de seus cidadãos como deixa explicita este estudo. Ainda nesta senda desenvolvimentista estão os estudos anteriores, de Nisbet (1969), que agregam o factor progresso das civilizações. O progresso como algo que move os humanos. Todos almejam o progresso, isto é, progredir economicamente e consequentemente em outras áreas.

Portanto, procura-se entender não somente sobre o “Desenvolvimento” por este poder ser entendido de formas diferentes em função da perspectiva, mas sim, do Desenvolvimento do Estado enquanto um todo saído do contracto social. Não se trata de levantar imbróglis, mas mostrar o quão a questão dos significados dados quotidianamente ao Estado, à coisa pública e de forma

implícita a como a política é entendida. Que o desenvolvimento não é questão do cidadão, mas sim do Estado e, portanto, a corrida de quem consegue arrancar os bens que são direccionados ao bem colectivo. O desenvolvimento integrado encontra algumas nuances dirigidas pelo *Swa Gavemend/ Swa Mfumo* ou ainda *swa mayene*.

O desenvolvimento de um Estado economicamente também depende de suas políticas públicas. Há um coro de descontentamento passando a ideia de algo estar a falhar nas suas políticas estatais deixando maior parte de seus cidadãos distantes e com muita gana de açambarcar o Estado e suas instituições. As Políticas Públicas também são questionadas por não satisfazer as necessidades dos cidadãos. No lugar de resolver estas passam a constituir um outro fenómeno complicado por serem constituídos por diferentes objectivos, interesses, valores e actores rodeados por limitações que procuram conciliar os objectivos políticos com os meios para alcançá-los (Pedone, 1986).

Debruçando-se sobre Políticas Públicas autores como Dias & Matos(sd.) são unânimes em afirmar que elas são a resolução de problemas públicos que afectam a colectividade a exemplo da cooperação entre os actores envolvidos de forma participativa e dialogística. As políticas públicas são iniciativas que materializam a ação do Estado e são colocadas em prática por autoridades governamentais.

A resolução dos problemas da colectividade constitui o objectivo dos governos ou do Estado por isso Bucci (1997), considera políticas públicas uma coordenação do Estado, harmonizando as actividades estatais e privadas para a realização de objectivos socialmente relevantes e politicamente determinados (p.91). De salientar que tantas são definições destas políticas, algumas de carácter mais clássico que se concentram no papel dos governos e outras actuais, que direccionam seu foco para as políticas públicas como solucionadoras de problemas. Para Marques (2016,), por exemplo, “estudar políticas públicas é analisar por que e como o Estado age e como age, dadas as condições que o cercam “(p. 24).

A planificação destas políticas públicas está a cargo da administração de cada governo depois de identificadas as necessidades por atender/responder. Por exemplo em Moçambique a política pública é definida pelo governo após o reconhecimento deste da existência de um problema público. De facto, o governo determina ou orienta a política seja ela lei ou decreto virada para a resolução do problema sob forma de norma ou política.

Repare-se desta feita para o conceito deixado pelo Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC). O mesmo define Política Pública como “um processo ideologicamente orientado para a tomada de decisões, com a finalidade de se alcançar os objectivos ou satisfazer os interesses de um determinado grupo social” (MASC, 2010, p.23). A realização dos objectivos socialmente relevantes e politicamente determinados faz deste debate uma base importante para a reflexão

dentro da pesquisa como também sua actuação em relação ao problema *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. Importa para tal abordar quão desafiante são estas acepções para as políticas já existentes e como desenha-las em função das já referidas expressões.

O facto de *Swa Gavumend/Swa Mfumo* serem já usadas de forma desinibida, com atitudes ou verbalmente mostra a gravidade das mesmas para o desenvolvimento. Todavia, na condição em que a estas acepções aparecem e são ditas, necessitam de uma intervenção mais político-administrativa que coercitiva. O Estado é digno protector, que porquanto importa mostrar ao cidadão que o cuidado do bem comum, da coisa pública é da responsabilidade de todos. Mostrar ainda que o estado é digno representante e o governo por sua vez, principalmente identificado pelo grupo político através das Instituições Políticas, é que está no comando de um Estado.

Cabe ao Governo a finalidade, enquanto autoridade governante de uma nação ou unidade política, de reger e organizar a sociedade em função do tamanho do Estado, podendo este ser local, regional e nacional. Local no sentido de que seja qual for a designação ou divisão administrativa desse local (bloco, quarteirão, bairro em diante) existe a mão e olho do Estado que deve cumprir e fazer cumprir as normas estatais e fazer valer a políticas públicas. Para tal mostra-se de que forma o Estado deve participar através do poder legislativo, executivo e judiciário onde cada função desses poderes é garante do bom funcionamento da máquina estatal e garantir os direitos dos povos (cidadãos) pactuantes do contracto original.

Todavia, admite-se que uma política pública adequada para o caso em estudo é muito complexa. Complexa porque primeiro os cidadãos não têm conhecimento de sua existência e de seu funcionamento. Há que educar o cidadão sobre elas e mostrar o que ele como pessoa tem a ver com estas políticas públicas. De acordo com Estevão & Ferreira (2018), na formulação de políticas públicas há que respeitar certas providências quais sejam:

- Interpretar as linhas de acção que serão escolhidas para resolver uma questão que são tomadas no momento em que uma posição é vista como problema a ser incluída na agenda governamental;

- Seguir passos como: a conversão de estatísticas em informação relevante para o problema; análise das preferências dos actores; acção baseada no conhecimento adquirido.

A criação de uma política que possa resolver o problema do conceito *Swa Gavumend* carece de uma aceitação da sua existência para que a solução seja pensada por todos. Como auxílio para a elaboração da proposta da política pública segundo Pedone (1986), o responsável pela preparação deve reunir-se com os actores envolvidos no contexto no qual esta será implementada para que apontem a melhor forma de proceder. Todavia, o cerne não é quem formula a política, mas sim é a origem do problema *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. Assim uma política recebe o adjetivo de “pública” se o problema que tenta enfrentar é público.

CAPÍTULO III. METODOLOGIA

“Método é a alma da Teoria” afirma Lênin (1965, cit. em Minayo, 2002).

A frase de Lênin já deixa claro que tarefa se reserva neste capítulo. Para melhor percepção da escolha do caminho traz-se uma breve contextualização sobre este assunto que se achou importante ter conhecimento antes de realizar a pesquisa. A partir do Século XVII eminentes pensadores se empenharam no desenvolvimento do método que possibilitasse o conhecimento da natureza e fosse útil para todas as ciências.

A necessidade de responder a vários questionamentos como por exemplo “o que é conhecimento? Como se adquiria tal conhecimento? Se havia forma para tal? levou os filósofos da época a aventurarem em seus estudos elaborando explicações e respostas a estas perguntas. Foi precisamente no Século XVIII que mais debates surgiram onde cada pensador se esgrimia em trazer sua percepção, resultado de pesquisas. Foram levantados debates interessantes. Por exemplo, Platão, o Estagirita, acreditava em um conhecimento espiritual, isto é, que este provinha do espírito, era natural. Para ele conhecer impunha voltar-se para a contemplação do mundo espiritual.

Para o empirista inglês John Locke, o conhecimento nada tinha a ver com o inato. Este era exterior ao ser humano, constituído a partir da experiência directa com os objectos com os quais este ser lidava no seu quotidiano, com a natureza e nas relações sociais. O debate ia se tonando cada vez aceso e mais produtivo. Dizia Locke a mente só adquire ideias através da experiência. Todavia, entrando no debate Immanuel Kant considerado um dos pensadores mais influentes da filosofia moderna critica o apriorismo de Platão e o empirismo de Locke por duvidar do conhecimento como sendo apenas empírico. E para Marx, o conhecimento é vinculado a História dos homens, das suas relações sociais com o modo de produção. Este debate elucidava o quão árduo é a produção do conhecimento. Várias concepções surgiram e delas curso da história e o mundo foram influenciados.

Fruto de estudos aturados de vários cientistas como Francis Bacon, René Descartes, Galileu Galilei e tantos outros surge o método. Tal método era baseado na observação sistemática dos factos, na experimentação e na indução, apoiado no rigor matemático. Com a aplicação do mesmo, estaria garantida a eficácia na investigação na busca da verdade. O debate só estava iniciando e não se pretende enveredar por esse caminho. A importância deste histórico está a sua conclusão. Dentre eles o significado e sua necessidade. Que métodos podem ser usados nas pesquisas.

Minayo, Deslandes, Neto, e Gomes (2002) entendem por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade ocupando um lugar central no interior

das teorias estando sempre referida nelas como articulação entre conteúdos, pensamento e existência (p.16).

É importante a forma como estes autores abordam a metodologia. Mostram como a metodologia pode ser vista e manuseada principalmente por principiantes na pesquisa pois eles incluem “as concepções teóricas de abordagem, o conjunto o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador” (Minayo, Deslandes, Neto, & Gomes, 2002, p. 16). Entretanto (Demo, 1985) já havia definido Metodologia como ma preocupação instrumental (p.19). Segundo este autor a metodologia “trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos”. Acrescenta ainda que sua “finalidade é tratar da realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos. Disto trata a metodologia” (Demo, 1985, p. 19).

Como já se vem debatendo a questão de entendimento sobre o conhecimento, método, metodologia foi fundamental na medida que desse debate teve-se mais conhecimento e ponto de partida para a reflexão sobre *Swa Gavumend/Swa Mfumo*, não obstante o conselho de Demo (1985). Este autor acha que é “um erro superestimar a metodologia. No sentido de cuidar mais dela do que de fazer ciência”. O mais importante de acordo com este autor é chegar-se onde nos propôs chegar que é fazer ciência, porém, a pergunta pelos meios de como chegar lá e essencial também, contudo, é especificamente instrumental (Demo, 1985, p. 19). A metodologia de pesquisa é necessária para colocar parâmetros ao longo do percurso, colocar directrizes ao investigador ampliando seus conhecimentos sobre determinado objecto, facto ou fenómeno.

A Metodologia é ainda o itinerário de um processo de produção de conhecimento através dos procedimentos que a pesquisa seguiu desde a definição do tipo de pesquisa, procedimentos, elaboração de instrumentos de pesquisa até ao tempo previsto para a colecta de dados, tratamento e análise de dados. A procura de trazer *Swa Gavumend/Swa Mfumo* na arena académica, para que através dos caminhos escolhidos seja testado constituiu um trabalho árduo, mas que valeu a pena desafiar. O estudo exigiu uma visão ampla do Estado, da sociedade e, portanto, o recurso às fontes públicas, legislação, discursos presidenciais sobretudo da primeira república, revistas, dissertações e teses de história e ciência política.

A maior parte destas fontes e sobretudo de trabalhos académicos, nomeadamente os que serviram de base teórica desta dissertação envolvem o trabalho de campo, estudo de caso e uma abordagem qualitativa. Consultados livros de metodologias deparou-se com os problemas metodológicos ali levantados que muitos cientistas já fizeram estudos. Não se caiu nestes males e os poucos erros foram minimizados com recursos aos procedimentos, explicados mais adiante, adoptados. Já havia conhecimento desta advertência/realidade. As possíveis dificuldades em relação aos métodos foram experimentadas aquando do preparo do projecto e na fase de

implementação do mesmo porque balançou-se na tendência da actividade científica caracterizada pelo reconhecimento da pluralidade epistemológica e metodológica. Foi um momento de discussão de ideias sobre das acepções usando estes instrumentos científicos. De facto, esta visão é defendida por Alves-Mazzotti(2006) quando afirma que:

O processo de produção do conhecimento científico pode ser visto como uma espécie de conversa, uma interlocução contínua entre pesquisadores de uma dada área. Participar desse diálogo é essencial ao ofício de pesquisador, pois é por meio dele, da avaliação crítica da comunidade acadêmica, que os novos conhecimentos produzidos são validados ou não (p. 638).

Da reflexão sugerida nascerão mais debates, críticas e sugestões que produzirão mais conhecimentos seguindo ou não estes caminhos que ora foram usados neste trabalho de natureza qualitativa.

3. Classificação da Pesquisa

3.1. Quanto ao Enfoque/ Abordagem

Foi uma pesquisa aplicada porque foi dedicada à geração de conhecimento sobre as acepções que distanciam o cidadão do Estado. Ela visou estudar o efeito das acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* no clima societário com vista a melhorar as relações interpessoais e mormente entre Cidadão/Estado cujo fim último é o bom uso da coisa pública. Igualmente o seu propósito visou conduzir uma reflexão que produzisse soluções para curto, médio e longo prazo.

3.2. Quanto à Natureza

Pelo objecto de estudo inspirou uma pesquisa com paradigma qualitativo¹⁵ do tipo estudo do caso. O objecto de estudo espelhou-se pela singularidade das situações contextuais e sua finalidade visando compreender os sentidos e significados co-produzidos pelos cidadãos actores em contexto, sendo que o investigador procurou, tão-somente, ser intérprete a partir das narrativas produzidas pelos participantes no estudo (Canastra, Haanstra, & Vilanculos, 2015, pp.10 - 11). Este paradigma ajudou a introduzir os cidadãos à pesquisa e fazê-los perceber de que se tratava e eles pouco e pouco entenderam o quão real era o fenómeno das acepções. Juntos perceberam através deste paradigma que estas acepções são uma construção social que continua ganhando seu espaço e alargando cada vez mais seus usuários. Embora de forma subjectiva a interacção

¹⁵O enfoque qualitativo assume que a realidade é uma construção social e subjectiva que vai ser construída na interacção entre o investigador e o fenómeno em estudo; a forma confiável para conhecer tal realidade, é por interpretação dos significados que os actores atribuem a um determinado fenómeno ou acontecimento; O objecto de estudo, neste enfoque, inscreve-se na singularidade das situações contextuais e sua finalidade visa compreender os sentidos/significados co-produzidos pelos actores em contexto, sendo que o investigador procura, tão-somente, ser um intérprete a partir das narrativas/textos produzidos pelos participantes no estudo. Cf. Canastra, Haanstra, & Vilanculo sem Manual de Investigação Científica da Universidade Católica de Moçambique, 2015.

determinou o entendimento e os contornos que as acepções foram ganhando e as diferentes maneiras como as mesmas são percebidas e usadas por diferentes actores bem como perceber os diferentes ângulos que o fenómeno *Swa Gavumend/Swa Mfumo* pode tomar caso não seja estudado. Destes vários ângulos escolheu-se o que está neste momento em estudo- a reflexão sobre as acepções. Esta forma de tratar este fenómeno teve como base a explicação de Canastra, Haanstra, & Vilanculos (2015) quando referem que:

O termo “paradigma”, neste contexto, significa que a realidade empírica é perspectivada de várias formas e partir de diversos ângulos. Assim sendo, dependendo do “ponto de vista” em que nos colocamos, “vemos” de uma determinada forma e seleccionamos um determinado ângulo do fenómeno ou acontecimento em estudo. A complexidade a partir da qual apreendemos a realidade é enorme, obrigando-nos a “seleccionar” um determinado olhar e a ser coerente com ele. Paradigma, neste sentido, é o modo com [sic] vemos e interpretamos a realidade na qual estamos inscritos, seguindo determinados pressupostos epistemológicos e procedimentos metodológicos. (Canastra, Haanstra, & Vilanculos, 2015, p. 8).

Partindo desta visão, procurou-se no máximo focar-se nos significados que os entrevistados foram dando e prestando-se toda atenção igualmente a detalhes faciais bem como ao tom das vozes procurando sempre que possível interpretar os entendimentos dos participantes do estudo. A meta deste paradigma que se propôs a seguir visou interpretar as percepções que iam sendo recolhidas no campo a partir das entrevistas feitas para lhes atribuir significado e por consequentemente conhecer com profundidade o “como” e o “porquê” do uso das acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* pelos cidadãos. Seguindo o guião pré-elaborado questionou-se como estas acepções surgiram, qual era seu alcance e porque são atualmente mais utilizadas.

O recurso à mais qualidade que quantidade também contou, não obstante, a repetição dos mesmos eventos nas áreas onde decorreu o estudo. De facto, Minayo, Deslandes, Neto, & Gomes (2002, pp.21-22), confirmam essa tarefa das pesquisas qualitativas que respondem a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com um universo de significados intrínsecos ao ser humano.

Em relação aos “sentimentos”, procurou-se entender qual era o sentimento de cada participante ao usar as acepções, suas “aspirações” ao empregá-las no seu quotidiano, suas “crenças”, isto é, em que acredita que estas podem satisfazer ou resolver suas apetências e ensejos. Quanto aos “valores” e “atitudes” do uso de *Swa Gavumend/Swa Mfumo*, cada participante foi confrontado com a questão do pacto firmado entre si e o Estado. O respeito pelas normas de convivência que suas atitudes e valores atropelam-nas.

3.2.1. Delimitação e Caracterização do Caso de Estudo

O caso em reflexão são os significados das expressões *Swa Gavumend/ Swa Mfumo* dados e usados na linguagem quotidiana para se referir ao Estado ou algo a este pertencente. Na gíria

designam-se *Swa Gavumend/ Swa Mfumo*, *Swa Mayene* ou ainda *Swa Hofu* àquilo que não pertence a quem emite tal mensagem. São inclusas também outras significações em outras línguas moçambicanas ou estrangeiras desde que demonstrem/transmitam um distanciamento entre o cidadão e o Governo e ou Estado. Este caso caracteriza-se por demonstrar um descaso, distanciamento e banalização do Estado e seus esforços de desenvolver seu território em todas as áreas. É um caso implícito, cuja mensagem também é implícita, contudo, sua prática negativa é explícita. E porque quem pratica e produz o fenómeno são as pessoas, elas têm diversas características.

A pesquisa foi feita junto com pessoas comuns com idades compreendidas entre 20 anos a 70 anos, com níveis de escolaridade que variam de “não escolarizadas a escolarizadas”. As escolarizadas caracterizam-se por sua vez, em menos escolarizadas a níveis mais altos de escolarização como nível primário a superior até o grau de mestre em diferentes áreas do saber. São indivíduos que prestam seus serviços nestas áreas de estudo sendo funcionários públicos e privados entre dirigentes que lideram repartições e departamentos dentro das instituições. Ainda trabalhou-se com cidadãos comuns, aqueles que trabalham em diversos ramos até ao doméstico (não assalariados, camponeses, estudantes, pedreiros, cobradores e motoristas de “minibus” vulgo chapeiros entre outros que vivem de biscates). Estes participantes, são pessoas de diferentes extractos sociais, residentes em Xai-Xai e Chongoene, subáreas que partilham fronteiras, hábitos e costumes, a cultura, pensamentos e comportamentos. Importa referir que enquanto se fazia o mapeamento quanto o trabalho final (entrevistas) percebeu-se o quanto as características eram tão indistintas e quão estas pessoas faziam uso das acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* de acordo com necessidades individuais.

3.3. Quanto aos Procedimentos Técnicos e aos Objectivos

Recorreu-se a procedimentos sistemáticos que foram utilizados para produzir este conhecimento baseando-se em explicações sobre as acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* dentre eles o estudo do fenómeno. Estes procedimentos ofereceram as bases lógicas. Dentro do paradigma qualitativo, a pesquisa foi feita combinando dois procedimentos técnicos. Os mesmos, foram tomados em diferentes graus, a saber: estudo do caso do tipo exploratório como o mais influente. Este procedimento foi coadjuvado por recursos pontuais, de acordo com a necessidade do trabalho, pela observação. A observação foi feita através do trabalho de campo, sobretudo para captar momentos em que o fenómeno acontecia “visto ser o que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais” (Gil A. C., 2008, p. 16).

Baseado no estudo de Yin (1990, cit. em Campomar, 1991), o estudo do caso *Swa Gavumend/Swa Mfumo* foi uma forma de fazer social empírica ao investigar-se seu fenómeno

actual dentro de seu contexto de vida real. As fronteiras entre as acepções e o contexto em que as mesmas aparecem não são, também, claramente definidas. Entrevistados os participantes, identificaram-se as acepções e foram aparecendo mais outras com mesmo propósito. Uma a uma, foram explorados os seus significados e o impacto deste evento social que procura espaço de abordagem nas políticas públicas. Igualmente, procurou-se compreender do participante, enquanto decorria a recolha de dados, a sua contribuição para a mudança desta atitude.

O estudo de caso enquanto procedimento permitiu ainda escolher os intervenientes propositadamente e a colecta de dados foi concebida de forma aberta (Flick, 2013, p.23). Permitiu igualmente que se respondessem questões como: “o quê” é *Swa gavumend/Swa Mfumo*, “porquê” dessa designação e seu uso e “como” as acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* são percebidas, tratadas e usadas, contudo, algumas asserções foram definidas para serem indagadas. A observação de Flick (2013) é também defendida por Almeida (2016) quando afirma que “a pesquisa envolve questões “como?” e “por quê?” e não propriamente “o quê?” e “quantos?” (p.64).

Yin (2001), já enfatizava a importância do tipo de questões propostas para distinguir os estudos de caso de outras modalidades de pesquisa nas ciências sociais (p.28). Explica ainda que no estudo de caso “faz-se geralmente uma questão do tipo “como” e ao “porquê” como uma estratégia quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos” (Yin, 2001, p. 28). Como acontece com as acepções, não há um domínio sobre da magnitude do fenómeno que simplesmente acontece em circunstâncias diferentes na mesma sociedade.

Como especialista deste tipo de estudos Robert Yin (2005) deixa claro alguns pormenores como onde o estudo de caso deve ser usado como por exemplo na busca de compreender fenómenos sociais complexos, permitindo uma investigação que preserve as características holísticas e significativas da vida real (p.25). Portanto, estes foram os motivos que levaram ao uso deste procedimento na pesquisa o que a tornou frutífera tendo-se aprofundado de forma exaustiva o fenómeno, o que permitiu seu conhecimento amplo e detalhado recorrendo ao estudo de caso do tipo exploratório e analítico.

Procurava-se por essa via obter informação que possa servir na produção de conhecimento por não existir, nesta área de conhecimento informação sistematizada sobre a problemática que *Swa Gavumend/Swa Mfumo* levanta. A dimensão analítica permitiu por sua vez a problematização das interpretações correntes do que está sob investigação e, por vez, as teorias que sustentam tais interpretações como explica Almeida (2016). Exploraram-se as diferentes percepções sem descuidar da análise e descrição das expressões *Swa Gavumend/Swa Mfumo*, agentes e situações complexos, com dimensões variáveis em interconexão como avança Almeida (2016, p. 61). O estudo de caso não só foi utilizado para descrever ou explanar. Ele foi utilizado também para explorar este e outros fenómenos sociais e políticos ligados às acepções em análise. O seu recurso

permitiu, pois, envolver uma análise intensiva e fazer a descoberta de relações entre o cidadão/cidadão, cidadão/Governo e cidadão/Estado que não seriam encontradas de outra forma.

Embora não tenha sido de forma rígida essa identificação de relações, foi possível que após a identificação dos elementos-chave e dos factores que se relacionam com o problema se colectasse informações que atendem às características próprias do objecto estudado. Entretanto, foi necessário delimitar os focos de investigação e seus contornos porque impossível foi explorar todos os ângulos do fenómeno em um único espaço e num período de tempo limitado.

O método permitiu que a pesquisa explorasse profundamente as diferentes acepções sustentadas pela acepção *Swa Gavumend* e pela acepção *Swa Mfummo* e se entendesse os fenómenos de acordo com a perspectiva dos participantes quando se trata do comportamento deles em relação ao Estado dentro do contexto que os envolve político, económico e sócio-culturalmente. Permitiu, enfim, medir qualitativamente o alcance das significações que os indivíduos dão para através delas se reflectir no que conduziu a elas.

Ciente da existência de um grande debate sobre as reclamações levantadas à volta do estudo caso, atrelou-se na justificação e lição deixada por Yin (2001, p.30) de que “bons estudos de caso são muito difíceis de serem realizados” sem, no entanto, tirar mérito a pesquisa.

O objectivo deste trabalho não foi o de “medir” a realidade estudada, mas “compreender” e “analisar”, a partir dos actores em contexto, os significados produzidos em torno da actividade desenvolvida por estes (Canastra, Haanstra, & Vilanculos, 2015). Para alcançar os objectivos do estudo recorreu-se também à procedimento documental como base de sustentação porque as diferentes teorias defendidas para temas afins como *ownership*, sentimento de pertença, comprometimento, bem comum ou coisa publica e outras informações importantes para esta reflexão foram encontradas em documentos (vários artigos e livros) sobre o assunto. Estes documentos explicaram a sua pertinência.

Os temas serviram de base sólida para se chegar ao descaso e distanciamento temas que se mostraram contrárias ao que muitos estudos apresentam. Este procedimento apoiou na interpretação de muita informação teórica, no alinhamento do que exactamente se requeria na pesquisa em especial.

Para se chegar a esses estudos recorreu-se a consulta de artigos publicados, consultando nesse caso, usando as palavras chave ligadas ao tema *Swa Gavumend* na internet. Quer dizer, os mesmos foram escolhidos em função do tópico que seguidamente foram bem analisados, resumidos através de fichas de leitura. As fichas permitiram que posteriormente se fizesse o cruzamento de seu conteúdo com a informação de campo. Em algum momento recorreu-se a outros materiais de consulta técnica como manuais e jornais notícias televisivas embora abordassem os assuntos como roubo, corrupção, vandalização etc.

Resumindo, a pesquisa valeu-se de materiais já elaborados mormente livros, artigos científicos e outras publicações como revista e periódicos o que permitiu a obtenção de uma vasta gama de informação em curto espaço de tempo. É do conhecimento que o desenho de um projecto de pesquisa tem obedecido diferentes formas de acordo com o interesse de onde o mesmo deve ser submetido, não obstante algumas análises feitas por metodólogos.

De facto, o desenho do projecto e a realização da pesquisa não foi um processo linear e acabado. Foi uma constante construção e as suas fases foram interligadas, tendo havido o ponto de partida e a dado momento tendo se voltado a esse ponto de partida numa linha circular. Por exemplo, Gil (2002, p.21) propõem o recurso ao anteprojecto que passará, ao longo dos ensaios, por alterações significativas até chegar-se à elaboração do projecto que conduzirá a pesquisa – projecto definitivo embora ele não concorde com um projecto estático.

Para Gil (2002), é “conveniente lembrar que a ordem dessas etapas não é absolutamente rígida. Em muitos casos, é possível simplificá-la ou modificá-la. Essa é uma decisão que cabe ao pesquisador, que poderá adaptar o esquema às situações específicas” (p. 21). Hammersley e Atkinson (1995, cit. em Maxwell, 2012) seguindo a mesma senda, mostram que “em um estudo qualitativo, o projeto de pesquisa deve ser um processo reflexivo operando em todas as etapas de um projecto”¹⁶ (p. 214). Por isso, “o pesquisador pode precisar reconsiderar ou modificar qualquer decisão de projeto durante o estudo em resposta a novos desenvolvimentos ou a mudanças nalgum outro aspecto do projeto”¹⁷(Maxwell 2012, p.215).

Partindo deste pressuposto e de outras justificativas, a pesquisa pôde contar com estas ideias e sempre, à medida que se trabalhava no campo e nos respectivos dados recolhidos, por um lado, e a produção do texto por outro lado foram re-observados e corrigidos certos detalhes a bem da ciência. Por exemplo, o número de participantes nas entrevistas foi reduzido em função de novos eventos que foram ocorrendo como a análise e reflexão em torno das acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* cujo seus usuários não são estimados taxativamente.

3.4. Participantes e Amostra da Pesquisa

Apesar de ser uma nova abordagem academicamente, as expressões *Swa Gavumend/Swa Mfumo* são bem conhecidas pela maioria entre usuários. Elas são frequentemente usadas na vida quotidiana, embora algumas pessoas não admitam abertamente. Dos que admitiram abertamente estão os que sofreram seus efeitos e os que simplesmente têm conhecimento por ouvir falar.

Antes da pesquisa fez-se o mapeamento para aferir a até que ponto as acepções eram do domínio público por um lado, e por outro para testar os instrumentos de recolha de dados. Da

¹⁶Tradução livre da estudante

¹⁷Idem.

técnica de mapeamento, abordava-se aos possíveis/prováveis entrevistados em função das questões: “já ouviu falar das acepções *Swa Gavumend/ Swa Mfumo?*” “alguma vez teria se servido delas?”, se “já ouviu alguém as empregando no seu quotidiano?” ou ainda se “já sofreu com essas expressões?”. Portanto, em função do seu sim tornava-se elegível para participar da pesquisa, de acordo com sua anuência.

Através deste mapeamento percebeu-se que seu número de conhecedores das acepções, embora não existam estatísticas, não excedia os 100.000 por área. Por isso definiu-se o universo como sendo finito (Gil A. C., 2008, pp. 96-97). Participou da pesquisa um conjunto selecionado de cidadãos incluindo grupos focais com diferentes segmentos, velhos, jovens, homens, mulheres. Estes foram divididos em dois grupos designados de cidadãos comuns e de funcionários públicos. No primeiro grupo estão os comerciantes, pedreiros, fotógrafos, trabalhadores de empreitadas, donas de casa, empregados domésticos, trabalhadores dos transportes semi-colectivos entre outros. No segundo estão todos os funcionários públicos, lideranças, agentes públicos. Os funcionários públicos apresentam-se em número maior porque os dirigentes também fazem parte do sector público seguidos dos cidadãos Comuns com emprego remunerado ou não, e desempregados. Portanto, o universo é composto por todos os estratos sociais como demonstra a gráfico 1.

Gráfico 1: Universo dos Entrevistados



Fonte: Autora, (2024)

As entrevistas decorreram dentro de algumas instituições (em sala de reuniões, gabinetes), na rua, paragens etc. Aos interpelados na rua a entrevista decorria na hora e aos restantes houve espaço para a remarcação da entrevista. A perspectiva da pesquisa era realizar em todos os extractos sociais pelo facto de o fenómeno em estudo ser verificado em todos eles sem discriminação do cargo ocupacional, nível académico, religião etc. Não tendo sido possível a todos, procurou-se no máximo a representatividade e acessibilidade na condução do fenómeno

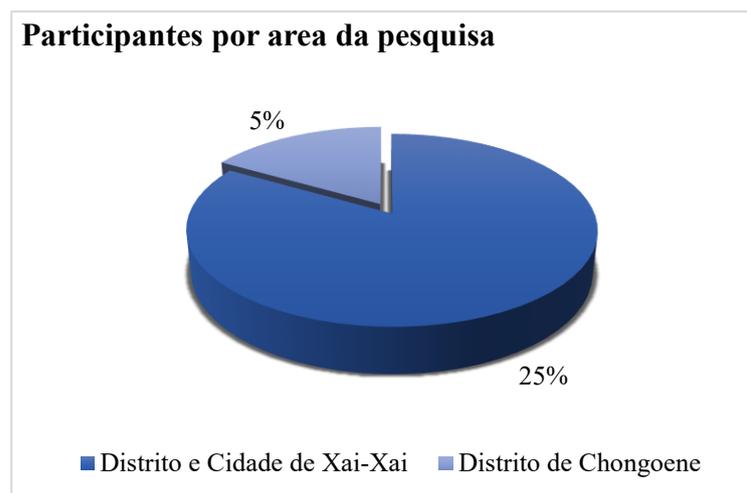
pesquisado, tendo sido entrevistados indivíduos dos quais fosse possível extrair os dados e informações relevantes à pesquisa.

Outro factor relevante para a escolha destes está relacionado à importância destes como veículos primários para a consciencialização da sociedade. Enquanto prestavam a entrevistas revelava-se a sensibilidade e consciência do problema representado pelo *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. Isso constitui um factor positivo para a pesquisa cuja função é educar, resolver problemas da sociedade, reflectir, isto é, contribuir em conhecimentos úteis à sociedade.

Enquanto se fazia o mapeamento constatou-se que as aceções em estudo eram sobejamente conhecidas e usadas de forma dissimulada por maior número. Por essa razão que também já na realização da pesquisa, porque se mostrava muita gente com conhecimento delas se alcançava a saturação teórica¹⁸ e essa maioria não é propriamente o único objectivo da percepção da gravidade do problema, mas também o foco de garantir a validade e confiabilidade da pesquisa (Silva & Russo, 2019, p.4).

Quanto aos universos não se optou pelo universo infinito tendo se recorrido a universo finito e estimado em de 300 pessoas entre usuários e lesados por estas aceções espalhados nas áreas circunscritas. Deduziu-se da fórmula científica típica do universo finito e calculou-se os 10% deste universo para obtenção do número de participantes da entrevista, o que corresponde a 30 entrevistados. Este número foi dividido por dois onde o Distrito e cidade de Xai-Xai foram entrevistadas 25 pessoas e os restantes 5 entrevistados em Chongoene como ilustra o gráfico 2.

Gráfico 2- Número de participantes por área de estudo



Fonte: Autora, (2024)

¹⁸ Saturação Teórica é um termo cunhado em 1967 por Glaser e Strauss. Significa esgotar o conhecimento sobre o assunto passando a uma redundância. Quando a saturação teórica é alcançada suspende-se a inserção de novos entrevistados porque os dados obtidos apresentam repetição de resultados.

Procurou-se estabelecer uma equidade de género, mas não de forma rígida porque o que realmente importou foi a qualidade da amostra, isto é, a qualidade da informação prestada e não ao número de seus prestadores. Em relação aos universos e amostras Edwards & Holland (2013, cit. em Silva & Russo, 2019) chamam à atenção para um aspecto relevante quanto ao número de entrevistados. Alertam ser inapropriado chamar de amostra o número de entrevistados/participantes, uma vez que o foco é a geração de dados e não de número de entrevistados (p.4).

De facto, este posicionamento foi também defendido por Guerra (2006, cit. em Canastra, Haanstra, & Vilanculos, 2015) ao afirmar que “na análise qualitativa a “amostra” (...), a selecção dos participantes) visa uma “representatividade social”, isto é, o propósito não é representar um determinado universo (populacional), mas “representar” o ponto de vista dos actores no contexto do seu posicionamento social (...)” (p.47). Na pesquisa, os dois aspectos foram tomados em consideração. Tanto o universo da população entrevistada como a amostra produto da repetição consistente da informação sobre o significado de *Swa Gavumend/Swa Mfumo* e suas consequências serviram de termómetro de quão frequente a expressão é usada em diferentes pontos. A combinação destes dois factores realça quão vulnerável está o Estado.

O universo, que desde já considerar-se-á de participantes, também estão os que sem sequer pronunciar a expressão, seus actos já em si indicam este comportamento e sentimento. Trata-se de alguns pedreiros, funcionários públicos principalmente e cobradores dos transportes semi-colectivos de passageiros interpelados propositadamente depois de observados em acção.

Para a obtenção das respostas ao questionamento envolveu-se pequenas amostras não necessariamente representativas de grandes populações e com base na observação repetida de acontecimentos da mesma natureza foi possível analisar e generalizar as diferentes acepções sobre Estado. Das respostas das 30 entrevistas deduziu-se a percentagem de 90% dos 100% de informação qualificável em função dos objectivos da pesquisa. Obteve-se uma amostra de 27 entrevistas como ilustra o gráfico 3.

Gráfico 3 - Amostra das Entrevistas



Fonte: Autora, (2024)

Assim, a amostra é de 27 entrevistas de um universo de 30 participantes com margem de erro de 3 entrevistas resultantes de muito pouca qualidade de informação. Por exemplo casos de gravações feitas depois do consentimento e ao longo da entrevista revelar pouco conhecimento ou desistir por se achar incomodado com as perguntas.

3.5. Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados

Técnicas e instrumentos para colectar dados em pesquisas são vastos quanta vasta é a sua utilização em diferentes estudos segundo suas especificidades. Por exemplo, para Gray (2016) as fontes de colecta de dados podem ser contabilizadas em seis deles quais sejam a documentação, os registros de arquivos, as entrevistas, a observação directa, observação participante e artefactos físicos. Pesquisadores como Gil por exemplo, também já haviam apresentado algumas destas fontes.

Na pesquisa, a recolha de informação foi feita combinando a entrevista à observação. A observação foi a primeira fonte usada por ter permitido a revelação e posterior percepção do problema *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. Como salienta Gil (2008, p. 100) a observação constitui um elemento fundamental para a pesquisa desde a formulação do problema a análise e interpretação de dados. Através dela os factos são percebidos directamente, sem qualquer intermediação e reduz a subjectividade que permeia todo o processo de investigação social (Gil A. C., 2008). A observação não foi permanente em todos os casos e já decorria fazia tempo facto que despertou a atenção e percepção que o comportamento das pessoas constituía problema.

Através da observação de natureza participante de tipo simples, permitiu a participação no estudo muito mais como espectadora que actriz. De forma alheia foi-se observando de forma espontânea os factos que ocorriam como a retirada ou uso descuidado de bens disponibilizados nas instituições, retirada de material de construção bem como escutando estas expressões sendo ditas depois de actos contra a coisa publica.

Em seu estudo sobre métodos de pesquisa social Gil (2008), realça que este procedimento tem um grau de participação amplo que possibilita a observação de elementos para a definição de problemas de pesquisa. O mesmo facilita a obtenção de dados sem produzir querelas ou suspeitas nos membros das comunidades, grupos ou situações que estavam sendo estudadas.

Uma vez cientes de como é comum o fenómeno *Swa Gavumend/ Swa Swa Mfumo*, antes do início das entrevistas, aquando do mapeamento, os instrumentos eram testados para avaliar a clareza e a objectividade das perguntas. Este mapeamento e pré-marcação foram feitos aos cidadãos em diferentes locais como mercados, domicílios, instituições públicas e privadas conforme a intenção. A entrevista às vezes era feita logo a seguir da marcação em função da disponibilidade.

Às instituições foram apresentados os termos de referência que acompanhavam a credencial e requerimento dirigido ao responsável da instituição com intuito de deixar claro o objectivo da pretensão e solicitar autorização para que se entrevistasse os funcionários nos seus locais de trabalho.

A todos fora-lhes aplicada mesmas perguntas diferindo apenas na interacção e criatividade para motivar o interlocutor, ver o apêndice C -Roteiro de entrevistas semiestruturadas. O cabeçalho explicita os detalhes como a identificação do entrevistado e pedido de seu consentimento para a participação da pesquisa e prestação da entrevista.

O consentimento é um factor relevante por isso Aguirre destaca que:

De acordo com as normas de ética em pesquisa, é fundamental que a pessoa saiba que está sendo convidada a participar de uma pesquisa e que tem a liberdade de aceitar ou recusar (e de mudar de idéia). Para decidir, ela precisa entender no que consiste a pesquisa, e as conseqüências que podem decorrer da sua participação. As conseqüências podem ter a ver com os procedimentos em si e também com o que será feito com os dados e/ou os materiais recolhidos no estudo (Aguirre, 2008, p. 206)

A observação de Aguirre é válida e por esta razão, importa referir que alguns itens da identificação do entrevistado como nome, a profissão ou cargo social ou profissional não foram partilhados por alguns entrevistados. Esse pormenor não constituiu nenhum problema para a pesquisa.

Outro pormenor evidente foi que, nem todos estiveram disponíveis para a entrevista e porque já se suspeitava, aliás, já se contava com a margem de erro que o trabalho no terreno pudesse mostrar outra realidade, tratou-se de acautelar caso fosse necessário trocar de entrevistado. Tal aconteceu com alguns que não dispunham de tempo e outros que acharam a pesquisa ser algo que os metesse em sarilhos. Por isso ao longo do trabalho de campo realmente houve flexibilidade na substituição dos entrevistados por causa dessa indisponibilidade.

Para a prossecução do trabalho no campo, dos vários tipos de entrevistas¹⁹a semi-estruturada foi a técnica que melhor compatibilizou-se com a abordagem, procedimentos técnicos/métodos escolhidos para o estudo por ela oferecer dados susceptíveis de classificação e quantificação, em conformidade com os procedimentos. Este tipo de entrevista parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e perguntas de partida que interessaram à pesquisa, e que, em seguida, ofereceram amplo campo de interrogativas, fruto de novas questões que foram surgindo à medida que se recebia as respostas dos entrevistados (Trivinõs, 2006, p. 146).

Para além de valorizar a presença da pesquisadora, a entrevista semiestruturada ofereceu todas as perspectivas possíveis para que o entrevistado se sentisse livre e desse as informações espontaneamente de acordo com suas experiências, o que enriqueceu a pesquisa. Estas

¹⁹ Além da semi-estruturada, a entrevista pode assumir as seguintes formas: estruturada, informal (ou clínica, não dirigida), focalizada e por pautas

proporcionaram também interacção buscando mais qualidade da informação dada. observação rotineira de tarefas desenvolvidas nos arredores da cidade de Xai-Xai, o que implicava investigá-las em diferentes horários durante todos os dias, incluindo sábados e domingos. Neste grupo de observados incluem-se os revendedores de bens extraviados, compradores dos mesmo nomeadamente funcionários que usam o material de escritório para fins pessoais. Para outros dois distritos recorreu-se apenas a esta técnica de entrevista.

Através desta técnica, os entrevistados puderam revelar, livremente, tudo o que sabem sobre as acepções *Swa Gavumend/ Swa Mfumoe* passam no seu quotidiano com seu uso, informação essa que fê-los participar, embora sem a devida consciência, na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Normalmente questionar e registar as respostas por escrito cansa. Por um lado, faz perder o fio de pensamento dos entrevistados por outro lado, não se estaria em condições de anotar com rapidez o desenvolvimento da entrevista ou reter tudo na memória, mesmo que fossem apenas ideias principais. Por essa razão, as entrevistas foram realizadas presencialmente, e as respostas registradas por gravação de áudio. As mesmas foram transcritas, algumas em sua íntegra. Por isso, foi indispensável o uso do gravador para posterior transcrição e análise mesmo que tenha sido cansativa a sua transcrição. De facto, Trivinhões (2006) sustenta a necessidade e importância da gravação da entrevista por ela permitir contar com todo o material fornecido pelo informante.

Os entrevistados ao prestar a entrevista, estavam ao mesmo tempo comentando e trazendo desse modo detalhes mais aperfeiçoados. Ainda se pôde ajuntar a esta vantagem da entrevista semi-estruturada as demais vantagens inerentes à entrevista em geral comparativamente às outras técnicas como o inquérito e o questionário. Como toda a entrevista, a semi-estruturada permitiu, de facto, em benefício da pesquisa:

- Que se incluíssem também como elegíveis para a entrevista pessoas que não sabem ler nem escrever, característica esta comum entre os moçambicanos;
- Que se prestassem eventuais esclarecimentos, nas perguntas que suscitaram dúvidas;
- Que se mantivesse o interesse dos entrevistados na prestação das informações, graças ao contacto directo, evitando assim desistências.

O questionário da entrevista foi concebido de acordo com os objectivos do estudo de modo que a direccionou as respostas dos entrevistados e envolveu-os na pesquisa. A entrevista foi dirigida em três línguas, a oficial (português) e as locais (*cishangane* e *cicopi*) em função da necessidade.

Para além da entrevista semi-estruturada como técnica de recolha de dados recorreu-se também à técnica documental como já se mencionou o uso de documentos acima, que permitiu a

recolha da bibliografia que serviu para a base teórica da pesquisa e sobre matéria relacionada com o tema e nomeadamente a que auxiliou na elaboração do conceito *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. As referências desses documentos constam da lista bibliográfica. Importa referir que mais do que recolher a bibliografia que versasse algo sobre Estado, *Swa Gavumend/Swa Mfumo*, descaso, distanciamento e comprometimento dos cidadãos com o Estado e o seu Sentimento de Pertença a um Estado ou comunidade ou *ownership*, fez-se o cruzamento de bibliografias assim como de diferentes conceitos de modo a se obter este trabalho científico.

3.6. Técnicas de Análise De Dados

Chegada esta parte houve necessidade de dividir a análise e processamento dos dados colectados em fases. A primeira fase foi a de pré-análise onde se fez a organização do material e a segunda consistiu-se na exploração desse material, escolhidas as unidades de codificação, com a letra “P” e através da data e hora do registro. A terceira fase foi de análise do conteúdo, inferência e interpretação. A interpretação dos dados recolhidos foi livre.

Fez-se uma leitura cuidadosa dos dados fornecidos de acordo com certas condições que Triviños (2006, p. 170) designa de “coerência, consistência, originalidade e objectivação”, contudo, na interpretação e na redacção seguiu-se aquilo que Silva & Russo (2019) chamam Análise do Conteúdo, *Grounded Theory* ou Análise do Discurso²⁰(p.4). Importa frisar que a pesquisa não necessitou de nenhum programa de *software* de análise de dados.

Embora o uso dessa tecnologia para análise pudesse auxiliar, não se recorreu a ela por temer que sua utilização sem domínio prejudicasse a obtenção de resultados. Foi valorizada, portanto, a transcrição das entrevistas, re-leitura para sua análise por permitir o encontro com a essência das falas, percepção de sentimentos cada sujeito e significados que são dados às expressões.

Foram, de facto, analisadas e comparados todos estes itens sobre a possível história da linguagem quotidiana *Swa Gavumend/Swa Mfumo*, a evolução, seu uso frequente e consequências. Importa dizer que foi necessária, embora de forma implícita a comparação. A comparação foi feita desde quase em todo o processo quer na selecção do material bibliográfico, nos participantes a serem entrevistados como na informação prestada que deduziu a amostra. Comparou-se o dado relacionado com o reconhecimento de fazer ou não parte do cidadão ao Estado obtido em entrevista com o obtido na análise documental e percebeu-se existir uma forte semelhança.

²⁰ Ideias de Bardin (1977), de Charmaz(2006), de Glaser & Strauss(1967) e Orlandi (2012), respectivamente. Cf, Luciano Ferreira da Silva e Rosália de Fátima Segger MacriRusso em su artigo Aplicação de entrevistas em pesquisa qualitativa, 2019

Estas técnicas de análise da fala permitiram buscar significados a partir da realidade dos entrevistados (Silva & Russo, 2019). De facto, Silva & Russo (2019) a propósito, explicam que se o pesquisador busca demonstrar a percepção ou comportamento de determinado actor social, os resultados obtidos com auxílio de *softwares* devem ilustrar tal resultado sem, porém, esquecer que a principal representação está na própria fala ou ação do sujeito de pesquisa p.5).

3.7. Limitação do Estudo

Nenhuma pesquisa é perfeita, isto é, como referem alguns estudos que nenhuma pesquisa cobre todos os ângulos possíveis. O rigor exigido nas pesquisas qualitativas não foi facilmente alcançado tendo constituído parte da limitação da pesquisa. Ao longo do texto levantou-se uma questão relacionada com a escassez ou ausência de estudos que servissem de base de revisão da literatura que ajudasse a compreender o assunto da pesquisa.

A novidade do tema da pesquisa, a obtenção de documentos relacionados foi reduzida bem como a possibilidade de discussão e processamento da informação com fluidez. Outro factor não menos importante tem que ver com a falta de condições financeiras para se fazer ao campo de pesquisa que comprometeu a realização do estudo em tempo recorde culminando também com a troca de lugar de estudo.

No lugar de se ir a Chibuto e Mandlakaze por exemplo optou-se por restringir a área de estudo para Xai-Xai (cidade e Distrito) e Chongoene. Isso poupou tempo e recursos financeiros. Houve alargamento do espaço temporal devido ao procedimento “estudo de caso” e técnicas escolhidos por exigirem máximo de tempo. Já era do conhecimento a existência de algumas limitações neste tipo de procedimento²¹.

Uma pesquisa como esta em que parte em grande escala de questões empíricas, suscitou esforço redobrado e por isso podem não terem sido observados certos requisitos. Almeida (2016, p. 63) já advertia que “bons estudos de caso são difíceis de realizar por exigirem articulação de metodologias e planos empíricos diferentes”. O número de unidades de análise aqui utilizadas não satisfizeram em grande medida a questão da pesquisa. O tamanho da amostra muito reduzido devido a factores económicos e tempo, todavia, a qualidade e fiabilidade superaram de alguma forma esta limitação.

Em relação às entrevistas destaca-se a dificuldade dos entrevistados de disporem de agenda para participar da entrevista. Isso foi notório principalmente em relação a dirigentes. Outro obstáculo enfrentado a necessidade de se interromper a entrevista em razão do surgimento de

²¹É considerado um procedimento demorado devido à manipulação de diversos métodos (...) e porque dependem de conhecimento aprofundado, dada a variedade de dimensões a ser investigadas exigem articulação de metodologias e planos empíricos diferentes, cf. Ronaldo de Almeida: *Estudo de Caso: foco temático e diversidade metodológica* in *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo*, 2016, S. Paulo.

algum assunto que demandava a atenção urgente do entrevistado, ou pela necessidade de mudança de local. Constituiu obstáculo a percepção das questões por parte dos indivíduos com menos e nenhum nível de escolaridade. Tal é o exemplo de alguns entrevistados terem dado pouca informação e por insistência terem acabado por engrenar, diferentemente da informação mais exaustiva sobre o real significado das aceções para a sociedade dada pelos mais escolarizados como que tivessem presenciado ou participado na elaboração do tema. A entrevista deixou também a ideia de o tema ter preocupado dos entrevistados.

O decurso das entrevistas em diferentes locais, a exigência explícita da preservação do sigilo das informações e identidade dos entrevistados constituíram também limitação. Por exemplo, uns alegavam indisponibilidade e desconfiança mormente os cidadãos comuns sem retirar o caso de 4 entrevistados. Estes se sentiram ameaçados pelo tema embora tenham sido informados antes dos objectivos do mesmo. Suspeitaram tratar-se de um estudo premeditado, encomendado e camuflado aliando-o por isso a fins eleitorais e ou policial investigativo. Alguns optaram pela omissão informações/respostas à questão de insistência de “Por que as pessoas agem dessa forma? “Porquê o distanciamento” ou “O que elas querem? ou que mensagem a expressão *Swa Gavumend/Swa Mfumo* procura transmitir”.

Foi necessária muita engenharia para motivar alguns entrevistados e obter maior quantidade e melhor qualidade de informação do entrevistado. Por isso a entrevistadora interagiu com o entrevistado de forma a deixá-lo integrado e à vontade e esclarecendo algumas perguntas.

Dessa forma o entrevistado sentiu-se confiável e livre em contextualizar suas ideias, dar alguns exemplos para aprofundar suas respostas. A garantia da confidencialidade e o compromisso de não divulgar as gravações fez com que os entrevistados se sentissem à vontade para responder todas as perguntas principalmente as já mencionadas questões “porquê os cidadãos se distanciam do Estado” e “que mensagem as aceções procuram transmitir” onde muitos se mostravam temerosas.

A confiança deixada de se estar diante de uma reflexão ainda que se tratasse de questões complexas e particulares cujo intuito é procurar formas de se resolver um problema deixou os entrevistados confortáveis e dando exemplos do que lhes ia na alma. A transcrição das entrevistas também constituiu um obstáculo maior por se estar diante de muitas horas de entrevistas o que significou transcrever grande quantidade de informação e interpretá-la ainda que fosse de forma livre.

3.8. Aspectos Éticos

Enquanto decorria a pesquisa, entrevistas e a respectiva transcrição e redacção do texto foram observados os aspectos éticos. De facto, Schmidt (2008, p. 47) realça que o pesquisador

deve entender o outro como parceiro intelectual no exame do fenômeno que se quer conhecer por isso ser ético na pesquisa é fazer da colaboração ou interlocução como elementos saudáveis para uma pesquisa e se espera do pesquisador, uma constante atividade auto-reflexiva, bem como a elaboração da problemática do outro, não mais como algo ou objecto.

O cidadão, tornou-se um parceiro respeitado, justificado e saiu também beneficiado pela pesquisa. “Nesse sentido, a experiência deste outro é a referência para a abertura de perspectivas e pontos de vista que confrontam e dialogam com os pontos de vista do pesquisador” (Schmidt, 2008, p. 47). Assim, a pesquisa baseou-se em princípios fundamentais quais sejam, respeito pelas pessoas, beneficência e justiça e por essa razão não se furtou em momento algum desses princípios tendo se seguido as directrizes que norteiam os pesquisadores e por outro lado não se abriu espaço para a discriminação na selecção dos participantes da entrevista muito menos na sua exposição a riscos desnecessários. A entrevistadora interagiu com o entrevistado de forma a obter dele a maior quantidade de informações possível, esclarecendo algumas perguntas e deixando-o à vontade para contextualizar, citar exemplos e aprofundar suas respostas.

Foram também tomadas as devidas providências para não atrapalhar o decurso normal da actividade, respeito pela vida dos entrevistados, como também não os cansou psicologicamente. Estes sujeitos de pesquisa também mereceram o respeito segundo suas especificidades, género, escolaridade, cor partidária, cultura, língua, deficiência (locomotora ou auditiva), etc. Nesse contexto, a fala de cada um dos participantes da entrevista recebeu a devida atenção e foi valorizada, mas não de forma absoluta, pois, como destaca Minayo (2002), a narrativa de cada sujeito deve ser balizada pelo pensamento dos outros. Muito antes de iniciar cada entrevista o cidadão era explicado o propósito da conversa e sua importância em fazer parte da pesquisa. Ainda foram solicitados a deixar sua entrevista em áudio.

O consentimento e o respeito pelas preferências do entrevistado como por exemplo, gravar ou não a entrevista, anonimato, foram muito cruciais. Por exemplo dois entrevistados optaram pela não gravação de suas repostas. Neste desiderato optou-se pela omissão da identidade dos participantes no meio das citações de suas falas como forma de uniformização, substituindo seus nomes por “P” de participante. Para os participantes que optaram em deixar sua identificação, esta aparece na lista das fontes orais.

As entrevistas foram realizadas em salas de reunião, preservando-se o sigilo das informações e da identidade do funcionário. Como realça Alessandro Portelli (cit. em Meihy & Holanda, 2015, p. 58) “o respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo (...)”. Em função de seu sim este deixava seu consentimento para a prossecução da entrevista.

Ter-se-ia dito que a observação fora simples que participante e isso evitou riscos. Todavia as entrevistas suscitavam ir ao encontro do entrevistado e falar de questões complexas que colocavam alguns entrevistados alertas. Para tal coube esclarecer, por questões éticas aos sujeitos da pesquisa, de maneira detalhada que a entrevista não constituía nenhum risco. Para isso, alerta Schmidt (2008) que a imersão do pesquisador numa comunidade poderá ser considerada por ela como invasão de privacidade, por essa razão que se exige dos pesquisadores de campo capacitados para efetuar tal abordagem. O mesmo se alerta em relação a filmagens que caso sejam realizadas com a finalidade de facilitar a interpretação dos resultados, existe a necessidade de pedir a autorização dos participantes antes do início das entrevistas, assim como quando se pretende gravá-la p.201.

Na transcrição das entrevistas foram atribuídas aos participantes designações identificáveis com a letra “P” que significa participante como forma de manter o anonimato e uniformização. A numeração foi feita de acordo com a sequência das entrevistas. Foram também, mantidas as informações brutas, uma transcrição absoluta. Nessa etapa, segundo estes autores as palavras ditas devem ser colocadas em Estado bruto. As perguntas e respostas foram mantidas, bem como as repetições, erros e palavras sem peso semântico (Meihy & Holanda, 2015). Embora fosse um processo longo e cansativo, por questões éticas e metodológicos e apesar do entrevistado não poder ver a transcrição logo e se reconheça no texto da entrevista senão a textualização ou o texto final foi preciso que a transcrição fosse além da passagem rigorosa das palavras da fita para o papel.

Todavia, a transcrição literal, apesar de extremamente necessária, foi apenas uma etapa na feitura do texto final que foi interrompida a dado momento pelas respostas serem quase as mesmas tendo se reservado maior parte do tempo para escutas repetidas das gravações. Para economizar o tempo adoptou-se uma metodologia que melhor apoiasse o término do trabalho.

De acordo com Meihy & Holanda (2015) “a textualização final deve conter em si a atmosfera da entrevista, seu ritmo e principalmente a comunicação não-verbal nela inclusa: emoções do depoente com risos ou choro, entonação e inflexão vocal, gestos faciais, de mãos, ou mesmo do corpo” (p.156). Porém, a preocupação da pesquisa foi obter informação que sustentasse o problema diagnosticado e porque questões éticas devem ser observadas procurou-se no máximo seguir e admita-se, sem muito rigor.

A primeira foi transcrever seguindo a ordem das perguntas, isto é, pergunta resposta e outra. A segunda foi transcrever sem colocar as perguntas por um lado porque foi como se o entrevistado soubesse da questão seguinte. Narrava tudo. Por outro lado, porque as respostas não estavam alinhadas com as perguntas, houve casos em que o entrevistado apresentava a resposta da primeira pergunta no fim ou uma visão diferente no sentido de estar recheada e carregada de

detalhes bem elaborados. Isto é, cada um deles possui uma narrativa própria, conhecimentos com nível acima dos outros como a política, desenvolvimento económico etc., mas também reveladora da comunidade em que está inserido e sua cultura (hábitos e costumes). Algumas entrevistas não foram transcritas pela falta de qualidade. Todavia, as gravações e transcrições ficam arquivadas para possível continuação da pesquisa.

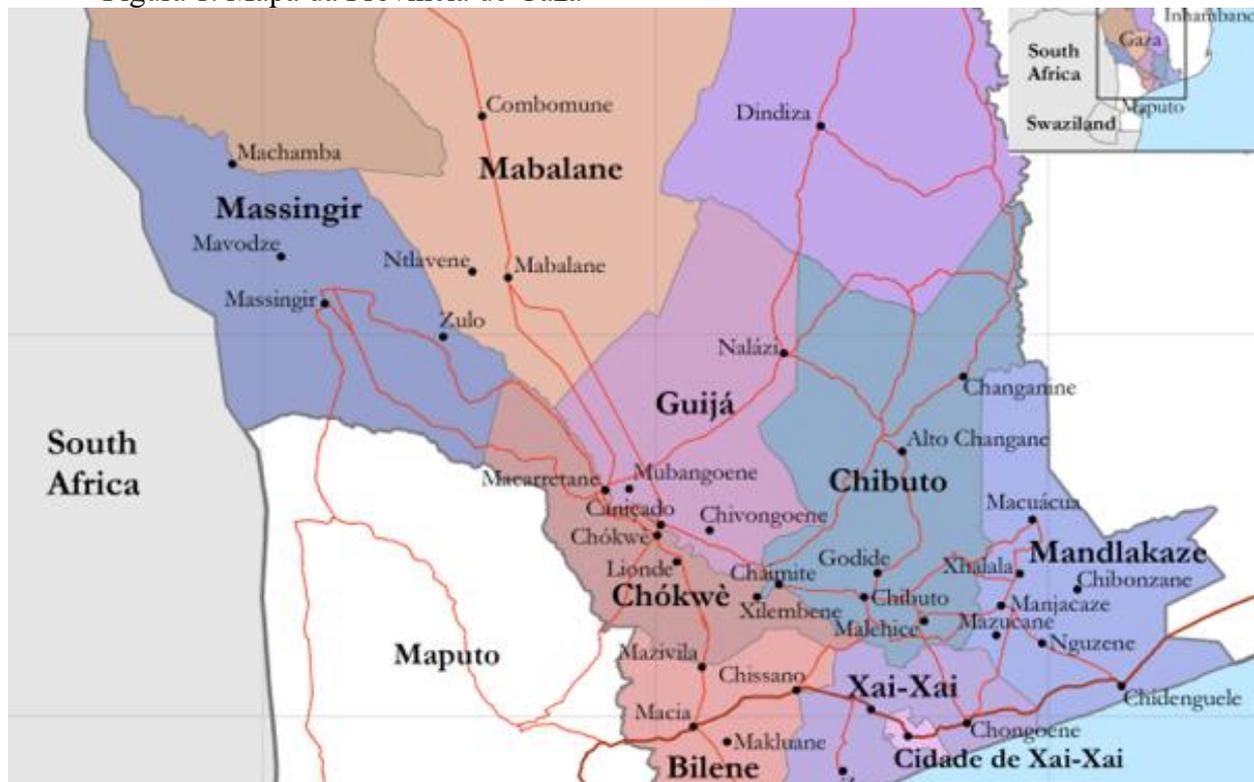
CAPÍTULO IV. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Isoladamente o homem não se basta a si próprio. Na procura da felicidade envia um esforço permanente no sentido de satisfazer aos seus interesses e, muitas vezes, o atingimento destes depende de uma actividade coordenada entre diversos homens. (Bastos C. R., 1995)

4.1. Área De Estudo

A área a que se predispôs fazer-se o estudo foi escolhida, como se referiu, pela facilidade de acesso e economia do tempo. A mesma está constituída por três subáreas distintas quais sejam, Cidade de Xai-Xai, distrito de Xai-Xai e distrito de Chongoene. Estas três zonas se localizam na província de Gaza como ilustra a figura 1.

Figura 1. Mapa da Província de Gaza



Fonte: (INE, 2022)

O mapa foi escolhido por ele congregar todas as áreas de estudo. Pode-se ver o distrito de Xai-Xai, a Cidade de Xai-Xai e o distrito de Chongoene bem ligados pelas fronteiras partilhadas. Neste local foi possível obter informação em quantidade e qualidade o que compensou a redução de área de estudo. São subáreas movimentadas cujo sua população vive de várias actividades e participa da vida política directa e indirectamente. A Cidade de Xai-Xai cujo maior número de participante da pesquisa é oriunda, situa-se na região sul do país, entre as cidades de Maputo há

210 kms e de Inhambane, aproximadamente há 260 Kms. É limitada a Norte pelo Rio Limpopo e Ponela, a Sul pelo Oceano Indico, a Oeste pelo Posto Administrativo de Chicumbane (sede do actual Distrito do Limpopo) e pelo posto administrativo de Chilaulene, e a Leste pelo Distrito de Chongoene.

Do ponto de vista administrativo, a cidade é, além de capital da Província de Gaza, um município desde 2008 constituído de 14 bairros distribuídos pelos cinco postos administrativos: sede, Patrice Lumumba, Praia de Xai-Xai, Inhamissa e o já referido Chilaulene. A sua população, de acordo com os dados do Censo Populacional de 2017 realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), é de 132 884 distribuídos numa superfície de 135 km² (INE, 2022). A seguir o Distrito De Xai-Xai que por sua vez partilha algumas áreas com a Cidade de Xai-Xai, isto é, tem quase mesmos limites. O distrito de Xai-Xai, se insere também o Município, possui uma população estimada em 283 000 habitantes numa área de 1870 km² (INE, 2022). Esta subárea também concentra parte considerável dos participantes. Este distrito tem sua sede a Cidade de Xai-Xai e limita-se com o Oceano Índico no Sul, distritos de Chibuto e Chókwè a norte, a Este pelo distrito de Bilene e a Oeste pelo distrito de Mandlakaze.

E por último o Distrito de Chongoene cujo sede é a povoação de Conjoene. Foi criado pela Lei 3/2016 de 06 de Maio. É resultante do desmembramento do antigo distrito de Xai-Xai excluindo a cidade de Xai-Xai. Este Distrito tem como limites geográficos a norte o distrito de Chibuto (Posto Administrativo de Malehice), a leste o distrito de Mandlakaze, a sul o Oceano Índico, o mesmo que banha a cidade e distrito de Xai-Xai e a Oeste o distrito de Limpopo. O mesmo tem três postos administrativos, quais sejam Chongoene, Mazucane e Nguzene. A pesquisa decorreu no posto Administrativo de Chongoene na localidade do mesmo nome (Chongoene) que mantêm uma relação umbilical com a Cidade de Xai-Xai. Este distrito possui uma população de 127.471 até ao presente ano 2024 resultado de 79,17habitantes por km² (INE, 2022).

A principal característica destas três subáreas tem que ver com os seus limites próximos e partilhados. Esta proximidade fronteiriça facilitou a deslocação no trabalho de campo. Parte de suas populações faz movimentos pendulares quase diariamente dentro destas subáreas a fim de realizarem suas actividades que lhes dá sustento.

4.2. Origens de *Swa Gavumend/Swa Mfumo*

O Estado Moçambicano foi construído da união de forças dos moçambicanos comprometidos com a causa nacional. Depois de séculos sob o regime colonial os moçambicanos experimentaram todos os dissabores até a conquista da Independência. “Com a independência, a construção da identidade política nacional esteve sempre intimamente ligada ao projeto da ‘moçambicanidade’, imposta e assegurada pela autoridade política e pelas suas instituições legais e administrativas” (Menezes, 2019, p. 161). Ainda sobre este desiderato Nogueira & Castiano (2019, p.4), também corroboram realçando que “com a Independência, criou-se a primeira oportunidade histórica para estabelecermos um pacto de “viver-Juntos, como cidadãos moçambicanos, por cima de pertenças particulares, de naturalidade ‘étnica, racial, religiosa ou cultural”. Significa, pois, que na vigência da 1ª República todos foram instados a lutar contra todos os males que pudessem destruir o pacto como a indisciplina generalizada e a corrupção.

Havia a necessidade de participar activamente pautando pelo desenvolvimento do Estado Moçambicano. De facto, Nogueira & Castiano (2019) reconhecem estes valores que eram disseminados pela República Popular de Moçambique que, “apesar de pecar por deficit de liberdades políticas e económicas, era norteada por valores de unidade, trabalho, mas sobretudo por uma preocupação de igualdade e justiça sociais” (p.4).

A corrupção tem se beneficiado de estudos desde que fora percebida sua dimensão maligna. Quanto às expressões *Swa Gavumend/Swa Mfumo*, embora com alguma timidez, pode-se afirmar não existirem pesquisas e ou trabalhos académicos relacionados. Para encontrar documentos que relatam o surgimento destas designações não só é difícil como também não se pode precisar com clareza quando os cidadãos se apoderaram e passaram a fazer uso delas. Todavia, a sua existência é real e seu uso tende a ser frequente. E, algumas pessoas as proferem sem a mínima noção da sua gravidade.

Estas acepções que distanciam o cidadão do Estado são antigas quanto antiga é a corrupção e outros males. Embora se possa atrelar seu surgimento a um período longínquo, em Moçambique elas podem ter suas bases desde a vigência do regime colonial. Nesse desiderato, *Swa Gavumend/Swa Mfumo* é uma acepção tão antiga quanto a própria história dos moçambicanos. Ela está cada vez ganhando ímpeto sem menosprezar que os moçambicanos tenham se servido desta para lutar contra a dominação colonial. As várias frentes criadas para a luta contra o colonialismo em África e em Moçambique em particular, suscitaram em algum momento o recurso e uso do descaso ao regime e Estado colonial enraizado no país.

No período em causa era importante conquistar a independência seja porque meio fosse. Foram notórias várias formas de luta contra a ocupação e todas as formas de opressão marcadas

por sabotagem, pilhagem, fervura da semente para posterior sementeira...eram outras formas encontradas para desacreditar e enfraquecer o regime colonial. Uma forma de greve que fora respondida por chibatadas, palmatórias entre outras formas de desencorajamento. Era uma forma de revindicação, de luta pela liberdade e independência por isso justificavam-se os métodos e os meios.

Uma vez conquistada a Independência, em seus discursos o Presidente Samora Machel insistia na mudança de mentalidade corruptiva, incutindo aos moçambicanos que o trabalho, o respeito mútuo e respeito pelos bens do Estado eram instrumentos eficazes para o desenvolvimento da nação que acabara de sair do jugo colonial. Os cidadãos foram consciencializados do sentimento de pertença e comprometimento. todavia, o fim do regime colonial e a saída brusca de técnicos portugueses outras dinâmicas foram empreendidas em Moçambique.

O sector económico ressentiu-se e a produção de bens de consumo conheceu uma grande perda. Igualmente, o tecido social ressentiu-se da perda. Os estabelecimentos, lojas, fábricas de produção de alimentos, de vestuários, entre outros encerraram e ou abandonados à sua sorte. Diversos produtos mormente de primeira necessidade rareavam e, portanto, não chegavam às populações. Dos poucos estabelecimentos que continuavam operando, antes da organização e tomada do poder por parte do Estado Moçambicano recém-saído da colonização, tinham sido, em alguns casos, deixados sob direcção ou tutela de empregados. Estes procurando levar o barco a bom bordo foram admitindo seus familiares, amigos etc, o nepotismo tomava conta de muitas instituições e de outros serviços (Machel, 1980, pp. 47-48). Portanto, houve a necessidade, não só, de suprir as necessidades básicas do povo como também, a necessidade de resolver problemas que iam surgindo a meio disto como por exemplo, o parasitismo e a candonga, (Machel, 1980).

A meio destas adversidades os problemas sociais foram respondidos pelo abastecimento de produtos básicos, distribuição de bens de consumo entre outros. Por exemplo,

a prioridade dada pelo Estado às camadas sociais urbanas traduzia-se pela prestação de serviços gratuitos no campo da educação e da saúde, para citar apenas os mais importantes, ou subsidiados, como a habitação e os bens de consumo básicos (com preços fortemente subsidiados) e era em benefício dessas mesmas camadas que a redistribuição da riqueza nacional era feita, (Brito L. d., 2019)

Esta atitude estatal, que igualmente era demonstrada na distribuição de bens básicos em caso de calamidades de diversa ordem entre naturais e humanas²², deixou transparecer aos cidadãos a sensação do paternalismo estatal que o confunde com “gratuitismo” do Estado/Governo. Refira-se que esta acção era acompanhada do controle das quantidades a serem abastecidas e vendidas. Isso assegurava fornecimento “equitativo” e adequado. O ano de 1983 é tido como o ano em que mais se ressentiu da fome em Moçambique e *Gavumend* tinha de se

²² Refere-se a desastres naturais como ciclones, fome, estiagem, guerras entre outras adversidades

reinventar em reformas políticas para acabar com a escassez de produtos e a especulação de preços. O povo foi dado o cerne para o desenvolvimento do país.

A implantação de novas estruturas de poder objectivava “levar as massas trabalhadoras, desde a localidade, a participar ativamente na direção do Estado” (Machel, cit. em Menezes, 2019, p.162). O povo moçambicano fora instado a se unir, respeitar a constituição e outras leis. O respeito mútuo, as normas de convivência, unidade, trabalho e vigilância eram a ordem do dia. Instava-se o compromisso e o dever do moçambicano em relação a necessidade de uma mudança de comportamento para o desenvolvimento em todas as áreas. As palavras unidade, trabalho e vigilância não eram entendidas apenas como simples expressões, mas sim acções, procedimentos de conduta que se preservavam. Em relação as estas três palavras que foram slogan na Primeira República, o filósofo moçambicano Severino Ngoenha, destaca que já na nova República elas já transcendiam essa dimensão explicando que:

Mais do que um slogan, tratava-se da dimensão axiológica na qual a nova república teve que viver. Unidade já não era um meio de eficácia na luta contra o colonialismo, mas transformou-se num imperativo na defesa da unidade nacional. A vigilância era um valor essencial para evitar que o país caísse no descabro devido a invasões e penetrações externas. O trabalho tinha a ver com a necessidade de responder às necessidades concretas e primárias num espaço geopolítico hostil (Ngoenha S. E., 2015, p. 153).

As instituições do Estado e o governo desempenhavam seu papel ao qual fora-lhes confiado. A confiança nestas instituições era maior que nessa altura o flagelo de *Swa Gavumend*, *Swa Mfumo*, da corrupção não haviam atingido seu auge, embora o *xiconhoca* já constituísse problema que clamava pela solução. Os campos de reeducação e produção tinham sido abertos, não obstante as críticas daí advindas e tido suas mazelas, a ideia era tornar o povo produtivo e eliminar o parasitismo (Machel, 1980).

O Combate ao analfabetismo, ao tribalismo, ao *xiconhoca* inimigo do povo entre outros males que enfermavam a sociedade também passaram de discursos à acção. Lutava contra o inimigo que, no entender do Presidente Samora Machel, havia se infiltrado no seio do Aparelho do Estado (Machel, 1980).

Todavia, com abertura das aldeias comunais, cooperativas do povo e a privatização de empresas, os cidadãos tomaram outro entendimento. Os cidadãos tomaram os instrumentos de trabalhos e de produção, delapidando-os e as cooperativas deixaram de existir. Os bens reverteram-se em bens individuais e lá, bem cuidados pelos respectivos novos donos. A luta contra esses males como sabotagem, não cessara até conhecerem algum interregno, até a decorrência da 2ª República “quando é enterrada a Guerra Fria, em Dezembro de 1991” (Castro, 2012).

Fora neste período que a corrupção irrompera e consigo outros problemas gerando enxurrada de escândalos que invadiram o sistema internacional (Wood, 2013). Muitos desses males não tinham sidos tomados como importantes e levados a sério. Que os mesmos pudessem

destruir ou banalizar um Estado de direito caindo num descrédito a nível nacional e internacional. Por exemplo, “a corrupção não era vista como um empecilho às relações internacionais, pois Estados mais fortes até usavam da prática para facilitar e se beneficiar nas negociações internacionais, pagando governos pela sua aliança” (Wood, 2013, p. 13).

Os povos sempre usaram “corrupção” na troca de favores como agradecimento por acto prestado, como troca de favores a troco de algo qual necessidade de consideração, chamada atenção de quem detinha um certo poder na resolução de um problema, distribuição de bens e obtenção de serviços facilitados. Este mal já tomara dianteira em vários níveis estruturais das sociedades e Moçambique não constituiu excepção como elucidam os discursos de Samora Machel que sempre mencionavam a corrupção como um problema que assolava Moçambique (Machel, 1980). Este quesito esteve sempre presente na história humana, contudo, fora vista e tomada como algo irrelevante até que, políticos, empresários e académicos de vários países mormente dos países desenvolvidos a países em desenvolvimento fossem surpreendidos por algo antes tolerado, que nos últimos anos levou milhões de pessoas às ruas em protestos (Wood, 2013). A corrupção tomara um rumo que não se vislumbrava e continua sem se vislumbrar sinais de seu fim.

Do leque dos males, *Swa Gavumend/ Swa Mfumo* surge junto como mal menor. É de espetar que o surgimento da corrupção se compare de alguma forma e em sua forma com o surgimento de *Swa Gavumend, Swa Mfumo*, do tão propalado “espírito deixa andar” que também constituíram problemas menosprezados enquanto ganhavam tentáculos. Porém, “o espírito de deixa andar” fora percebido, perseguido e combatido no governo Guebuziano. Isto é, logo após assumir o poder, o Presidente Armando Emílio Guebuza, nos seus discursos eram frequentemente dominados pelo lema de combate o Espírito de Deixa Andar” que sem demora, pensou-se que os moçambicanos tinham “acatado” a mensagem. Não mais se falou desse espírito embora as práticas não tenham retrocedido porque foram se acoplar às expressões *Swa Gavumend/Swa Mfumo*.

Estas acepções vêm se notabilizando com mais frequência no começo da década de 90. Aquando da introdução do multipartidarismo em Moçambique, os moçambicanos foram chamados a abraçar os processos que esta grande viragem marcava e as palavras democracia, poder do povo, liberdade de expressão etc., foram soando e clamando por seu uso.

Em 1994, realizam-se as primeiras eleições, um processo que acontece numa altura em que o povo já tinha bases relativamente assentes. O analfabetismo, principalmente, mostrava tendências de redução de forma galopante. Este factor fora muito preponderante para a percepção de alguns eventos político-económico, consumo livre de informação vinda de fora do país. Afinal a guerra fria havia dados seus últimos suspiros e a globalização tomando a dianteira.

O povo, foi-se percebendo de certas atitudes e comportamentos dos diversos intervenientes no processo governativo que foram suscitando dúvidas e desconfianças sobretudo no que acontece

com a coisa pública diante dos eleitos. Os processos eleitorais passaram a ser entendidos como forma de obtenção de bens, no sentido de “quem Ganha leva tudo”. A cada acto eleitoral, o povo só vê aqueles que “querem comer” seus impostos e recursos que deviam pertencer a todos. Os cidadãos vêm aqueles que querem se beneficiar do Estado. Por exemplo, em 2008 aquando da revolta no grande Maputo:

Grande parte dos populares demonstrou um sentimento de frustração e exaustão por falta de respostas do governo aos seus problemas, principalmente os que têm sido veiculados através dos chefes dos quarteirões e secretários do bairro. Daí a frustração dos mais vulneráveis e a total perda de confiança nas instituições do governo, incluindo o sistema eleitoral. (Brito L. d., 2017, p. 28)

Nesse desiderato, a confiança virou desconfiança. Do respeito ao Estado ou Governo e sentimento patriótico à banalização e sabotagem dos mesmos. O multipartidarismo implicava um poder, a democracia também, como poder das massas. Um poder que os cidadãos passaram a usar para fazer suas escolhas e aproximando-os cada vez mais à política e seus eventos. O povo já podia escolher seu próprio governo, aquele que pudesse resolver seus problemas em todas as áreas.

A aproximação cidadão/Estado no sentido de obter mais informação do que isso significava (Governo e Estado), quais eram os papéis de cada actor, seja dos políticos, partidos políticos, sociedade civil, dos dirigentes, etc., ganhava visibilidade e nitidez ao cidadão comum. Contudo, as atitudes e acções demonstraram uma imaturidade em relação ao que o liberalismo²³ significava para o país.

Em seu livro “Manifesto por uma Terceira Via” Ngoenha & Castiano mostram o quão o liberalismo tinha sido mal incrementado e mal-entendido referindo que:

A segunda via, consubstanciada pela Constituição de 1990, enveredou pelo caminho do liberalismo, o que abriu espaço a uma participação mais activa de diferentes actores políticos e económicos na vida social. Todavia, este incremento de liberdade se faz em detrimento da justiça (política, económico e social) (Ngoenha & Castiano, 2019, p. 4)

O vínculo que os cidadãos mantinham com partido-Estado começou a desfazer-se. No início as acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* significavam actos abonatórios em relação ao Estado e seus governos e chamados de “coisas do Estado” ou “coisas do Governo” com todo o respeito. Isso resultava das acções do Estado na alocação de donativos, da distribuição gratuita de bens e prestação de serviços públicos sem fins lucrativos. O povo associou o Estado ou Governo com esta tarefa. Toda a obra desenvolvida pelo Estado carece da conservação de todos. São disso exemplo, os serviços básicos, a disponibilização de fundos para a construção de infraestruturas (salas de aula, fontes de água, ferrovia), etc. De facto, em relação a este pensamento Palhano (2017) reitera que o Estado tem uma série de obrigações para com os indivíduos quais sejam, zelar

²³ Liberalismo, defendida por vários cientistas entre eles o ingles John Locke, é uma corrente politica e moral defensora da necessidade de um contracto social que garanta e proteja a vida, a liberdade e os bens. Ela defende portanto, um concentimento dos governados e igualdade perante a lei. Como doutrina valoriza a liberdade individual acima de tudo, em todas as esferas da vida humana.

pela coisa pública suprimindo serviços básicos. Ao suprir tais necessidades, o Estado está a assumir seu papel de gestor máximo dos impostos que tenham ou não saído do cidadão.

Contudo, notou por exemplo, ser “costume utilizar-se da «coisa pública» para designar aquilo que esteja afecto ao poder público (o Estado) e para exprimir a crença colectiva de que o «poder público» pertence ao público; seria património da colectividade” (Palhano, 2017, p.30). O cidadão esculpiu a expressão “gratuita” na imagem destas entidades: Estado e Governo. Tudo o que é de Estado e ou Governo é gratuito. Todos digladiam para viverem do Estado, do Governo, isto é, para viverem gratuitamente sem custos directos para si. O sentido mais alto de respeito que se reservava ao Estado, Governo, companhias, etc., foi vulgarizado e trivializado. Todas estas entidades, empresas privadas, em todo o local onde o cidadão pode prestar algum serviço e tomar algo sem custo passaram a ser identificados com estes termos pejorativos “*Swa Gavumend/Swa Mfumo*” e “receber comissões ou receber mordomias não representa nada de repugnante. Nada disso é punido pela lei” (Ngoenha S. E., 2015).

De forma propositada o povo está usando cada vez mais estas expressões. Através delas se distancia do Estado, da soberania e do território beneficiando-se gratuitamente e desperdiçando bens que pertencem a colectividade. Este, toma o Estado no sentido mais abstracto. Do pacto social esperava-se mais apego ao bem comum de que todos abriam mão de seus interesses pessoais. A unidade, o trabalho honesto e a vigilância tornaram-se exigências caras e raras. Ninguém mais ousa em vigiar a outrem porque também precisa de ser vigiado. “Deixamos de vigiar-nos a nós próprios, de estar atentos e fazer exame critico de nós mesmos” (Ngoenha & Castiano, 2019, p. 15).

Os Gráficos 4 apresentam de forma resumida o entendimento de *Swa Gavumend/Swa Mfumo* entre os cidadãos e os resultados ali contidos, são ponto de partida para uma reflexão.

4.3. Significados Associados a *Swa Gavumed/Swa Mfumo* na Linguagem Quotidiana

Para uma reflexão sobre o significado que os cidadãos dão à coisa pública, apresenta-se no Gráfico 4 subdividido em 4 gráficos que representam as respostas das 4 questões, como resumo desse entendimento e do porquê do uso das acepções.

Gráfico 4 - Significados de *Swa Gavumend/Swa Mfumo*

Gráfico 4. 1

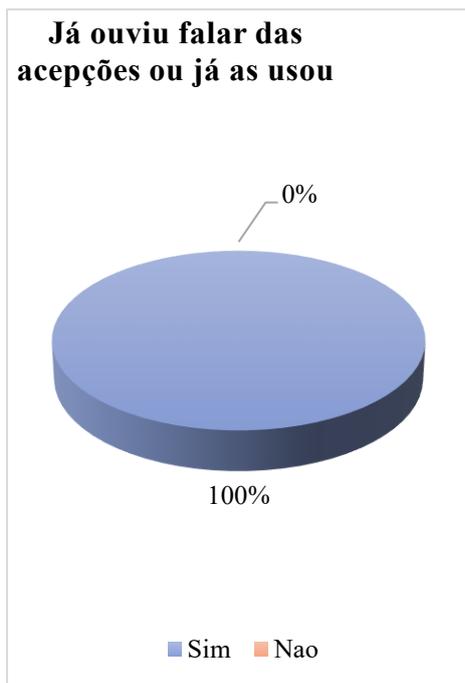


Gráfico 4. 2

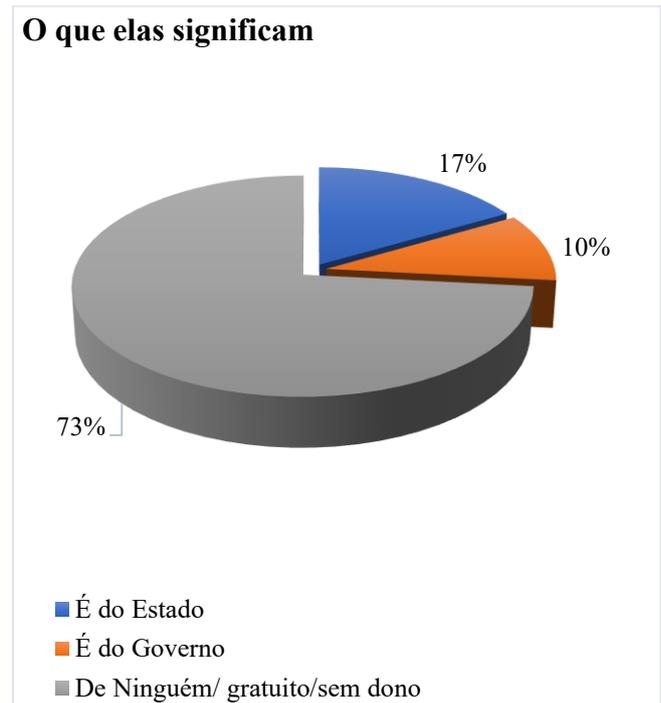


Gráfico 4.3

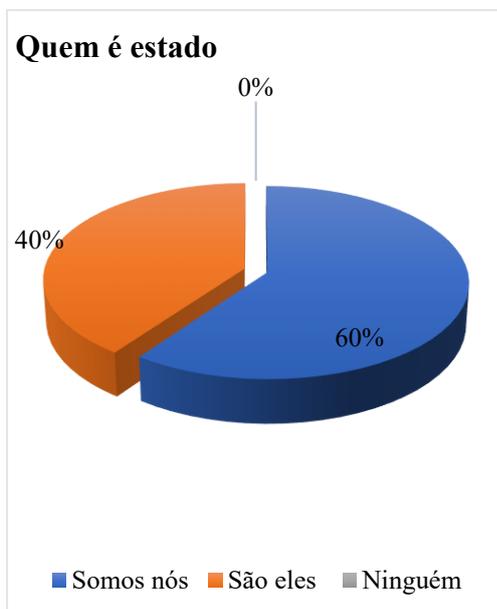
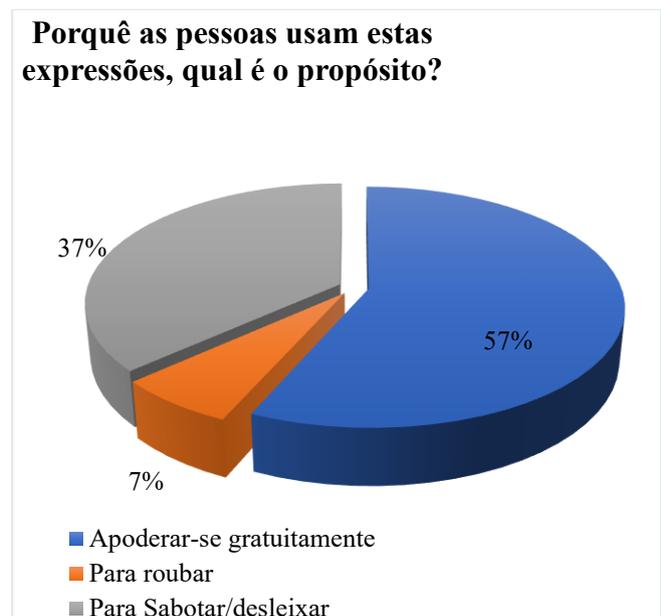


Gráfico 4. 4



Fonte: Autora, 2024

O sentido abstracto a que o Estado é associado tem confundido o cidadão. Os conceitos de Estado usados por alguns cidadãos na sua linguagem quotidiana não têm o mesmo sentido ou significado que os já teorizados embora admitam conhecer ou ter ouvido falar sobre o Estado. Seu significado difere, contudo, com a forma e circunstâncias da aplicação. Para alguns cidadãos “*Gavumend i mfumo*”, isto é, *Gavumend* é o mesmo que dizer *Mfumo* que significa Governo/Estado. Usam os termos *Gavumend*, *compony*, *mfumo*, *mayene*, *guvera* para se referirem ao Estado ou Governo que dirige o país, a província, o distrito, isto é, toda a hierarquia administrativa seja pública ou privada.

Todavia, 60% dos cidadãos percebem que o Estado é a sociedade política, a sociedade civil incluindo o governo onde encontram-se os governantes (pessoas que governam o Estado) e pelos governados (o grupo de pessoas que estão sujeitas ao poder de Governo na esfera estatal), ainda assim, alguns tomam Governo (*guvera*, *Gavumend*) como Estado. Por exemplo, P11(2024) explica que os significados destas expressões vão de acordo com a percepção de cada um. Segundo P11:

Gavumend é governo em ingles e *Mfumo* em changana. Nunca pode existir um governo sem a presença dos cidadãos. Torna-se governo por nossa causa. Nós é que formamos o governo portanto não posso saber explicar o que leva a pessoa a se distanciar, ou seja o que estaria a ocorrer no subconsciente dessa pessoa quando assim se refere a governo. Por exemplo há quem assim chama o governo quando por descuido tenha cometido uma falha no decorrer de seu trabalho e chamado à atenção e assim responder, há quem comete propositadamente e assim proceder. São vários motivos que não estou em condições de enumerar (P11, entrevistado a 23/08/2024, Cidade de Xai-Xai)

Esta visão é partilhada por P12 (2024) quando refere que, “Estado somos nós. Contudo existem alguns concidadãos que se excluem e imputam a responsabilidade a alguns dirigentes, como se ele, ou seja, nós os cidadãos estivéssemos por fora” (P12, entrevistada a 23/08/2024). A definição de Estado e Governo para estes participantes inclui o próprio cidadão. Há um contracto vincado entre o cidadão e o Estado tal como foi com o aparecimento do Estado como Instituição. Contudo, o P11, P12 e P13, assim como alguns entrevistados, reconhecem existirem os que se excluem dos processos estatais ou governamentais por algum motivo. Estes motivos podem se resumir no que o P13 (2024) explica, partindo de dois pontos de vista:

...eu entendo que ...aliás tenho dois pontos de vista quanto a esta a expressão. O primeiro, cada cidadão é parte deste governo, aliás governo não, Estado porque governo ‘e grupo de pessoas que confiamos para dirigir os destinos do Estado. Costumamos confundir, ou seja, chamamos governo ao Estado, mas cada cidadão é parte deste Estado, a partir daquela confusão toda que nos define como cidadãos moçambicanos, nossas responsabilidades, direitos por diante. Agora, no meio a obrigações e deveres é onde reside mais o sentimento de pertença ou não do moçambicano que por conta desses direitos e deveres, sou eu mesmo que, juntamente com os outros garantimos a sobrevivência do Estado através dos impostos, aquelas contribuições todas. Outra das vertentes, aquela que muito dos cidadãos costuma seguir. É aquela em que, aquilo que

aparentemente pertence ao Estado não tem nenhum custo para nós hipoteticamente dizendo porque nós é que contribuímos, mas no momento de usar esquecemos disso e usamos de qualquer maneira porque *swa Gavumend/ swa Mfumo* e passamos a perder por aí porque não racionalizamos. E noutra vertente é pesada por ser pejorativa quando esse lado bom do Estado não reflecte em nós, por exemplo para se aceder a um direito ter que passar por uma burocracia e tal, porque há documento por escrever, ora necessita de assinatura de, porque há que carimbar, etc. daí, dizemos “*swilo swa mfumo swi tsamisile swoleswy*”²⁴- Este é o outro lado não tao aconchegante que leva as pessoas a usarem estes termos. Esse lado da burocracia para aceder a alguns direitos e a serie de obrigações, (P13, entrevistado a 23/08/2024)

Traz-se este trecho por aglutinar as informações que os outros participantes foram deixando pergunta após pergunta. Este trecho traz respostas que mais adiante serão usadas. Este participante mostra como, quando e porquê estas acepções são usadas no seu entendimento. Este raciocínio é revelador de como uma única pessoa pode ter diversas interpretações destas expressões. Por sua vez P14(2024), sem rodeios afirma que “*swa Gavumend kumbe swa Mfumo hi li swa mahala. I txumu xa mahala, xa Mfumo, xa ku xi kuma mahala u swi tirhisa, i swa Mfumo*”²⁵(P14, entrevistada a 24/08/2024, Cidade de Xai-Xai). Igualmente, P15(2024) acrescenta que “*Swa gavumend/Swa Mfumo é o que não tem dono. São bens sem dono e ninguém zela por eles*”(P15, entrevistado a 26/08/2024/2024, Cidade de Xai-Xai).

O gráfico 4.3 mostra que 40% dos participantes entendem Estado como eles (Governo) os que estão no poder de decisão, etc. Não percebem a diferença entre Estado e Governo e não lhes importa por motivos já descritos. Que o Governo pode sofrer mutações em função de quem o exerce nesse momento, não obstante as mutações e troca de figurantes no governo, o entendimento não é o mesmo assim como seu significado.

O poder que as expressões exercem em cada indivíduo também é desigual. A verdade está em cada cidadão, na forma como procura definir ou mostrar sua percepção e porquê usa as palavras. Por exemplo, P3(2024), em relação a estas acepções, afirma, em sua língua materna *cicopi*, que há duas interpretações sobre estas acepções. A primeira é:

*Ekú i ku linguagem yi thumiswaku ngu wotse vathu, nani na womba to ndza Mfumo. Kambe si man'há sa Mfumo, Mfumo gathu. si man'há sathu. Nani ni Mfumo. Mfumo gathu, Kambe vathu wotala, va txi xakela siman'há siya, va khona siman'há sathu, ni xakela mali yangu. Ti to, a siya kha singa ni nyane. Ndza Mfumo tila ku khene Mfumo ngu gathu, in ku si man'há si lé sa mfumo ndzathu, si man'hwa ngu gathu. A ti to ni txi thumissa si man'há si lé ni thumissa sangu, ndho si thumela. Na hakela rhesa*²⁶(...) (P3, entrevistado a 22/08/2024, Cidade de Xai-Xai).

²⁴Coisas do Estado são assim, cheias de burocracia.

²⁵ Bens do Governo, ou seja, do Estado. Diz-se que são coisas gratuitas. São coisas do Estado, que se pode usar livremente por terem sido obtidos de graça/gratuitamente. (tradução livre de Changana)

²⁶ Por se tratar de uma linguagem usada por muitos, também digo coisas do Estado (Swa Mfumo). Porém, Estado somos nós. São nossos bens. Eu também sou Estado. Estado somos nós, contudo, muita gente esbanja os bens, dizendo que são suas coisas, esbanjam o que lhes pertence. Esbanjamos que é nosso. Estou esbanjando/ usando o meu dinheiro. Isto é, estes bens não têm dono. São bens do Estado significa que Estado somos nós, nós os proporcionamos e ao utilizar como me convier estou utilizando meus bens. Trabalhei para a sua disponibilização, paguei o imposto. (tradução livre de *cicopi*)

E a segunda interpretação segundo P3 é a seguinte:

Va mwani vathu kha va si thumisi va txi ndzawe, wo xakela. Ka vona Mfumo i Mfumo. ani kha ni nga Mfumo, kambe si man'há si lé ndzangu, si man'hwa ngu tamu wangu, gwetu no xakela, a si lé kha singa ni nyane, “não tem dono”²⁷ (P3, entrevistado a 22/08/2024, Cidade de Xai-Xai).

Todavia, não se trata aqui de libertar ou extrair a verdade no poder dos cidadãos, “o que seria quimérico na medida em que a própria verdade é poder –mas desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia no interior das quais ela funciona no momento” (Foucault, 2007, p. 11).

Diante da pároca verdade deixada em poder da pesquisa os cidadãos apresentam algumas centelhas de ideias do que seria *Swa Gavumend/Swa Mfumo* e porquê do seu uso pejorativo. Para alguns o Estado é lugar de “boladas”, onde se pode ganhar dinheiro facilmente, onde o *tudo económico* ganha espaço. Nhgoenha & Castiano (2019) e Cuco (2021,) já introduziram este termo de “boladas”. Este termo é amplamente conhecido na gíria popular e quotidianamente usado, principalmente entre a camada jovem. Quanto a “*tudo económico*” explicam estes autores, que o mesmo está relacionado à ideia de que “o acesso ao Poder e exercício da cidadania estão condicionados aos ganhos pecuniários” (Cuco, 2021, p. 17). Como pode se depreender, o cidadão passou a admitir e a dar outros sentidos, ou seja, acrescentar outro de tipo de significado ao Estado. Que o Estado é uma “Bola”, é local de jogadas/jogatinas, ferindo o que a cidadania defende desde a cidadania civil, política e social.

É, portanto, encontrar-se no seio do Estado diferentes associações com fins obscuros aos exigidos. Estão grupos de jogatinas, grupos organizados e organizadores destas jogadas e como acontece em “*gangs*” o individuo deve se filiar a um. Se isso não acontece a onda leva. Há uma concepção de se procurar estar filiado num certo grupo onde se possa obter ganhos materiais e pecuniários através das boladas. Por exemplo, alguns cidadãos passaram a ser devotos de partidos políticos para irem mais longe. “Até mesmo o cidadão que Rousseau fizera rei na ordem política, como titular de um poder soberano e inalienável, acabou se alienando no partido ou no grupo, a que vinculou seus interesses” (Bonavides, 2000, p. 233). E quando não conseguem espaço limitam-se a procurar até obter espaço para encaixar a barriga. Tanto o cidadão comum sem interesses estomacais quanto o cidadão com interesses, como eleitores filiados a partidos exercem a “referida função de modo coletivo e não individual, como direito corporativo e não como “direito subjetivo individual” em nome próprio, com vistas aos elevados fins e superiores interesses sociais e não em nome do Estado” (Bonavides, 2000, p. 465). Não importa para os cidadãos o exercício de sua cidadania a bem da nação.

²⁷Outras pessoas não usam esses bens como seus, desperdiçam/esbanjam. Para estes indivíduos Estado é Estado. Eu não sou Estado, todavia, aqueles bens são meus, “suei” tanto para que o Estado os tenha, portanto, pertencem-me e por isso posso esbanjar, não têm dono (tradução livre de *cicopi*)

Por isso, “o sistema de boladas passou de cima para baixo e descambou em sistema estabelecido de acção. Hoje há boladas na polícia, nas alfândegas, nas escolas, nos hospitais” (Ngoenha & Castiano, 2019, p. 13). Chegar mais além, é poder estar a desempenhar um cargo seja político ou administrativo, que lhe garanta sustento além do salário. Refira-se que isso não significa crescer político-administrativamente no bom sentido, mas no sentido ruim. “Subir”, para uma vez estando ali/lá, é estar no coração do Estado, do Governo onde as regras de jogo serão por si ditadas e consequentemente os benefícios – porque o que for a obter dessa bolada não lesa o Estado- *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. Nos últimos anos o cidadão pacato se viu invadido pela onda de boladas perpetradas por funcionários públicos que disponibilizavam vagas emprego em troca de dinheiro. Chamar-se-ia “corrupção”. porém este vai além da corrupção.

Um facto mais sonante fora a abertura de muitos estabelecimentos de ensino (de formação em diferentes áreas), alguns sem anuência das instituições de tutela. Esta abertura esteve proporcionalmente ligada a pagamento de valores para obtenção de vaga para ingresso. Por um lado, se paga a mensalidade por estar-se beneficiando do ensino e por outro o cidadão deve pagar para garantir a entrada no mesmo. A corda ficou tão esticada que o “cabrito” já não come onde está amarrado, e passou a procurar seu capim telefonicamente.

Esta chamada telefónica vai oscilando, passando também por sítios sem rede até a informação chegar com cortes e acréscimos. Desses cortes e acréscimos os cabritos reproduziram-se e os respectivos cachés exigidos na bolada, de tão exorbitantes que são, chegaram a 200,000mt por vaga e pagos as vezes em parcelas²⁸. Porém, os valores exigidos não são canalizados no Estado. São subdivididos por vários beneficiários com diferentes níveis hierárquicos a diferentes níveis de escolaridade.

Ao Estado cabe retirar seus bens a custo zero, pois formados os cidadãos são empregues no Estado que deve custear as despesas com salários entre outras exigências. Por isso, a amostra dita que 56.7% acreditam que o que é do Estado ou Governo é gratuito. Pode-se acrescentar nesta percentagem a de 36.7% que prefere dizer que o que é do Estado pode se descuidar. Não há clareza na diferença destes dois pensamentos. Em relação a este pensamento Cuco (2021) denomina-o “Boladização do Estado” por tudo se circunscrever numa simples frase como esta; “o que ganho em cada acção que pratico dentro da política ou dentro do exercício dá ideia de cidadania” (p.17).

No entanto, isto não basta para significar *Swa Gavumend/Swa Mfumo* como deixaram compreender os sujeitos da pesquisa. Por exemplo, de entre as respostas há quem afirma que *Swa Gavumend/ Swa Mfumo* significa o que já foi pago pelo Estado. Pode-se usar o exemplo do projecto governamental que o Presidente Guebuza procurou implementar. Os vulgos 7 milhões.

²⁸Esta bolada fez com que muitos processos enchessem as secretárias das procuradorias, esquadras da polícia se ocupassem deles e ainda alguns cidadãos parassem na barra d tribunal

Aquando da implementação houve corrida sem precedentes na arquitectura de projectos para obtenção dos valores que na sua maioria não foram usados para os fins aos quais o governo os havia disponibilizado.

A selecção dos beneficiários também não observou critérios transparentes. Alguns funcionários se beneficiaram primeiro, distribuindo os valores entre si. Quanto aos munícipes ganharam os cidadãos apadrinhados por funcionários ligados a esses fundos. Estes padrinhos desempenhavam tal papel porque obtinham a contraparte. No pobre raciocínio dos envolvidos, o valor já tinha sido pago pelo Estado e se ainda não o tivesse por fim o faria. Por essa razão poucos reembolsaram os empréstimos. Dos poucos que começaram a devolver as parcelas, boa parte não terminou com o pagamento.

Aquele dinheiro foi visto como gratuito e não constituía preocupação do cidadão. Por isso serviu para alguns, na aquisição de suas viaturas particulares. Um “*gavumentismo*” que foi-se instalando ou quase se instalando. Há *Boladeiros* dentro do Estado que usam o povo para obter apoio internacional ou mundial, e também há delapidadores do erário público cujo fim não se resume apenas na bolada como pode ver mais adiante nas manifestações do fenómeno. Contudo, o caso apresentado por Cuco (2021) não há margens de dúvida, de uma realidade análoga ou resultante do *gavumentismo*- *Swa Gavumend/Swa Mfumo* onde a vida de boladas ficou instituída em Moçambique e transcende a capacidade de reflexão, de análise do que é bom ou é mau, passando essa forma de pensar as novas gerações.

Tal vida ou realidade “interfere na esfera social da mais baixa a mais alta Corte do país” (Cuco, 2021, p. 17). Os cidadãos também querem estar onde se “pensa que se vive bem”, onde “Eles estão” e se não podem lá estar, podem a partir de onde estiverem, tirar proveito do que estiver a seu alcance segundo a expressão “o cabrito come onde está amarrado” ou simplesmente *Swa Gavumend/Swa Mfumo*.

Portanto, é um facto, de acordo com Cuco (2021) que em Moçambique, as famílias já se vêm encurraladas e traumatizadas pelos próprios filhos que também fazem joguinhos emocionais. As crianças não aceitam ir à escola sem dinheiro de lanche, o mesmo acontece aos pais que só se fazem aos seus postos de trabalho depois de saber/confirmar que receberão uma bolada, um extra de algum trabalho que tenha de prestar. É uma realidade que as expressões *Swa Gavumend /Swa Mfumo*” se propagam até aos dirigentes máximos do país num ciclo vicioso que toma o país refém de boladas” (Cuco, 2021, p. 17). A coisa pública tornou-se objecto de jogo, porque o Estado é tido como inexistente.

Estas narrativas, são acrescidas à situação que alguns dos entrevistados chamam de deplorável o facto de indicação/nomeação de indivíduos sem competência e mínimo conhecimento para lidar com o poder que lhe é legitimado e de gerir o bem que é lhe confiado. As premissas

morais e éticas, as competências cognitivas devem estar no cidadão. Isso é percebido na sociedade, e a mesma se sente como também fosse capaz de governar o país ou de ir resolver o que está correndo mal. Eis o caso de proliferação de muitos partidos, movimentos cujo intuito só os criadores dos mesmos estão em altura de explicar.

Não são os partidos ou seu número que trazem problema, pelo contrário, sua existência balanceia as ideias e alimenta a democracia. A questão é mesmo com o fim/objectivo de sua criação para “boladização” dos recursos, como asseveram Ngoenha & Castiano(2019) que “a imoralidade é de tal ordem que até as filiações e a pertença à sociedade civil e organizações não governamentais deixaram de ser serviço público e defesa de causas nobres e patrióticas, para se tornarem formas fáceis de pecuniocracia”(p.13). A defesa dos direitos dos cidadãos, por parte de alguns grupos de pressão, deixou de ser feita por motivos morais e éticos ou de sentimento de repúdio em troca de nada. Esta passou a ser feita como profissão e em troca de favores.

E “depois, veio a desolação das dívidas abomináveis, que se deveram, como tudo indica, a interesses não tanto patriotas de defesa, mas veleidades individuais e egoístas” (Ngoenha & Castiano, 2019, p. 5). A defesa da soberania foi usada por alguns para a defesa de seus interesses pessoais dando mais a ideia de que estar no Estado é estar onde a lei não conta para si.

Por exemplo, embora a Alice Gonzalez se referisse à situação vergonhosa da administração da coisa pública em seu país é interessante, não obstante negativamente, que essa situação mexa com muitos Estados como Moçambique. De acordo com ela:

É desalentador e frustrante como se vem revelando o quadro atual da Administração Pública (...): desgastada pela corrupção generalizada; pela desorientação, ao sabor de choques econômicos e planos desconcertantes; pela falta de credibilidade das autoridades públicas em todos os escalões, bem como pela impunidade institucionalizada com que sempre todos se acomodaram, mesmo quando sérios escândalos vêm à tona e passam a ser do conhecimento público. Esse quadro vem contribuindo para uma danosa e dissolvente inversão dos valores consagrados na doutrina e na experiência universal dos povos civilizados (Borges, 1993).

Swa Gavumend/Swa Mfumo são acepções que traduzem exactamente este quadro vergonhoso. São acepções que banalizam o real significado do Estado ou o ideal. Tiram o mérito dos governos e acometem a sociedade com um simbolismo muito profundo cuja sua pronúncia vai além da sua aplicação. Dir-se-ia, com alguma timidez, que a pesquisa é pioneira no uso destes termos como objectos do estudo. Eis o papel da pesquisa descobrir o que está inquietando a sociedade nem que seja de um pequeno grupo de indivíduos.

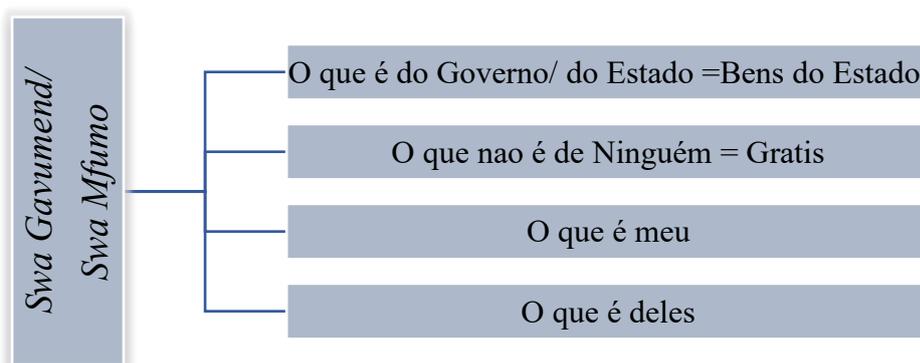
Para estes indivíduos, Bastos chama atenção ao facto de, embora a título profissional apenas algumas pessoas cumpram funções estatais, governamentais, não ser menos certo, todavia, que cada cidadão tem deveres para com o Estado, (Bastos C. R., 1995, p. 10). Desde o firmamento do primeiro pacto, contracto todos passaram e passam a fazer parte da mesma família cujo regras também devem ser por todos respeitados.

Vários são os exemplos que mostram o distanciamento, uma atitude do indivíduo para com o governo por se achar fora dele. Por exemplo, alguns cidadãos optam pelo abstencionismo aos recenseamentos eleitorais ou ao voto. Simplesmente se excluem por vários motivos. Ou este processo é o único que o mantém vinculado ao Governo e findo este, recolhe-se para o mais distante possível não inteirando do andamento das coisas públicas. De acordo com Bastos (1995, p.10) “é preciso, pois, que todos se instruem sobre as realidades políticas do momento, mas é preciso também que externem a sua opinião colaborando, destarte, para a formação de uma sólida opinião pública sem o que a democracia autêntica dificilmente vicejará”.

Contudo, para este desinteresse e mais outras desmanches ainda mais graves acobertados pela panóplia *Swa Gavumend/Swa Mfumo* este autor acautela, quer -se governante, governado (povo de um território), ser “imperioso, em consequência, denunciar a falta de interesse pelas coisas públicas que parte da população demonstra na falsa convicção de que basta cuidar dos seus assuntos pessoais para se alcançar o êxito. Todos nós nesse sentido temos uma dimensão política” (Bastos C. R., 1995, p. 10). Tanto o Estado como o cidadão estão “escarmentados por tantos desmandos e descabros, desalentados com tanta impunidade e sem-cerimônia para com a coisa pública” (Borges, 1993).

Para a compreensão do que o cidadão entende por *Swa Gavumend/Swa Mfumo* apresenta-se a figura 2. Esta figura, ou seja, seu conteúdo não veda a possibilidade de existência de outros entendimentos. Estes são os que a amostra apresentou.

Figura 2- Diferentes significados de *Swa Gavumend/Swa Mfumo*



Fonte: autora, 2024

Consubstanciada ao significado de *Gavumend* e *Swa Gavumend* o entendimento, segundo a percepção do cidadão é que: primeiro, *Gavumend* é governo e *Mfumo* é Estado. Segundo, uma parte prefere juntar os termos e significá-los Estado. Vide os gráficos 4. Isto é, o Estado e Governo são a mesma coisa como já se referiu. Aos que optam pelo Estado diferente do Governo afirmam,

que *Swa Gavumend* é algo do Governo e *Swa Mfumo* é algo do Estado. O outro grupo já mescla tudo, é do governo. Todavia, há uma convergência nestes grupos quanto ao entendimento final que se procura deixar perceber. Para todos *Swa Gavumend/Swa Mfumo* significa algo de Estado. Isto é, o que é do Estado ou Governo, portanto no sentido de desdém, de descaso não obstante os cidadãos assumirem-se parte do Estado.

Entretanto, os mais escolarizados, entre eles os funcionários, alguns estudantes e funcionários privados, assumem fazer parte do Estado e não do Governo. Ambos concordam em fazer parte do Estado e serem parte de geradores das receitas através de várias formas de impostos. Porém um número maior assume se beneficiar directa ou indirectamente desses impostos e um outro grupo, ainda que menor, apenas os que estão directamente ligados ao Estado ou Governo é que se beneficiam. Para estes últimos o Estado são eles. Na figura 2 ficaram explícitas 4 ideias de *Swa Gavumend/Swa Mfumo* que convém descrevê-las.

I. *Swa Gavumend/Swa Mfumo*– o que pertence ao Governo/Estado

Uma vez cientes de que *Gavumend* signifique Governo e *Mfumo* signifique Estado os cidadãos, que assim entendem, concordam que *Swa Gavumend/Swa Mfumo* é tudo o que pertence ao Estado. E, por analogia as outras acepções *swa mayene*, *swa compony* seriam os bens pertencentes a uma companhia, a uma empresa. Por serem bens do Estado, implica automaticamente que têm dono embora implicitamente. Tal é o caso do

O cidadão, quando quer fazer menção a uma actividade inerente ao governo diz este termo. Por exemplo na reabilitação de uma estrada, os cidadãos costumam dizer que aquela actividade pertence ao governo, *Swa Gavumend*. Temos também a questão da reabilitação dos hospitais e outras várias infraestruturas que olhamos como pertencentes ao governo (P2, entrevistado a 22/08/2024, Cidade de Xai-Xai).

O dono existe de forma abstracta. E tal dono é o povo. Respeitando o Estado, de acordo com estes cidadãos, estariam se respeitando, assim como os seus bens. Nesta óptica, há indivíduos que percebem a importância e de porquê o Estado deve merecer o respeito assim como às suas instituições. São bens do Estado, e o cidadão é o Estado. “Todos são donos”, “todos devem conservar”.

A imagem que o Estado deixou e continua deixando é de um provedor e protector cujo acções se verificam em cada local, segundo as necessidades materiais e imateriais específicas do local. Uma espécie de “Pai Natal”. Este ponto deixa uma concepção defensora do respeito pelo bem público. Porém, o Estado não está isento das condicionalidades da realidade de seus cidadãos. Por isso, evidencia-se, também, uma centelha de distanciamento.

Os cidadãos, segundo este entendimento, reconhecem sua obrigação de manter um vínculo e respeito pelo Estado. De respeitar suas instituições e seu poder. Respeitar tudo o que provém do

Estado. Todavia, acontece que o mesmo entendimento deixa uma brecha para que se reclame o benefício por fazer parte do Estado. Por se acharem também donos, se acham no direito de usar do bem e exigem que ninguém deva reclamar porque “está usando o que é dele também”. Aqui se encontra o ponto de convergência com outros pontos de vista/entendimento sobre *Swa Gavumend/Swa Mfumo* que a seguir são descritos.

II. *Swa Gavumend/Swa Mfumo*– Não Pertence a “Ninguém” sem “Dono”

Derivado da observação diárias de eventos/acções governamentais e estatais que beneficiam o cidadão sem contraparte. Para este ponto, também são usados exemplos para explicar seu raciocínio. De acordo com os sujeitos da pesquisa, esta acepção aparece quando, o povo recebe gratuitamente donativos vindos do Estado e seus parceiros, diferentes organizações não governamentais, etc.

Para suprir algumas necessidades primordiais como, produtos de primeira necessidade, vestuário e calçado vulgo “roupa de calamidade”, redes mosquiteiras, pulverização domiciliárias contra mosquitos, sementes nas campanhas agrícolas, etc. Igualmente quando o país é assolado por intempéries de vária ordem, inundações, seca, guerras, naturais, guerras cíclicas, o Estado assume seu papel canalizando ajuda e segurança. Todavia, aos olhos dos cidadãos estes bens/donativos são produtos gratuitos do Estado. Não têm um dono específico. Qualquer um pode receber sem custos monetários.

Tomando um outro exemplo da dívida moçambicana, das “dívidas ocultas”²⁹ ou “não declaradas” de que ainda se têm memória fresca pode-se fazer uma análise abrangente destas acepções. Depois de se perceber que a referida dívida fora usada por alguns para tirar proveito ou seja, muitos fizeram dela uma bolada, alguns cidadãos foram presos e julgados em 2022. Aquando do julgamento os cidadãos envolvidos foram acusados de muitos delitos entre eles a recepção de subornos, corrupção, abuso de poder. Foi, neste rol de acusações, possível identificar diferentes discursos em defesa própria e protestos a prisão sob alegação de inocência e perseguição.

Importa referir que a pesquisa não trata das dívidas, tão pouco nos seus contornos e do respectivo julgamento. Apenas usa as acusações e respostas de defesa para sua análise sob a lupa *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. Os discursos de autodefesa e explicação do que realmente aconteceu resvalam para estes três últimos pontos aqui analisados.

Alguns cidadãos naquele julgamento tomaram a liberdade de mostrar que a actividade de que participaram desde a concepção do projecto não se tratava de nenhum erro. A recepção da

²⁹Dívidas contraídas em 2013 e 2014 em que o Governo de Moçambique emprestou mais de 2mil milhões de dólares americanos de bancos e credores internacionais para financiar empresas públicas sem a aprovação do Parlamento Moçambicano daí o ocultismo.

contrapartida pela sua participação não é condenável e menos ainda o envolvimento de terceiros (nepotismo) na bolada não constituía algo ruim pois haviam trabalhado e por isso o mereciam. Para quem admitira ter recebido parte da “bolada” preferira afirmar que o mesmo valor monetário aplicara na agricultura, preferencialmente na produção de amendoim e milho. Contudo, não houve boa colheita e tudo ruiu por causa da estiagem.

Deste exemplo da dívida, importa trazer sua ligação coma definição de Estado como ninguém. Que o que se tomou a mais, ou seja, à margem da divida não pertencia a ninguém. Igualmente, alguns funcionários afectos nas UGEA’s não raras vezes, entram em boladas com prestadores de serviços ao Estado para tirar partido dessa actividade. Participam deliberadamente na subfacturação de bens a adquirir porque ninguém dará conta disso. Funcionários em suas instituições, empresas etc., usam mal os bens em sua tutela, retiram material do escritório, descuidam, não poupam a água, a luz etc.

Estes e mais exemplos podem ser lidos no item da manifestação do fenómeno. Foram aqui trazidos de novo para analisar como o ninguém funciona e se define de acordo com a linguagem quotidiana. Não interessa, porém, de onde o Estado, ou seja, quem for o dono irá obter os recursos que o cidadão está pegando ou sabotando. Isso não cabe a “mim”. Ninguém reclamará ou sentirá falta pela retirada de tais recursos.

Pode se tirar mais em função das necessidades individuais que o Estado, saberá como repor. O Estado não se ressentir disso, sempre terá dinheiro para pagar a dívida. Ninguém, seria neste caso inexistência de um dono. O ser “ninguém o Estado” fá-lo sofrer os efeitos da “boladização”. O primeiro é este de que *Gavumend/Mfumo* não constitui algo palpável digno de sentimento. Ninguém viu, ninguém vê, nada se sente.

Por isso, quando se trata de uma pessoa que pretende lesar o Estado o faz, socorrendo-se da lógica de que o que “estou” a subtrair não é de ninguém, pertence ao Estado. “*Swa hofu*”, isto é, “É de borla”, é gratuito e não se trata de roubo. Este detalhe de não se tratar de roubo ocupa um lugar privilegiado no consciente e subconsciente do cidadão. Para este indivíduo, o Estado é uma entidade que se pode confundir com “Deus-Dará”. Isto não é de ninguém, abandonado; algo que surgiu à toa, ao acaso, Deus deu e assim sendo ninguém irá reclamar nada.

O Estado não sente o prejuízo; não vê.

Assim o cidadão se despe do Estado; marca um grande distanciamento. É normal ouvir as duas questões e respectivas respostas: “de quem é tal coisa” – “não é de ninguém”, e “onde está o dono disto” – “não tem dono” a resposta final em ambas é *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. Aqui reside a frase “comam enquanto o porco dorme, pois se ele acordar/levantar-se...”

III. *Swa Gavumend/Swa Mfumo* Como “Eu”

Eis outro entendimento do *Swa Gavumend/Swa Mfumo* como a primeira pessoa do singular “Eu”. Eu sendo dono/a do bem, ou seja, eu sou quem manda. Tudo que foi colocado sob minha responsabilidade mecanicamente pertencem-me. Personifico-me nesse poder. Sou eu *Gavumend/Mfumo*. Fui eleito, nomeado e legitimado posso fazer e desfazer. Fui dado este carro para uso institucional sim, contudo, posso usá-lo para meus fins porque é a mim a quem deram. Portanto o *Swa Gavumend/Swa Mfumo* transmite aqui o sentimento de um poder individual acima dos outros daí o nepotismo.

Esta questão do poder já fora tema de estudos desde que se teve noção das suas façanhas. Borges (1993) traz em seu estudo a conclusão a que chegou Montesquieu, ainda no século XVIII, qual seja: "temos a experiência eterna de que todo homem que tem em mãos o poder é sempre levado a abusar dele, e assim irá seguindo, até que encontre algum limite" (Montesquieu cit. em Borges, 1993, p. 51). O ser eu, enquanto legislador, executivo e judiciário, seja qual for minha posição tenho todo o poder para dele fazer e desfazer, obter benefícios, até de mandar em outros sem observância da lei. Eu sou o Estado/Governo. Eu sou a lei. Voltando ao exemplo das dívidas, alguns demonstraram este pensamento. Que eles eram os “intocáveis”, isto é, eram o próprio *Gavumend* e tudo o que fizeram, o fizeram no sentido de serem legítimos. A exemplo dos mencionados neste item, alguns cidadãos em frente dos destinos do Estado, não escondem quando tiram um bem ou se do Estado, fazem bom ou mau uso.

Desta visão surgem sérios problemas chegada a hora de se apartar do poder. Para despir-se das “regalias”, de deixar de ser *Gavumend*. Como afirma Borges (1993, p.51), “uma das mais fortes preocupações, de quantos empreenderam a difícil tarefa da concretização dos postulados ideais do Estado de Direito, foi, sempre, a de refrear os poderes milenarmente concentrados nas mãos dos governantes”. Todavia, as acepções em análise não reflectem essa realidade pois nada “me acontecerá porque Governo sou eu” “eu sou o Estado”.

IV. *Swa Gavumend/Swa Mfumo* Como “Eles”

Finalmente encontra-se o entendimento da linguagem quotidiana que “Eles”, é o sentido que alguns dão ao Estado. Podem ser comparadas, algumas das suas acções, às do primeiro ponto. Para os cidadãos mencionados neste percebem que o Estado são eles porque os que detém o poder é que podem ser o Estado, o governo. As normas, leis, são concebidas em função da vontade deles. A *guvera hi vona* (o governo são eles). O Estado são os chefes daí a usurpação da coisa pública ou privada, do erário público sem o mínimo discernimento porque o chefe se ausentou. Não vê o que acontece. Ninguém está para impedir esta acção. Ou para que o obrigue a terminar uma certa tarefa. Vive-se “um faz de conta”.

Há, portanto, o sentido de não pertencer nem do sistema político e acima de tudo do sistema político do governo onde apenas um grupo de pessoas detém o poder, emana as leis e por isso deve-se aproveitar no máximo enquanto governo não poder ver. Tem-se a ideia de que enquanto existirem pessoas que podem ocupar determinados cargos em diferentes áreas, estas são consequentemente os detentores que ganham muito mais que um simples cidadão.

A formação dos governos através de escrutínios eleitorais tem sido estímulo para esta percepção. O sufrágio e escrutínio eleitoral liga o cidadão à vida política. Baloi (2019, p. 93) afirma que “a participação política constitui um instrumento legal onde se cedem espaços para que todos participem na inculcação da democracia, igualdade de oportunidades, relativamente ao sufrágio, (...)”. Porém, política sido usada como trampolim para delapidação da coisa pública.

Os participantes da pesquisa demonstraram um sentimento de excluídos dos benesses do Estado ou do Governo. Eles sentem-se insatisfeitos com muita coisa e de forma particular com a forma como a política é feita nos últimos anos. De acordo com Cuco (2021), esta forma de fazer política leva à conflitos sociais motivados pela ostentação da riqueza por parte dos detentores do poder enquanto a população sente-se votada ao sacrifício (p.107).

A Lei do Recenseamento Eleitoral por exemplo já deixa claro que todos têm o direito e o dever de se recensear, eleger, ser eleito e fazer parte da vida política. Todavia, os cidadãos imbuídos das aceções em análise mesmo participando desses processos dizem que sua necessidade por parte dos partidos é algo momentâneo pois, findo este processo os “tais” se apartaram de si. Dai, os cidadãos também se distanciam justificando-se que uma vez eleitos os governos e representantes eles ficam com tudo, comem sozinhos.

É notável que estas ideias vão passando de geração para geração e criam sequelas que chegam ao absentismo tanto ao recenseamento quanto à deposição de seu voto. O Estado é uma entidade inalcançável, sendo inconcebível para os cidadãos que também sejam parte do Estado. Portanto, fica-se na ideia de que o cidadão trabalha e quem colhe os loiros são eles por isso, “também podemos usufruir ou seja vamos usar e desfazer, se eles também o fazem e não contam conosco” afirmou um dos participantes. Isto é uma demonstração clara de como a luta pelo poder segundo Cuco (2021, p. 107) está, por um lado, resvalando para o extremo e por outro lado cria discrepâncias entre moçambicanos.

4.4. A Manifestação das Aceções *Swa Gavumend/Swa Mfumo*

Múltiplas são as manifestações ou demonstrações do fenómeno *Swa Gavumend/Swa Mfumo* na sociedade. Desde a concepção teórica à acção. Ele se dissimula e facilmente se confunde com outros males. As aceções são proferidas por cidadão para cidadão resumidamente e não apenas para o governo ou Estado se bem que estes também são compostos por pessoas.

Alguns funcionários dizem-nas a outros funcionários, dirigentes etc. de acordo com a situação. Suas acções acontecem na vista, presença ou não de todos. no momento

Descrever as acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo*, o distanciamento que elas acarretam não se limitaria em apontar ao que é bom ou mau. Elas são uma prática Ético-política, realizadas por todos sem distinção de funcionários públicos e privados, cidadão comum, etc. São relativas à política e à moral simultaneamente. Praticadas e pronunciadas sem dissimulação. É possível perceber na face das pessoas através da leitura de caretas ou cenhos transmitidos quando pronunciam a acepção.

São expressões de descaso, de monopólio, de possessão auto – legitimada de algo mesmo em plena assistência/presença ou observação de outrem. São a panóplia do dispêndio ou desperdício auto - legitimado. É um facto que alguns usam *Swa Gavumend/Swa Mfumo* inconscientemente, por mera diversão enquanto retiram um bem, fazem mau uso do bem comum como se fazer ao seu posto de trabalho fora da hora normal estipulada por cada entidade seja pública ou privada. Mau atendimento ao utente porque nada teme, o Estado nunca irá o despedir por isso.

A pesquisa revela alguns exemplos descritos pela amostra sobre a manifestação da acção destas expressões como: Pode-se levar, desperdiçar, esbanjar, dar, usar desnecessariamente- *Swa Gavumend*. É de graça. A amostra mostra que no leque dos exemplos da acção destas expressões está o caso que ocorrera na reabilitação de um certo hospital. Os participantes afirmam que, enquanto decorriam os trabalhos houve retirada de materiais de uso hospitalar (medicamentos, lençóis com escritas de hospitais, beliches); a subfacturação na aquisição de bens, uso indevido do material de escritório, água e luz sobre a batuta da palavra *Swa Gavumend*.

Consubstanciado a isto, realçam que há muitos casos de desvio e ou retirada de medicamentos dos armazéns e das farmácias dos hospitais públicos para privados entre outros que na óptica deles não seria bom relatarem. Como se a entrevistadora fizesse um trabalho de reconhecimento de malfetores do Estado e, posteriormente pudessem os denunciar.

Ainda dentro dos exemplos, pode se ter a ideia de mais problemas das expressões que também afectam os mercados, principalmente os municipais. Estes, também não são poupados. Os blocos de senha de recolha de taxas não escapam à falsificação para além venda de senhas e o respetivo dinheiro não ser canalizado ao tesouro da instituição. Em relação à reabilitação das estradas, tomaram as que ligam artérias da cidade de Xai-Xai onde cimento, pedra e ferro eram desviados e vendidos nas proximidades até em locais distantes a preços reduzidos com cumplicidade entre trabalhadores, fiscais, guardas e o cidadão.

A nível do país constam as sucessivas construções e reabilitações de infra-estruturas sem qualidade quando rios de dinheiros foram disponibilizados para esse fim. *Swa Gavumend/Swa*

Mfumo. Por isso, a qualidade e esmero em infraestruturas (estradas, pontes, edifícios) não correspondem ao esmero que o Estado disponibiliza os fundos. Igualmente materiais de escritórios, escolares sem qualidade, cujo custo de aquisição não é proporcional ao tempo de usomotivo pelo qual há muito mobiliário obsoleto empilhado nos armazéns, cantos dos edifícios, das salas etc.

Um outro exemplo que envolve estruturas dos bairros tem que ver com a venda de terra. A terra em Moçambique pertence ao Estado, contudo, ela é vendida a preços exorbitantes. Os dirigentes andam metidos em assuntos que comprometem o Estado a exemplo de uma chefe de quarteirão que construiu sua residência através de material adquirido gratuitamente de uma construção pertencente ao Estado, alegando a expressão *Swa Gavumend*. As obras de construção tinham sido paralisadas e, portanto, à luz do dia esta se dirigia para retirar a pedra e tábuas lá existentes.

O cidadão se beneficia do material disponibilizado para a construção de infraestruturas da sua própria comunidade. Nada lhe aconteceu e ninguém ousou a criticá-la. Foi um claro desafio à sociedade para que repense em que política pública seria boa para resolver este dilema não sendo apropriado o recurso a coerção física. Do mesmo problema surgem as campanhas noturnas de vandalização de sistemas eléctricos, corte de fios eléctricos tanto nas residências como na via pública para o fabrico de utensílios domésticos cujo comprador é o cidadão.

Não escapam do conhecimento dos entrevistados, principalmente funcionários do Estado, que há motoristas de instituições que em conluio com oficinas mecânicas, sem o mínimo de discernimento gastam o combustível, trocam acessórios dos carros sob suas responsabilidades por outros obsoletos colocando até seus empregos em risco porque a frase *Swa Gavumend* e *swa mayene* é reinante nos seus juízos de valor. Ainda sobre motoristas, são apontados como quem usam viaturas de estado para fins pessoais, aliás este assunto e outros trazidos na pesquisa têm merecido um tratamento próprio na justiça.

Verifica-se também, uma corrida sem precedentes de desvio do material cujo orçamento despendido não corresponde ao produto final não obstante existência de leis que vedam este comportamento. As UGEA's são disso exemplo". Um facto, muito sensível para o Estado veio à cima. As salas de aula são construídas com material precário, cobertura de chapa de zinco que durante a época chuvosa o professor quanto os alunos não se entendem devido ao barulho produzido pela queda da chuva que bate de forma intermitente na chapa.

Todavia, as casas dos funcionários ligados aos assuntos, seja ele planificador, fiscal, construtor etc. é vistosa e luxuosa, construída com o tecto de concreto, telha e observando todos os detalhes, graças ao *swa gavumen/Swa Mfumo*. Igualmente o cidadão que vive próximo das linhas férreas, retira o material que suporta a linha. Os caris e a pedra que servem de suporte da

linha férrea é retirada para outros fins. Furta-se o seu exercício de cidadania, arremessas objectos contra os comboios em transito quebrando seus vidros.

Os comerciantes por sua vez, não passam os recibos dos produtos comprados pelos cidadãos sem que estes últimos, os tenham exigido. Por vezes vendem produtos fora do prazo e o cidadão simplesmente nem dá por isso porque o comerciante às vezes, baixa o preço faltando poucas semanas de validade. Aliás, o cidadão até coloca sua saúde em perigo quando disputa produtos fora do prazo como o fogo, quando estes são incinerados. Pode se dizer o mesmo da tragédia de Caphiridzange³⁰-Tete, em que cidadãos pagaram pela própria vida, morrendo carbonizados na disputa pelo combustível tido como gratuito ou adquirido a preço baixo.

Diante destes factos todos, o cidadão não percebe em que isso é prejudicial para o Estado e para si. A propósito destes e muito mais exemplos podem serem lidos na obra “Desalojemos o Inimigo interno do nosso Aparelho do Estado”. De facto, Machel (1980) já os mencionava com intuito de que os mesmo conhecessem um fim e fossem resolvidos por todos.

O cidadão que paga imposto para que serviços sociais sejam realizados para o seu próprio benefício ou dos seus descuida-se e participa de desvio de bens e deles obter vantagens de forma propositada. Acresce-se a este leque das manifestações o comportamento de alguns empreiteiros que também vêm no Estado terreno para prosperarem. A estes são adjudicadas obras do Estado e não se comprometem com seriedade fazendo com o Estado gaste mais e ainda receba um produto sem qualidade.

A justiça moçambicana pune estes actos, porém, estes não são entendidos por certos cidadãos como roubo, corrupção, actos puníveis pela lei. São entendidos, como apropriação do que não tem dono. Na figura 3 faz-se um mini-resumo das manifestações destas acepções.

Figura 3- Exemplo da Acção *Swa Gavumend/Swa Mfumo*

³⁰ Tragédia ocorrida em 2016 na província de Tete onde morreram centenas de pessoas incluindo mulheres grávidas e crianças



Fonte: Autora, 2024

Esta figura não esgota as acções do fenómeno *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. Estas acções, umas mais graves que outras, todas elas têm o mesmo propósito. Mostram o quão a mente humana é cheia de coisas negativas que se resumem em acepções como as aqui apresentadas. Por isso, este fenómeno *swa gavumend/Swa Mfumo*, particularmente o seu sentido, deixa muitos Estados reféns de sabotagem e votados ao subdesenvolvimento.

O filme “O Senhor das Armas ou Senhor da Guerra” protagonizado por Nicolas Cage mostra o quão os Estados, principalmente os africanos são vulneráveis ao *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. Aliás, neste filme aparece a Bandeira de Moçambique, quando se refere aos países usuários das armas não mais usadas pela antiga URSS-a AK47³¹ aquando do fim da guerra. Há várias interpretações e ilações que deste filme podem ser tiradas. Neste trabalho o que interessa usar como exemplo é o comportamento da população liberiana que abandona seus utensílios e instrumentos de trabalho agrícola (enxadas, catanas, cestos de verduras, etc.) a meio da rua em troca de obuses, armas, etc. Os populares enquanto faziam seus trabalhos são convidados a esvaziar o avião, à mira da Interpol, que transportava material bélico que ia ser vendido em África.

Estes, mesmo sem conhecer a utilidade daquele material, muito menos da desgraça que o mesmo representava em suas vidas, não se dignaram a questionar porque fora-lhe oferecido. Tudo foi de graça, gratuito. Coisa interessante é que até o próprio avião desaparecera do local graças à retirada das suas peças, uma a uma.

Por último, pode-se ver um indivíduo saindo do local empurrando a última roda do avião. Coisas gratuitas, do Estado ou do Governo como se queira entender são uma forma de

³¹ Arma de invenção Russa designada Automat Kalashnikov fabricado em 1947 por Mikhail Kalashnikov, conhecido como maior criador de armas da década 40. Ak-47 leva por isso o nome de seu criador Kalashnikov.

manifestação do fenómeno da pesquisa. Todavia, os exemplos de manifestação deste fenómeno são inúmeros que não caberiam nesta dissertação e em uma sessão de reflexão, mas sua importância para a percepção do que as acepções em estudo representam no dia-a-dia da sociedade. O seu distanciamento do Estado.

4.5. *Swa Gavumend/Swa Mfumo* Vs Distanciamento e Descaso do Cidadão do Estado

O sentimento de se ter cidadãos distantes/ afastados do Estado levantou uma questão para a realização da pesquisa. Revisitando Pinheiro(sd), o distanciamento é tido como derivado da palavra “distanciar” um acto ou efeito de distanciar ou de se distanciar, afastar-se, separar-se; e como posição de pouco ou menor envolvimento emocional ou afectivo. Se o distanciamento é entendido como esta atitude então o *Swa Gavumend/Swa Mfumo* significa mesmo isso. *Swa Gavumend/Swa Mfumo* significa não pertence a ninguém. Não tem dono. O cidadão se coloca a uma distância do Estado como pode se depreender nos gráficos 5.

Gráfico 5- Motivos do descaso e Distanciamento do Cidadão do Estado/Governo

Gráfico 5. 1



Gráfico 5. 2

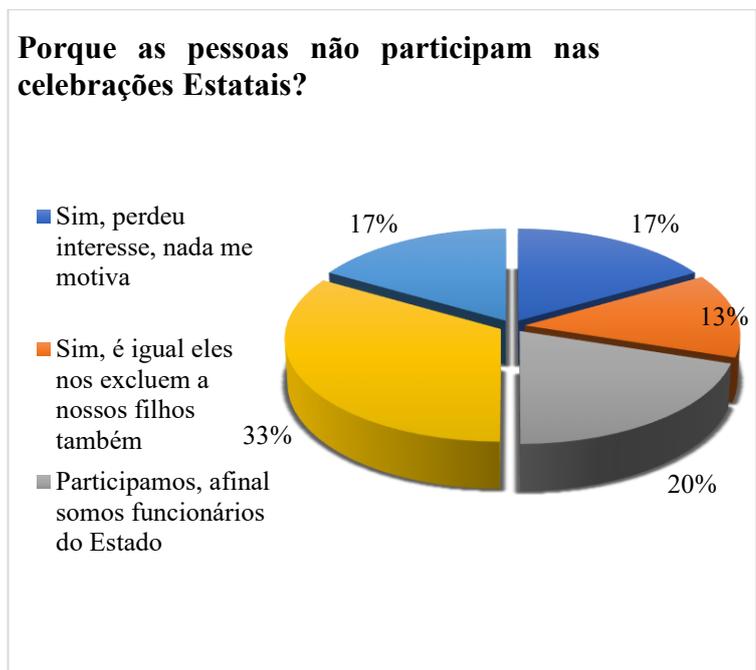
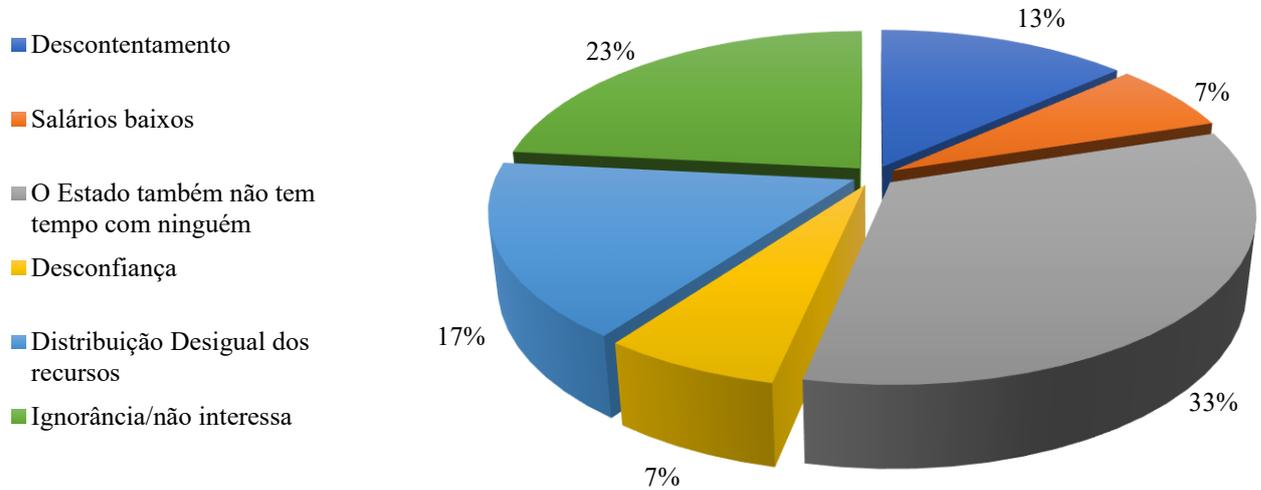


Gráfico 5.3

Porque as pessoas se excluem ou fazem descaso do Estado



Fonte: Autora, 2024

Se o conceito *Swa Gavumend/Swa Mfumo* é um conceito estranho às ciências sociais em particular à Ciência Política, estranho também é o facto de ser o cidadão a se distanciar do Estado recorrendo a este conceito. É importante lembrar que muitos estudos feitos analisam o inverso. São os Governos ou Estados que têm promovido distanciamento e descaso pelo cidadão através da não prestação dos serviços que lhes são conferidos pela Constituição.

Ele deixa explícito que não se importa com o Estado e nas suas Instituições, nos seus representantes e também com seus conterrâneos. A ideia que as expressões deixam passar é de uma total ausência de preocupação com o que sua atitude represente, com o significado delas, isto é, a coisa ou bem que é do Estado não esgota. O Estado sempre proverá mesmo que se desperdice, que se desleixe, que se subtraia, que se omita. Este desprezo/descaso e distanciamento culminam em importante problema para a sociedade cuja reflexão não se resume apenas no conhecimento dos diferentes conceitos que se relacionam com os mesmos. Mas em como estes conceitos podem ser reutilizados por forma a criar um debate mais profícuo e produtivo.

Swa Gavumend/Swa Mfumo aparece mormente qualificando um desapego do cidadão com o que maneja, com partes do seu ambiente de trabalho, limitando-se a vertente de significações que as aproximam pertencimento e *ownership*. Esta restrição significativa na extensão do conceito, quando transporta da linguagem vulgar para a científica se dá tanto pela eliminação da dimensão de significado que não a de distanciamento, como também, pela eliminação, dentro da extensão,

que permaneceu da carga valorativa negativa, presente em alguns dos seus usos afastamento, separação. Na esfera científica, distanciamento passou a significar apartar-se, distanciar e um desapego, por aquilo por que devia se ter algum vínculo. Mostra um forte afastamento do cidadão com variados aspectos do ambiente do trabalho ou de convivência colectiva.

Observam-se os deboches, a banalização e descrédito do Estado demonstrando um posicionamento de distância para com o mesmo. Cidadão aqui e Estado acolá. Isso já era denunciado pelas aceções e foi confirmado pela pesquisa. De facto, a pesquisa em diversos pontos foi despoletar alguns pensamentos anormais sobre o uso da coisa pública e do respeito pelo Estado. Todavia, os entrevistados foram peremptórios em afirmar que as aceções significam seu descontentamento, distanciamento para com os governantes. Alguns afirmam não mais conhecer seus governantes (seus ensejos, projectos) senão pelos mídias.

Ainda entre estes participantes da pesquisa principalmente os cidadãos comuns reina uma nostalgia dos tempos que havia um diálogo quase permanente bem como a resolução de problemas simples nos comités. “Já houve momentos, sobretudo na Primeira República, em que as questões da sociedade eram discutidas nos grupos dinamizadores, círculos, células, jornais do povo. Hoje, o debate sobre a vida do país faz-se prevalentemente nos mídias” (Ngoenha S. E., 2015, p. 40). Os governantes não têm mantido nenhum encontro construtivo pois todos (governantes e cidadãos) foram substituídos pelos deputados que por sua vez só estão naquele lugar para discutir assuntos de seu interesse também movidos por “*Swa Gavumend/Swa Mfumo*”. Já não há diálogo. E se aparecem é para impor ou pedir voto. Por exemplo, a acção empreendida pelos deputados quando estes se uniram numa das legislaturas para defender seus interesses. Quando o caso for do interesse do povo estes se dividem, fazem descaso. Uns abandonam a sala, uns tocam apitos e uns ainda aplaudem a miséria do povo. Este comportamento espevitou o seu distanciamento com o povo que os elegeu para ali estarem. Sobre esta reclamação o filósofo foi perspicaz ao perceber qual interesse movia a maior parte dos representantes do povo, quase em todas as bancadas. Percebeu que os representantes do povo, movidos pela ambição, tendem privilegiar “interesses próprios, em detrimento dos interesses da maioria, o que acabou levando a um distanciamento com as massas” (Ngoenha S. E., 2015).

A propósito, Brito, et al. (2017), corroboram com Ngoenha afirmando que os discursos dos políticos, por outro lado, apontam “para uma redução das oportunidades de emprego, bem como para uma ausência de diálogo entre o povo e o governo”. De facto, estas reclamações e constatações, destes autores realçam o que o povo sente porque também trabalharam com outra parte dos moçambicanos em suas pesquisas. É de facto uma realidade nacional que diminui bastante a confiança mútua. Todavia, os participantes reconhecem que tal atitude (desconfiança e

distanciamento) não faz recuar a malcriadez de alguns mais altos dirigentes que na sua óptica é de onde estas acepções emanam por “comerem sozinhos”.

Mais ainda, os mesmos dizem desconfiar dos políticos que na sua óptica tomaram o Estado em seu poder e se apoderam da coisa pública. Por isso, afirmam estar a seguir o exemplo dos que viraram corruptos. “Porque não usarmos, também, o que estiver ao nosso alcance?” questionam alguns participantes. Estes actos podem ser associados à questão da aplicação do sufrágio universal que dera ao cidadão a alentadora ilusão do governo. Assim:

Com essa forma de sufrágio vieram, porém, os partidos políticos e arrebataram ao cidadão uma parte considerável daquela soberania eleitoral de que ele concretamente se julgava titular. A segunda crise ou segunda ameaça se passou com o advento dos grupos de pressão, cuja presença fez mais apertado o gargalo político da participação, debilitando os partidos ou alienando-os em grau bastante alto, de modo que em alguns sistemas, nos quais grupos desenfreadamente militam, a realidade partidária, do ponto de vista da eficácia política, pouco representa ou significa. E afinal a distância do cidadão ao Estado se alargou de maneira estonteante com a formação do clube tecnocrático, que fechou ainda mais o círculo já estreito da intervenção democrática e levantou questões de aguda atualidade relativas à sobrevivência da democracia, onde o povo se sente frustrado e ausente do processo decisório, feito em seu nome mas sem a sua real participação (Bonavides, 2000, p. 478)

Os cidadãos não confiam em seus representantes e dirigentes e admitem que o Estado foi capturado e vilipendiado. A propósito, Costa (2015, p.1) explica que a corrupção “diminui a confiança entre os cidadãos, assim como no governo, (...) a corrupção leva os cidadãos a se afastarem da esfera pública, focando-se nos próprios interesses, diminuindo ações coletivas e a confiança em instituições públicas”.

Respondendo à questão qual seria o propósito ou mensagem que as acepções procuram deixar eis que, em uníssono, como que tivessem sido ouvidos em colectividade apontam dedo acusador a má governação e ingerência da coisa pública. A distribuição desigual da renda e os salários baixos como pode se ver no gráfico acima está entre os motivos do uso inconsequente da coisa pública. Alguns autores remetem alguns destes problemas à corrupção como por exemplo as “desigualdades extremas na distribuição de recursos geral, igualmente, desigualdades extremas na distribuição de recursos” (Costa A. L., 2015). Estes contribuem, embora se possa debruçar deste assunto adiante, no aparecimento de muitos conflitos incluindo desconfiança do povo pelos seus Estados/Governos. Dentro das instituições as consequências, do mau uso da coisa pública, são enormes.

Parte dos entrevistados, correspondentes a 26.7% afirmam que o distanciamento ou descaso tem que ver com o distanciamento que o Estado ou os governos dão ao cidadão. Como pode-se depreender nas palavras da P14 (2024) reclama afirmando que:

*vona a va hakhataly hi hina, va tsama kule na hina. Hanga dza hi va vota, pronto, va fambili hambe kuvuya va ta bonga swa kala. Va ga hoxe a va hi bali. Hi kolano xitsungu na xona xi maha swa xona*³²(P14, entrevistada, a 24/08/2024, Cidade de Xai-Xai)

O que o cidadão esperava do contracto social é que o Estado, ou seja, as pessoas escolhidas para cuidar desta entidade ao menos mostrassem respeito pelo povo que constitui elemento do mesmo. A ânsia do cidadão por um reconhecimento pela sua participação não é satisfeita. A não satisfação deste desejo cria outros vícios como este do distanciamento. Para outros, isso tem que ver com economizar seus fundos em detrimento dos do Estado como afirma outro participante que:

enquanto conseguir obter algo gratuito melhor é para nós, pois economizamos os nossos bens. Isso não é feito apenas por nós simples cidadãos. Nós sabemos que os nossos dirigentes têm tudo pago pelo Estado, usam gratuitamente os bens do Estado porque estão lá. Se eu também deparar com algo como pedra deixada na rua, numa construção cujo orçador é o Estado, uso e ninguém vai reclamar. O Estado simplesmente vai lá e repõe. Não terei sentido nenhuma dor ou perda... (P30, entrevistado a 29/08/2024, distrito de Chongoene).

Para além destes participantes que reclamam a avareza dos dirigentes, 6 % aponta salários baixos. Pode-se se imaginar o que o remanescente pensa do Estado. Portanto, 86,6% juntando os outros itens representam um quadro crítico.

E, finalmente, estão os que apontam a culpa para si mesmos pelo descuido e sabotagem da coisa pública por pura ignorância de quem isso prejudica no fim do dia. Esses demonstram como o descaso se apresenta como por exemplo “não importa” o Estado. E alguns cidadãos se eximem propositadamente da responsabilidade individual e colectiva da coisa pública chamam para si o direito de seu uso exclusivo em detrimento do desenvolvimento colectivo.

Entretanto, a conceitualização das expressões *Swa Gavumend/Swa Mfumo* que a maior parte dos sujeitos da pesquisa explicita usa uma gama de significados na linguagem quotidiana, que como era esperado, não é coberta pela definição que os termos distanciamento e descaso cientificamente. Este conceito aparece como que qualificando a ausência de vínculo ou simplesmente um desvinculo cidadão/Estado (Pinheiro, Sd).

O distanciamento do cidadão na gestão é notório num pequeno espaço onde sua actividade acontece e que juntando esses espaços descobrir-se-ia que o *Swa Gavumend/Swa Mfumo* tem maior raio de tal forma que o seu usuário nem se dá conta da manifestação do mesmo. O cidadão exime-se das suas responsabilidades como contribuinte no desenvolvimento local onde se encontra e do seu país, embora demonstre conhecimento do seu papel na geração de impostos quanto a sua gestão. Por outro lado, há entre os participantes o que pensa estar a exercer sua cidadania. Que é democracia onde cada um faz o que quer. Portanto, confundem-se as expressões com o exercício da democracia. “Estamos na Democracia”. Porém, o exercício da cidadania se presa no respeito,

³² Eles não se preocupam connosco, ficam, distante de nós. Basta os tê-lo votado, desaparecem e raramente aparecem para agradecer pelo voto. Comem sozinhos, ficam indiferentes ao nosso sofrimento e nossas necessidades. Vai dai que o povo também faz das suas.

na sinceridade, na verdade, na cooperação, na não agressão ao seu semelhante, na bondade, na educação e responsabilidade e ainda no saber perdoar.

O gráfico 6 apresenta como a amostra é tendente a renúncia da gestão da coisa pública. Os cidadãos excluem-se eximindo-se de seus deveres. Há uma tentativa de passar uma mensagem implicitamente recorrendo este tipo de acepções que tiram o mérito ou simplesmente colocam o Estado em descrédito. O descrédito e banalização do Estado criando mecanismo de chamar atenção do Estado sobre o que vai male e a maior parte das dificuldades que o país enfrenta resultam deste tipo de mecanismo usado pelos cidadãos. Estes são apenas alguns dos exemplos para se compreender a dimensão do problema que pode ser o motivo da fragilização e descredibilização do Estado. Estas acepções deixam passar a indiferença, a falta do sentimento de pertença a um Estado. O cidadão inculca na sua consciência que o bem é do Estado/Governo ao qual não faz parte e se faz, é por instantes e logo não mais fará como elucidam suas palavras “porque sofrer s nem ganho nada”. Este comportamento vai se perpetuando, transmitindo-o a novas gerações.

Este comportamento e atitude demonstra um sentido de repulsa, de negligência para com outrem e principalmente para o Estado. O *Swa Gavumend/Swa Mfumo* sedimenta no cidadão a negligência defraudando o pacto social. Os cidadãos sentem-se desconsiderados e suas necessidades mal atendidas. O cidadão não se revê no Estado. Ele não faz parte dele podendo usurpá-lo. Deste grupo estão os 33.3% de cidadão frustrados com o Estado por vários motivos entre a burocratização, a não acessibilidade de seus representantes. Como pôde notarem Santos e Souza (2022) já explicavam que a burocratização e morosidade, o distanciamento para com a sociedade e o advento do neoliberalismo intensificaram as debilidades e as mazelas sociais, porque aumentaram as desigualdades sociais, a vulnerabilidade, a insegurança e a incerteza na vida das classes populares (p.114). Enquanto os cidadãos se distanciam deixam transparecer outro ponto de análise, o abalo do sentimento de pertença. O cidadão não se revê no Estado. Ele se sente simplesmente como não fazendo parte dele, podendo usurpá-lo.

4.6. *Swa Gavumend/ Swa Mfumo*: o Sacolejar do Sentimento de pertença ao Estado

Ficou lustrosa, enquanto se fazia a revisão da literatura, a ideia do que seria sentir-se pertencente a um grupo ou local. O pertencer é tão importante quanto viver despreocupado porque tem onde morar, com quem pode contara, viver e a que Estado faz parte. Portanto, é “uma sensação de estar conectado e fazer parte de um grupo ou comunidade. (...) mas também no ambiente de trabalho” (Seabra (2023). Estabelece-se neste processo, um elo no qual se forma o sentimento de pertença. Desse processo, os cidadãos se sentem como parte integrantes e insubstituíveis do

território em que vivem. E esta dependência compõe-se de forma intensa que mesmo em situações adversas e até catastróficas estes cidadãos resistam em abandonar o seu país.

Os participantes da pesquisa estão divididos quanto conturbados embora entendam ser pertencentes ao Estado, possuindo vínculos e raízes territoriais e culturais e ainda se sentem comprometidos com o local. Porém, o mesmo sentimento já não é explícito nos seus actos e comportamento quanto a pertencer ou não ao Estado. Como resposta, voltando aos gráficos 4, fica evidente o sacolejar deste sentimento. O cidadão simplesmente ou condicionalmente se despe do pertencimento e mantém a expressão “*Swa Gavumend/Swa Mfumo*”. Não sente o impulso de fazer parte e tomar também parte do desenvolvimento do seu território. A amostra da pesquisa sugere que 66.7% estão na condição de decadentes entre pertencimento e não pertença ao Estado. Para este sentimento pode-se entender como manifestação de um sofrimento humano generalizado. Os cidadãos se sentem injustiçados e daí o descontentamento quase que generalizado.

Ngoenha & Castiano (2019) já haviam analisado que a injustiça era uma das consequências de alguns problemas do país. E segundo eles o pico da injustiça está mais saliente agora. “Depois de uma Primeira via (República) marcada pela busca da justiça social, mas com pouca liberdade, hoje trilhamos uma Segunda, contra destinta por uma maior liberdade, mas sem justiça(social)” (Ngoenha & Castiano, 2019, p. 3). Realmente a justiça social está perdendo espaço para libertinagem. A maioria dos sujeitos da pesquisa são funcionários e no lugar de mostrarem-se confiantes, comprometidos e esperançosos e transmitir ao cidadão comum, estes mostram-se desanimados e mais injustiçados, cometendo injustiça contra a coisa pública. Estes factos resvalam para questões psico-sociais. O ser humano é feito de necessidades cuja satisfação é recíproca. O Estado com seu papel e o cidadão também o seu. Como explica-se na Psicologia Social Crítica que:

O sofrimento humano tem uma dimensão simbólica que não é resultante apenas da dificuldade material de sobrevivência, mas, essencialmente, do sentimento gerado pela exclusão, pelo não se sentir fazendo parte da sociedade. Desta forma, as políticas sociais devem superar o modelo de política pública “pobre para pobre”, como se fosse impossível trabalhar a emoção de um sujeito quando ele tem fome, como se ele não tivesse desejos ou sonhos, como se pensar fosse possível apenas de “barriga cheia” (Tavares, 2014, p. 186)

As expressões *Swa Gavumend/Swa Mfumo* transparecem o óbvio. O que já foi descoberto em muitos estudos, contudo, elas acrescem o facto de o cidadão não se rever no seu Estado, como parte da resolução dos problemas, mas como um descontente, descuidado com a coisa pública. Importa referir que para alguns a questão da corrida política que tem se verificado deixa passar a ideia de quem não está no processo é excluído da sociedade. Por isso, os sistemas eleitorais por exemplo, são em parte um bode expiatório para o problema da pesquisa. Os cidadãos estão cientes de que uma vez o governo eleito este fica com tudo. E daí o não pertencimento ao Estado que são

“Eles”. Este entendimento deturpa o sentido de pertença, de fazer parte de um local, de uma instituição. O sentido patriótico, também se esvaiu com as acepções.

Os cidadãos por exemplo, já não sentem prazer em fazer dos dias solenes da sua nação como um momento de sua festa. Entendem-nos como se estes pertencessem a outros e não a eles no geral. Aliás a pesquisa já mostra este sentido de sacolejar do pertencimento quando aos participantes se questiona porque não mais participam nas celebrações patrióticas, às datas que os liga como moçambicanos que são. Como já o afirmaram, respondendo a outras questões, que se sente traídos. Eles foram um pouco reticentes para responder a esta questão provocadora. É verdade que a questão foi encaixada na tentativa de perceber porque do seu distanciamento. Se não se sentiam mais moçambicanos³³.

Analisando os gráficos 4 ainda pode-se depreender que o patriotismo e nacionalismo efervescente dos moçambicanos quase é inexistente. Isso é realmente não tem se verificado nos últimos anos. Para uns as datas deixaram de ter alguma importância ou simplesmente perderam interesse por elas porque segundo uma parte da amostra as datas pertencem a pessoas que se beneficiam, entre eles os funcionários do Aparelho do Estado. De facto, 20% dos participantes confirmam sua participação nestas celebrações, todavia condicionados. Do grupo dos anti-celebrações entendeu-se que a questão tem que ver com a forma como estas datas são tratadas, como se o que é Estado não mais existisse. De acordo com 33,3% dos participantes ninguém mais se preocupa com o Estado. A preocupação é mais com seus partidos que vezes sem conta interferem num acto solene do Estado. E os que não rezam nessas religiões como se sentem? O não fazer parte de nenhum dos partidos por exemplos não é deixar ser parte do Estado.

Para o já citado, P13(2024), explica a importância de pertencer ao Estado, contudo, mostrou-se revoltada contra a maneira como muitos moçambicanos estão lidando com esta questão. Que pertencer se resume a ser residente do território. A forma como estas expressões fazem suas cabeças e a forma como os outros misturam Estado com partidos que segundo ele, muitos não conseguem tomar uma simples conversa frutífera sem colocar cores partidárias. Por causa deste infortúnio, o pertencer ao Estado encontra barreiras. Esta barreira é também sentida pelos 16% cujo datas patrióticas já viraram objectos de adornos pessoais. Não se fazem sentir nas comunidades onde eles vivem, isso de patriótico, perdeu interesse para os outros 16% por isso os 13.3% se sentem excluídos e a seus filhos também.

Os 80% sacolejam a armadura. Há um cruzamento entre os 66.6% e 80%. Todos eles não se sentem pertencentes hipoteticamente ao Estado. O pertencimento, o contracto social é aparente.

³³ Esta metodologia já foi acautelada ao se escolher a técnica de entrevistas semi-estruturadas. Aliás, em pesquisas qualitativas abre-se esse espaço não obstante a observação de certas regras.

Os cidadãos têm uma intenção de fazer parte do estado quando são confrontados com a pergunta. Na realidade eles se sentem parte por serem residentes no território, mas não se revêm em tudo o que a Instituição Estado é. Portanto, isso é que constitui o problema.

4.7. *Swa Gavumend/Swa Mfumo* como Problema para o Estado e para o Cidadão

A questão é que os cidadãos através das acepções, se despem da sua responsabilidade enquanto parte do Estado. De facto, *Swa Gavumend/Swa Mfumo* em si já constituem problema que foi passando despercebidamente e se perpetuando dentro dessas novas instituições. O seu recurso revela um aparente ou total distanciamento do cidadão do Estado que a princípio fora instituído através de um pacto social entre estes renunciando suas vontades individuais. Todavia, o problema agiganta, mas seus transgressores escondem a verdade de não se comprometerem com as suas responsabilidades.

O descaso e o distanciamento são exemplos dessa falta de comprometimento do povo para com o Estado. Decepcionados com a atitude humana Ngoenha & Castiano (2019) afirmam que “a principal fonte dos nossos dissabores é humana; ético, político e social” (p.3). Não se observam as leis, as normas, os contractos, os memorandos, as convenções etc, deixando transparecer que *Swa Gavumend/Swa Mfumo* tem outra dimensão fora da normalizada. Um problema grave para muitos Estados cujo seus cidadãos ambiciosos vezes sem conta abusam de seus cargos sociais para delapidá-los. Alguns chegam a usar da força sem o mínimo de receio de estarem a corroer o Estado ou propriedade alheia.

É certo que o distanciamento a que o cidadão se coloca do Estado tem suas mazelas. As abomináveis dívidas, por exemplo, seus “efeitos suplantaram os de uma simples dívida: baixou o já precário nível de vida dos moçambicanos, defraudou a sua esperança de erguer-se das cinzas (...) dos falhanços das políticas económicas, nossas ou impostas por organizações internacionais de cooperação e blaterais” (Ngoenha & Castiano, 2019). Estas abomináveis dívidas têm premissas nas acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. De facto, Ngoenha & Castiano (2019) são peremptórios quanto a isso.

De acordo com estes autores “as dividas ocultas resultaram, da ideia de que cada um tem de trabalhar para si não para o bem colectivo; e, do (...) cinismo do sistema-mundo, que não hesita em degolar no nome do bem-estar de poucos, a maioria dos mais pobres do mundo” (p.10). Um exemplo claro do distanciamento e descaso dos intervenientes deste processo para com Estado e a quem contribuem com receitas fiscais. *Swa Gavumend/Swa Mfumo* é uma acção negativa à qual o Estado, a sociedade não deve retroceder-se como alerta Kant:

Não retrocedas ante os males, mas ao contrário, investe ainda mais audaz contra eles), mas em conhecer e dominar o mau princípio que mora em nós, e que é sumamente perigoso, porque nos engana e atraiçoa, com a miragem desses sofismas, que desculpam a violência e a ilegalidade com o pretexto das fraquezas humanas. (Emmanuel Kant, cit. em Vasques, 2006, p.125).

A insistência que o cidadão faz de que o Estado são eles porque detém o poder e fazem dele o que bem aprazer deixa revés na sociedade. Que as normas, leis, são concebidas em função da vontade deles. *A guvera hi vona* (o governo são eles). Os ditos chefes também apontam para outros acima deles, os chefes são eles. E assim por diante. O Estado são os chefes daí a delapidação do erário público sem o mínimo discernimento. Porém, nem mesmo o alheamento ou o desinteresse podem ofuscar essa realidade, afirma Bastos (1995) e diz ainda:

Todos aqueles que se omitem estão, na verdade, colaborando para a manutenção do status quo. O Estado não é, pois, uma abstração. Ele gere os recursos da sociedade. O bem-estar e o sucesso pessoais estão na estrita dependência de uma sociedade regida por pessoas competentes e dentro de princípios mínimos de ética e moralidade. Nós todos somos o Estado da mesma forma que um clube esportivo não é formado tão-somente pelo seu conselho e diretoria, mas sim por todos os associados. Isso não significa dizer que o Estado absorva todas as atividades. Sobretudo nos Estados de economia capitalista a atividade econômica é exercida pelos indivíduos a quem também cabe um papel importante na cultura, na saúde, na educação etc. (Bastos C. R., 1995, p. 10).

Vista pormenorizadamente a questão do distanciamento entre alguns cidadãos e o Estado não é um caso isolado que afecte Moçambique. É um problema que também atravessa além-fronteiras. Basta lembrar as declarações e testemunhos deixados em sede do tribunal aquando do julgamento do tão prolapado caso das dívidas. Destas declarações, embora seja matéria do Direito, foi possível ouvir cidadãos acusados que tinham direito de receber alguns dividendos pela contratação da dívida, cujo pagamento da mesma e outras despesas estariam a cargo do Estado.

Tanto os moçambicanos quanto os estrangeiros envolvidos deixaram transparecer que os seus Estados seriam responsáveis pelo pagamento da dívida e de outros custos que junto surgiram. Ainda assim, esperava-se que eles assumissem ser o Estado, porém, eles mostraram estar na periferia. O Estado é órfão e continuará sendo enquanto *Swa Gavumend* e *Swa Mfumo* continuar a ser suporte do distanciamento. O problema a mais destas aceções é de se manifestar dissimuladamente entre os cidadãos. Estas expressões são menosprezadoras e até causam hílarias a quem é confrontada com elas.

Indivíduos que a prior deviam ser guardiões das leis e normas, pessoas que desenfreadamente procuraram alcançar o poder de dirigir o Estado não poucas vezes foram vistos como xiconhocas. Usam estas aceções. Chegam a descobrir que através da política podem saciar seus apetites. De facto, Ngoenha (2011) mostra como os privilégios de estar no poder são o motivo da luta entre os indivíduos.

Governar, ter acesso a posições de poder, traduz-se, em privilégios, em mordomias, entrada em empresas, ser PCA, ter vantagens económicas. Cada vez mais se faz política em função das regalias económicas que os candidatos procuram. De facto, a principal

diferença entre os partidos não reside na natureza das políticas que se propõem implementar, na diferença de projectos políticos ou de visões do mundo e da sociedade. A luta é aceder ao poder como trampolim para as benesses materiais (Ngoenha, 2011, cit. em Cuco, 2021, p. 106-107).

Ser *Gavumend/Mfumo* ou estar próximo dele. A querela está instalada consciente ou não há uma luta desenfreada em destruir o bem comum. Em minar o desenvolvimento do país. Em relação questão se o individuo se sentiria bem, caso fosse-lhe aplicado o mesmo veneno, estranhamente nenhuma amostra foi positiva no sentido de dizer sim. Para compreender o problema destas acepções para o desenvolvimento esboçou-se o gráfico 6.

Gráfico 6 - Problema das Acepções *Swa Gavumen/Swa Mfumo*

Gráfico 6 1

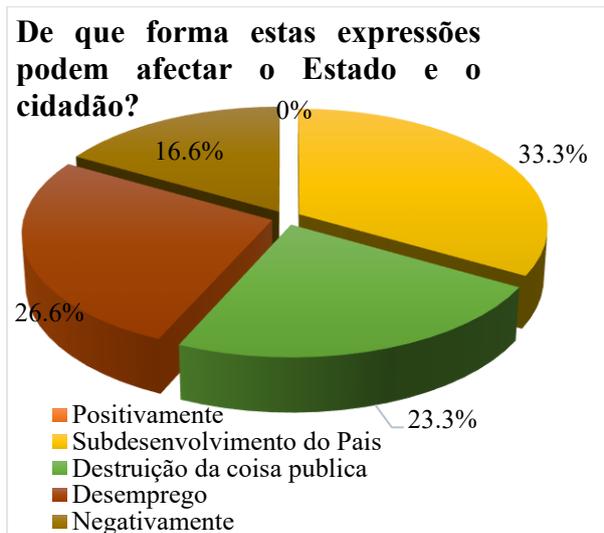


Gráfico 6 2

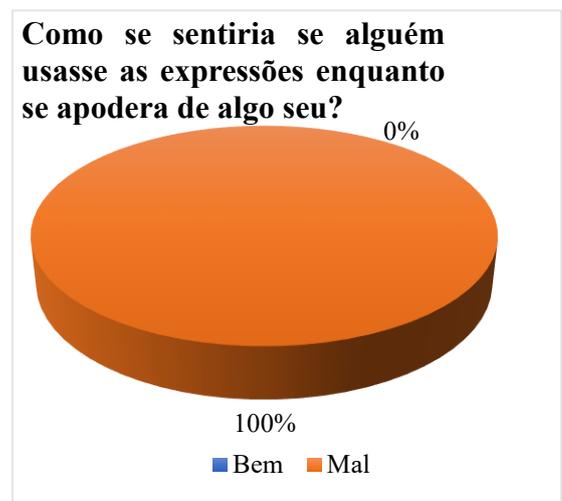


Gráfico 6 3

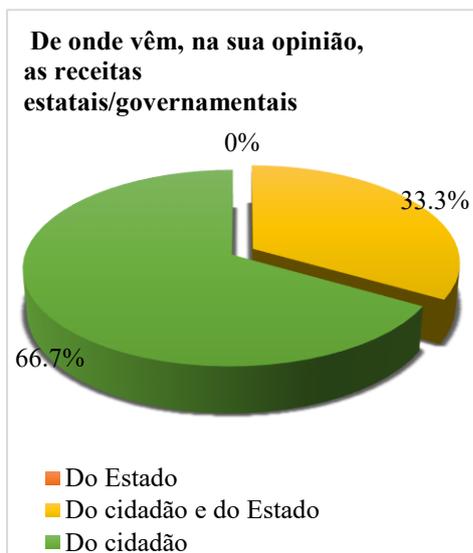
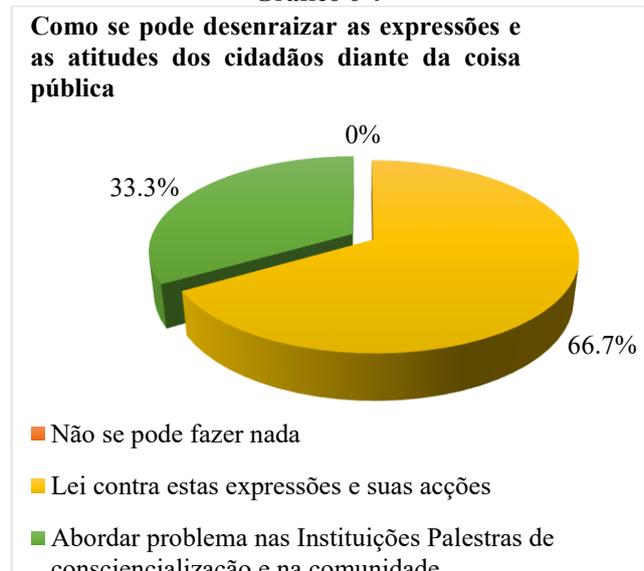


Gráfico 6 4



Fonte: autora, 2024

O desenvolvimento de um país mexe com muitas esferas duma sociedade. O mesmo não pode ser tomado de forma ambígua. Ele requer que todas as forças da sociedade atrelem num mesmo barco rumo ao mesmo destino. Referiu-se na conceitualização que a questão do desenvolvimento era afinal difícil de ser abordado. O mesmo não acontece espontaneamente. O

desenvolvimento precisa de uma indução e de impulsos coordenados. Os cidadãos neste caso devem ser aptos para colaborar com os projectos de desenvolvimento porque são, ao mesmo tempo, sujeitos e beneficiários do mesmo.

De facto, a P12(2024), teve a ousadia de afirmar que o governo já pagara o custo dos bens que o cidadão usa de borla. Foi cautelosa, mas também demonstrou perspicuidade ao afirmar que por fazer parte do Estado, por fim pagaria pelo erro que está cometendo. E, portanto, nesse momento doeria. Afirma que:

(...) para mim *swa gavumend* quer dizer coisas do governo. Porque dizemos isso, são coisas que o governo praticamente já pagou (...) são pagas pelo governo por isso dizemos são coisa de *gavumend* (...) Sinto-me parte do Estado como cidadã moçambicana que presto minhas contas e impostos. Estou a usar coisas de borla de mim mesma. A consequência é positiva, mas ao mesmo tempo é negativa porque quando chega a vez de nós prestarmos contas, reclamamos e quando é a vez de usarmos de borla, está tudo bem. Então há vantagens e desvantagens, (P12, entrevistada a 23/08/2024)

As consequências deste pensamento de facto, são deveras negativas como explica P12 (2024) que a dado momento se complica. Esta complicação é típica destas acepções. Elas têm esse poder de confundir as pessoas. Enquanto narrava, a dado momento mostra o problema que as acepções e suas acções acarretam para o desenvolvimento do país e dela como parte deste. Esta percepção de que as acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* instigam o subdesenvolvimento fora também partilhada por P2 (2024) ao deplorar a atitude de alguns motoristas do Estado. Ele, refere que:

(...) a atitude do motorista, ou seja, desse cidadão que faz uso da viatura do Estado para fins pessoais acaba prejudicando a todos, porque aquele bem que traria benefício social, apenas beneficia a ele e o tempo de vida útil da viatura fica reduzido, tendo em conta que o objectivo para o qual a viatura fora adquirida não é o que está transportando do momento (P2, entrevistado a 22/08/2024, Cidade de Xai-Xai).

As acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* corrompem a mente e igualmente corrompem o desenvolvimento a partir da ideia que se constrói no pensamento e se materializa levando algo que na óptica do cidadão não faz falta a ninguém senão a si. Deitar ou desleixar, partir, deixar a luz acesa no seu ambiente de trabalho, quando ninguém se encontra ali por exemplo, demonstra a mesma concepção de que “ninguém sentirá a dor por isso”. Porém, nenhum dos entrevistados mostrou-se capaz de admitir tais atitudes contra si. Aliás, P20(2024) que mais adiante apresenta sua visão sobre as consequências das acepções, deixa claro porquê não gostaria de ser vítima do desleixo, do descuido muito menos que alguém pegue em seus bens, razão pela qual, 100% dos participantes responderam negativamente. Ninguém suportaria tamanha violação de seus bens e vilipendiação de sua dignidade.

Entretanto, como vide, contrariamente a trabalho honesto, buscar aspirações para a melhoria e eficiência da sua condição em todas as formas de desenvolvimento, o cidadão, prefere algo gratuito. Contudo, que não seja dentro do Estado, de suas instituições, que não seja um bem

do outro. É necessário trabalhar para obter bens de forma honesta e isso exige reflexão sobre valores morais porque o desenvolvimento é um projecto normativo que representa um compromisso ético dos seus intervenientes (Macamo, 2022, p.7).

O conceito *Swa Gavumend/Swa Mfumo* contradiz todas as boas opiniões sobre o desenvolvimento em todas as esferas principalmente sócio-económica e política. Normalmente, são tidos como entraves ao desenvolvimento os conflitos armados, catástrofes naturais, disparidades na distribuição da renda, dividas públicas, a corrupção o baixo investimento, entretanto, o distanciamento e o descaso do cidadão pelo Estado não são mencionados e nem sequer notados quando estes provocam um foço na economia nacional.

Estes dois males (distanciamento e o descaso) também estão no leque dos grandes problemas que afectam a economia e consequentemente o desenvolvimento. É em todas as esferas que o conceito em análise agride. Nessa totalidade que compõe o desenvolvimento. É uma querela instalada consciente ou não, há luta desenfreada pelo apoderamento de bens a custo zero seja de quem for (Estado/Privado).

A amostra, independentemente do seu *status*, afirma usar e ter usado as acepções por livre arbítrio. Suas respostas são clara afronta ao desenvolvimento. Participam não poucas vezes da transgressão e desvio de fundos nas instituições do Estado, nas empresas de diferentes ramos nas actividades levadas a cabo nos bairros como é o caso de construção de vias públicas, manutenção das mesmas, não obstante o Estado ser o orçador. As acepções não escolhem o alvo.

À semelhança do Estado, as igrejas não escapam a estes actos e da respectiva expressão. Os valores morais e éticos são retraídos pelas acepções que promovem a obtenção de algo a custo zero. É importante frisar que é uma cadeia de favores onde quem sai a perder é próprio cidadão. Pois enquanto vende ou compra um bem da colectividade em benefício próprio necessários serão mais fundos para a reposição do desviado. Não raras vezes os cidadãos caem na Justiça por desvio de bens, fundos financeiros, etc. que realmente o móbil tenha sido *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. Enquanto isso acontecem estes perdem seus empregos tornando-se num fardo para a sociedade.

É sobre a compreensão, o entendimento, o significado que os cidadãos dão à coisa pública que constitui entrave para o desenvolvimento e parra a consistência das políticas públicas e finanças locais. É se o cidadão tem a mínima noção de fazer parte desse Estado ou Governo e do respectivo desenvolvimento. Que ele é provedor das receitas através de várias formas de impostos e por fim que ele é o primeiro beneficiário.

Em relação a este desiderato, a amostra foi feliz. Dos 100%, apenas 33,3% entende que as receitas provêm do cidadão e do Estado e os 66,7% restante entendem que as mesmas provenham do cidadão. Fica evidente quanto a este ponto, que todos partilham da ideia de as receitas saírem de todos. Tanto governantes quanto governados contribuem directa ou indirectamente com taxas

e impostos no exercício da sua cidadania. Esta é manifesta através de “um vínculo de natureza jurídica, estabelecido entre um indivíduo e um Estado. Através deste vínculo adquirem-se direitos e contraem-se deveres criando-se assim, uma ligação fundamental com a comunidade politicamente organizada” (Sousa, 2005, p.34). “[...] o direito e o dever são o verso e o reverso de uma mesma moeda” e por isso devem ser respeitados (Bobbio, Matteucci, & Pasquino, 1998).

O Estado vive das receitas próprias e de impostos pagos por colectividade e por singulares quais sejam: imposto sobre o valor acrescentado (IVA), imposto de rendimento sobre pessoas singulares (IRPS), imposto autárquico (IA). Através destes impostos o Estado, através do governo, disponibiliza recursos para a satisfação das necessidades sociais. Quando o Estado disponibiliza fundos para a construção de uma represa, de uma escola, de uma fontenária, de uma ferrovia está assumindo seu papel de gestor destes impostos.

A amostra mais uma vez apresenta um índice elevado do reconhecimento da gravidade do uso das expressões e da respectiva acção. Dos participantes entrevistados, 0% admitiram ser boa coisa, 33,3% entende que as expressões provocam o Subdesenvolvimento do País, por sua vez, os 23,3% vêm nas acepções a destruição da coisa pública, quanto aos 26,7% entendem algo, que na sua opinião é mais grave que lhes afecta directamente, o desemprego.

De acordo com os participantes, o país está mergulhado num caos porque a maior parte da força jovem que devia assegurar em várias áreas de produção para alavancar a economia está desnorteada e mergulhada em vícios (álcool e droga). Entendem, porém, que a sabotagem, descuido, desleixo, pilhagem da coisa pública, retrocede muito a melhoria de condições tanto de trabalho para os funcionários já empregados quanto o ingresso de novos funcionários. *Swa Gavumend/Swa Mfumo*, veda a possibilidade de contractação de nova mão de obra. Os bens perdidos, retirados, desperdiçados, descuidados, sejam eles materiais ou financeiros acarretam novos custos para quem deve repô-los.

O Estado fica sufocado e endividado, principalmente para os sectores improditivos financeiramente tornam fardo para o estado. É nestes sectores onde problema *Swa Gavumend/Swa Mfumo* mais acontece. Da amostra ainda existem os 16,7%, que preferiram simplesmente responder que isso afectava negativamente ao Estado. O que se depreende é que todos são unânimes em afirmar que as acepções não constituem algo benéfico para nenhuma das partes (Estado, Governo e Cidadão). Por isso, a percentagem é de 100% de desaprovação, isto é, todos perdem. Importa referir que esta percentagem é fruto da pergunta da pergunta de insistência em alguns entrevistados porque uns nem sequer viam problema nisso. Como o Estado se ressentiria se tem sempre recursos?

Este fenómeno tem causado enormes baixas nas economias dos países em particular na moçambicana. Anualmente o mesmo fenómeno atrofia o desenvolvimento do país através da

delapidação e do desperdício dos recursos que seriam destinados para o bem-estar de todos e melhoria dos serviços prestados nas instituições.

Acontece, porém, que *Swa Gavumend/Swa Mfumo* impede de certa forma a distribuição e aplicação de recursos para a produção, manutenção da coisa pública que beneficie a todos. Quanto mais os cidadãos gastam, desperdiçam, desviam fundos, mais encargos o Estado acarreta. A propósito a P20(2024) expõe as acções de certos funcionários nos seus locais de trabalho comparado com seus próprios domicílios nos seguintes termos:

(...) eu posso levar um papel A4 e utilizá-lo para deixar as cascas do amendoim, que por ventura estiver a comer e depois deito-o fora, mas no fundo, no fundo aquele papel ali eu vou pagar. Hoje estamos a chorar do elevado custo de vida, falta de emprego, se nós conseguíssemos gerir o pouco de tudo que temos, quero acreditar que não haveria...quer dizer, não haveríamos de termos tanto aperto assim. Outra coisa é a impressão. Quando quero imprimir um documento não leio e corrigir os erros antes, imprimo e faço as correcções no papel, volto ao computador, introduzo as correcções para depois voltar a imprimir em outro papel. Assim já são dois papeis em que um fica desperdiçado. E nas nossas casas, será que desperdiçamos? Um grão de arroz a gente não deita, até ameaçamos em descontar à titia que cuida das nossas casas. E nós aqui...nas nossas casas não usamos tanto a chaleira eléctrica por exemplo, mas nos nossos serviços fervemos água quantas vezes, desnecessariamente isto porque não controlamos se ferveu ou não, voltando a ligar a chaleira (P20, entrevistada a 28/08/2024, Distrito de Xai-Xai).

Este exemplo, remete a qualquer um a uma reflexão. O uso da expressão *Swa Gavumend/Swa Mfumo* coloca o cidadão fora do jogo da gestão da coisa pública relegando suas responsabilidades a outrem que ao fim do dia não se vislumbra no meio da instituição Estado/Governo. Vai daí que Benevides (1994) chama à consciência que:

o cidadão além de ser alguém que exerce direitos, cumpre deveres ou goza de liberdades em relação ao Estado, é também titular, ainda que parcialmente, de uma função ou poder público. (...) essa possibilidade de participação direta no exercício do poder político confirma a soberania popular como elemento essencial da democracia (Benevides, cit. em Jacobi, 2000).

À medida que o individuo vai se apropriando da coisa pública, usa-a sem esmero desenvolvendo desse modo, sem dúvidas, a ideia de “recursos inesgotáveis do Estado”. A ideia é de que o que é do governo não acaba, é inexaurível e por inerência ninguém deveria se opor ao que ele faz porque o bem é de todos.

A partir dessas narrativas construídas, as pessoas abrem espaço para a delapidação do erário e conseqüente atraso e retrocesso do desenvolvimento do país. “A relação política por excelência é a relação entre governantes e governados, entre quem tem o poder de obrigar, com as decisões, os membros do grupo e os que estão submetidos a essa decisão” (Costa & Ianni, 2018). Porém, os caminhos dos que têm o poder de obrigar e fazer cumprir e os submissos nesse poder convergem no distanciamento até do autocontrole e autoavaliação da própria conduta. Estes não se preocupam com a colectividade, muito menos com o desenvolvimento integrado.

Seja qual for o entendimento que se possa dar desta reflexão, a realidade é que entre governantes e governados reinam estas expressões depreciativas e desencorajadoras do desenvolvimento. *Swa Gavumend/Swa Mfumo* devem ser entendidos como caos interno ao desenvolvimento de um Estado.

4.8. *Swa Gavumend/Swa Mfumo*, um Desafio às Políticas Públicas

Enquanto estratégias, as políticas públicas são uma resolução de problemas públicos que afectam a colectividade. Há que olhar também para uma Política Pública na esteira do MASC (2010, p.23) denomina de processo orientado de forma ideológica para a tomada de decisões cujo finalidade é de obter objectivos de satisfação do interesse de um Estado, grupo. Seu objectivo seria de garantir que os cidadãos gozem dos direitos garantidos por lei como parte importante da administração pública.

Os moçambicanos são confrontados com as expressões *Swa Gavumend/Swa Mfumo* que deterioram as relações societárias, que desafiam ao mais alto, as políticas traçadas. Acontece que a acção do Estado é comprometida por estas acepções. Portanto, são desafios que são colocados que resvalam às políticas públicas. É um fenómeno complicado por ser constituído por diferentes objectivos, interesses, valores e actores rodeados por limitações para alcançá-los que na óptica de Pedone (1986) se trata de como conciliar objectivos políticos e os meios.

Há que se olhar, todavia, para a resolução de *Swa Gavumend/Swa Mfumo* como tendo limitações constituindo, desafio que precisa de regulamentação nas políticas públicas. Aliás, a amostra, no gráfico 6, em 66,7% revela uma necessidade de uma lei que proíba o uso das expressões, o seu modo pejorativo e de forma particular às suas acções.

Contrariamente a estes, os 33,3% preferem que se façam palestras e sensibilizações na comunidade, abordar sempre o fenómeno nas instituições, seja como lema nos diversos encontros entre funcionários. *Swa Gavumend/Swa Mfumo* aparecem aqui como um termómetro que está apresentando algo que vai mal. Que na sociedade moçambicana prevalecem problemas de desigualdade social, que a Administração Pública tem falhas e por isso o distanciamento e descaso do cidadão por quem devia melhorar ou resolver seus problemas. Os cidadãos se sentem desconsiderados e mal atendidos, excluídos de alguns ambientes, processos, senão de todos processos governativos. A propósito, Santos e Souza (2022) já denunciavam que burocratização e morosidade, distribuição desigual dos recursos por parte do governo, o seu distanciamento para com a sociedade e o advento do neoliberalismo intensificaram as debilidades e as mazelas sociais, porque aumentaram as desigualdades sociais, a vulnerabilidade, a insegurança e a incerteza na vida das classes populares (p.114). Seu comprometimento ou lealdade com o Estado inicia e termina

com o acto de eleição dos governos ao qual findo, cidadão entende como jogo de caça de oportunidades.

O Estado é aquele que disponibiliza recursos que não são controlados. Enquanto a capacidade de aquisição de certos bens por parte do cidadão está a quem de sua disponibilidade financeira, o Estado é tido como gerador sem limite de recursos.

Portanto, são desafios o monopólio, o desperdiço, o açambarcamento da coisa alheia e ainda a desgovernação do Estado como resultado de políticas publicas inoperantes; *Swa Gavumend* um senso comum que olha para o Estado como uma entidade inexistente, ou se existe, não está ali onde o cidadão está a defraudá-lo e, portanto, ninguém responde por aquilo que a ele (Estado) pertence; é desafiante também a possibilidade de demonstrar que o conceito *Swa Gavumend/Swa Mfumo* é um problema político e público, problema para o cidadão e para o Estado como ilustra o gráfico 6. Do contrário, a sociedade deve ser capaz de influenciar o Estado e a Economia no sentido positivo e que suas práticas construam a cidadania constituída de um espaço capaz de cultivar a responsabilidade pessoal, a obrigação mútua e a cooperação voluntária (Jacobi, 2000).

Contudo, a criação de uma política que possa resolver o problema do conceito *Swa Gavumend/Swa Mfumo* carece de uma aceitação da sua existência para que a solução seja pensada por todos. Só depois da aceitação de se estar doente é que procura a cura, o antidoto. Portanto, chama-se à reflexão de todos sobre estas e outras acepções para melhor se decidir na necessidade e em caso, em que política se adoptar, (Pedone,1986).

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Quando se percebe a existência de um problema há sempre ideias que despontam como possíveis respostas. Contudo, nada se pôde dar como respondido sem antes interagir com os outros, isto é, com quem vive o dia a dia envolto do fenómeno *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. Não se trata de uma conclusão “conclusiva” e sim considerações por se tratar de um debate reflexo-analítico sobre as acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* como o próprio tema mostra.

A pesquisa foi feita por arranjos literários. Embora existam estudos sobre a coisa pública entendeu-se que o estudo do caso e o trabalho de campo responderiam a questão colocada para o proscénio do debate- os significados dados à coisa pública, Governo e Estado. Tratar destas acepções e principalmente trazê-las ao debate científico não foi fácil principalmente em como abordar a ideia, explicar o tema e sua necessidade. Como torná-lo convidativo e pertinente academicamente e por fim qual seria seu impacto primeiro para os analistas e por fim para a sociedade. Todavia, havia que iniciar o debate.

Ainda na preparação do projecto, na fase do mapeamento quanto na altura das entrevistas, enquanto se introduzia os objectivos do tema, este parecia sempre hilariante aos abordados, nomeadamente aos falantes de *ciShangane* e *ciCopi*. O simples facto de falar destas acepções, foi como se o cidadão tivesse sido descoberto. Para alguns foi uma admiração de como estas expressões podiam merecer um estudo. Em todos os casos, contudo, serviram de bomba de oxigénio tanto para os intervenientes da pesquisa que segundo os mesmos já era sem tempo. E propuseram que a pesquisa fosse divulgada para minimizar os efeitos e disseminação do descaso e distanciamento. Para fazer entender às pessoas que as acepções não constroem nenhum país.

A análise das acepções despertou em muitos que afinal incubavam um problema ao usar as acepções. Um problema impregnando no pensamento. Despertou neles a necessidade de exteriorização do problema e a ideia de contribuir para o exercício da cidadania. O mesmo entendimento ficou saliente em outros cidadãos, que embora não tenham participado directamente da reflexão sentiram-se sensibilizados só de ouvir a explanação e objectivos do tema.

Tratar de *Swa Gavumend/Swa Mfumo* foi como um parto onde tanto a parturiente quanto o/a acompanhante e ainda os restantes, esperam resultados(bebé) mesmo sabendo-se do quão difícil é a tarefa. E tarefa um tanto quanto improvável foi de obter o material e espezitar pequenos debates como termómetros. Experimentou-se, portanto, a confusão de o objectivo do tema ser comparado ao estudo da corrupção, do roubo. Este fenómeno revelou a ausência de conhecimentos básico de cidadania activa. Alguns entrevistados, embora tendo conhecimento sobre cidadania, simplesmente omitem no seu quotidiano o seu dever e direito de construção de uma sociedade democrática. Quanto à maioria sequer sabe o que isso significa e do seu dever quanto direitos. Não

sabe que o exercício da mesma é uma obrigação enquanto cidadão de um determinado território e não participa ativamente nas diferentes esferas da sociedade.

Não foi possível determinar a origem quanto o tempo de gestação deste problema, não obstante, logo ter-se percebido tratar-se de um problema a nível nacional e internacional. Seu surgimento é antigo quanto antigo o surgimento da corrupção. Os cidadãos, mesmo conscientes da sua existência e sua devastação, não sabem dizer com exatidão quando o fenómeno irrompe na sociedade. *Swa Gavumend/Swa Mfumo* são acepções que incubam outros males para além do distanciamento e descaso. Insere-se nelas o sacolejar da consciência patriótica, dos pactos e das leis. O tema questiona a moral e a ética no quotidiano dos indivíduos.

Pela sua acção comparou-se *Swa Gavumend/Swa Mfumo* à personagem de Xiconhoca, muito conhecida entre moçambicanos na decorrência da Primeira República. Mas, o propósito da criação da personagem em causa, embora agregue males idênticos aos das acepções, é diferente. Igualmente, não pode ser corrupção porque a corrupção envolve custo benefício o que para estas acepções nem por isso.

Estas expressões são usadas no dia-a-dia dos moçambicanos. Fazem parte de provérbios no sentido negativo. Elas são a raiz dos males até da própria corrupção. O sarcasmo com que são pronunciadas fazem delas uma arma muito poderosa que têm destruído as economias e desenvolvimento dos Estados. Da mesma forma que suas manifestações são visíveis e conhecidas pela maioria.

Elas são imagem do egocentrismo, do descaso, do desinteresse e do antipatriotismo. Estão associadas a múltiplos esquecimentos do contracto social, do patriotismo, do sentimento de pertença ou de dono da coisa que está delapidando e também do desenvolvimento integrado. Por isso constituem barreira para o comprometimento dos indivíduos e da relação Cidadão/Estado, contudo, a sociedade está, ainda, dando menos importância.

O questionamento crítico às acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* não é um fim em si. Tratou-se de um estímulo para uma compreensão mais ampla de quão devastadoras são estas acepções. É também um encorajamento para uma reflexão contínua sobre as várias acepções cujo fim é molestar o Estado. A metodologia usada ajudou no alcance de alguns resultados como por exemplo, que as expressões não se limitavam ao simples facto de apoderar-se do erário ou bem público. É algo mais intrínseco que dificilmente se encontra na literatura.

Este fenómeno carece de mais estudos porque não foi possível explorar profundamente, mormente, a questão da mensagem implícita nas acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. A pergunta de partida “de que forma as acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* constituem um problema para o Estado? abre vários horizontes e um deles foi este, mas não muito bem explorado. Todavia, a reflexão já foi iniciada.

Quatro pontos relevantes da definição do conceito *Swa Gavumend/Swa Mfumo* foram possíveis captar. O primeiro tem que ver com o que o cidadão no geral devia entender do *Swa Gavumend/Swa Mfumo*. Que as acepções se refiram ao que é de Estado, de todos ou o que é do governo, segundo o que o Contracto Social defende. Um sentido positivo do que pertence ao Estado ou Governo mereça um respeito por parte dos cidadãos e das duas instituições já referidas. Todavia, as acepções apresentam uma ambiguidade de tal forma que elas deixam também um outro entendimento. Elas deixam transparecer um significado prejudicial que acaba sobrepondo-se ao primeiro. Refere-se ao distanciamento que o verbo “swa”=é/são significa no seu sentido literal. Este verbo que ao mesmo tempo constitui um prefixo remete ao que não pertence ao indivíduo que usa a acepção. Neste caso ao que pertence ao Estado.

O segundo, igualmente demonstra o distanciamento e descaso, entretanto, no sentido da inexistência do dono. Diz-se *Swa Gavumend/Swa Mfumo* no sentido da hipotética inexistência destas entidades. Refere-se àquilo que pertence a ninguém e ainda, que qualquer um pode tomar de forma leviana e gratuita. Por exemplo, uma fonte de água pública hipoteticamente tomada sem dono, e por ser de ninguém o cidadão tira água não só para beber o suficiente, controlar a pressão da água para que esta não se desperdice, ainda pode deixar a fonte aberta jorrando água por esta ser de graça.

O terceiro conceito apresenta o indivíduo a se autodenominar Estado ou Governo e, portanto, com deveres e direitos misturados. Em que ele é o poder em si. Tem poder de fazer e escolher o que lhe apraz. Reinam, no espírito desta autodenominação, o nepotismo e o uso exacerbado do poder.

E no quarto conceito *Swa Gavumend/Swa Mfumo* designa “Eles” e como no primeiro ele/eles não estão para ver o que acontece com seu bem deixado a mercê do cidadão. Neste ponto, as asserções são outras. Tanto o governante e os governados sofrem diante do cidadão que os toma como aqueles com “recursos inesgotáveis”. Segundo este indivíduo os donos/eles nunca sentirão o máximo de dor mesmo que lhes tire tais recursos. A maior parte dos cidadãos enveredam por este conceito e os deixa confortáveis sem remorsos.

Todavia, as quatro percepções de *Swa Gavumend/Swa Mfumo* confirmam como o cidadão se sente fora do jogo da gestão do bem comum relegando suas responsabilidades a outrem ou a uma entidade sem rosto, uma entidade sobrenatural que nunca o faria nenhum mal pela sua atitude. A ideia é de que o que é do Governo/Estado não esgota, não faz falta a estas instituições mesmo que o bem seja do seu vizinho, este irá adquirir outro. Portanto, é uma atitude que extravasa certos limites. Extrapola a objectividade para uma questão mais ampla da subjectivação. É um desafio para a sua percepção.

As acepções *Swa Gavumend* ou *Swa Mfumo* estão enraizadas de tal forma que roçam a esfera Sócio-Cultural, Político-Económico do país. São habitualmente usadas e descrevem o Estado como uma instituição totalmente abstracta, em que todos seus constituintes não se sentem como tal. Quando se diz “swa” está-se diante de ninguém, de algo gratuita.

As manifestações destas acepções são de domínio público e privado que colocam o bem comum em questão. É importante ainda que questões de valores morais e éticos sejam incluídos e obrigatórios nas instituições sejam elas, públicas ou privadas. Que os mesmos sejam guião na sociedade mormente para nos governantes e governantes como cidadãos, fundamentados na obediência a costumes, hábitos aprimorando o carácter.

Os cidadãos foram, a partir desta reflexão, se consciencializando que as expressões de que falam quotidianamente já são alvo de estudo por constituir um problema para o país. Portanto, as acepções constituem um desafio às políticas. Os cidadãos mostram-se descontentes e frustrados com a burocracia e comportamento de alguns governantes. Estão ainda revoltados com o facto de o Estado se parecer com algum partido. Isso faz com que sintam a necessidade de abraçar ou de se apartar tal como acontece com votar ou não em um partido. Estes cidadãos ignoram o Estado como se ignorassem um certo partido. Se sentem excluídos e, portanto, poucas ou nunca participam das datas celebrativas do Estado. Esta confusão vem se acentuando cada vez e eles culpam a falta de aproximação entre Estado/Cidadão.

As acepções deixaram transparecer uma desconfiança política, uma querela de quem pode mais com coisa pública. A mesma tem que ver com a má gestão da mesma e da não divisão equitativa dos recursos. Os cidadãos entendem que enquanto for político, dirigente, seja qual for a hierarquia a coisa pública é delapidada e os recursos se concentram num grupo de pessoas. Dai a necessidade de também se apoderar do que estiver a seu alcance pois ninguém está aí para o que está sucedendo. O slogan da Primeira República, Unidade, Trabalho e Vigilância caiu em desuso. Não há mais Unidade entre cidadãos. Já ninguém se preocupa em trabalhar seriamente muito menos, ninguém vigia a ninguém e o Estado fica refém dos apetites alheios.

O multipartidarismo é tomado por alguns como um bem, mas também “um erro” pela forma como os moçambicanos lidam com ele. As alas e as cores partidárias, têm sido, terrenos férteis para *Swa Gavumend/Swa Mfumo* que se resume no distanciamento, descaso e ausência do sentimento de pertença ao Estado. O comprometimento com a causa nacional/patriótico reduziu. Os cidadãos passaram a dar importância apenas ao 1º de Maio e isso é justificado pelas enchentes nesta data em relação às outras datas patrióticas. Não mais se memoriza as datas acionais muito menos seu significado e sua importância.

A Constituição e outras leis são pouco dominados, sendo confrontados quando algo de errado sucede com os indivíduos. O nacionalismo está fracassando diante das acepções *Swa*

Gavumend/Swa Mfumo. Suas asserções são claras em relação à falta de compromisso com Estado. O contracto social encontra aqui um obstáculo. Do obstáculo, tanto o Estado quanto o cidadão, sofrem com as consequências. Enquanto os custos com materiais desperdiçados, desviados tendem a subir, na mesma proporcionalidade, o desemprego, a diminuição da capacidade de resposta do Estado aos ensejos do povo. Igualmente ficam reduzidas as esperanças dos cidadãos verem seus direitos resguardados como seus salários acrescidos na percentagem desejada, porque o Estado passa maior parte de sua agenda procurando repor os danos consequentes das acepções.

Há uma relação entre estas acepções com o subdesenvolvimento do país. As acepções empobrecem os locais onde suas acções se manifestam. Não pode haver desenvolvimento enquanto os cidadãos continuarem procedendo de forma ignorante os objectivos do Estado ao qual eles fazem parte. Os cidadãos ambicionam o poder. São movidos pela sua fraca qualidade comportamental, pela ganância e ganho de vantagens pessoais gratuitos. Pela forma como o Estado se apresenta diante dos cidadãos mostra uma desvalorização de certas profissões em detrimento de cargos, representações partidárias etc. E enquanto não poder ascender os esses cargos, os que se sentem distantes do poder vão delapidando a coisa pública de onde estiverem.

O Estado é tomado como o único responsável pelo desenvolvimento e por outras tarefas cuja cidadão se distancia delas. O desleixo, desperdício, desvio de bens nas instituições não tem somente e só o factor ignorância como também é algo muito mais que propositado. O mesmo se pode afirmar em relação ao Contracto Social. Os cidadãos não querem se ver fora do pacto/do Estado. Não imaginam suas vidas distantes dos ganhos já adquiridos.

Contudo, as pessoas se tornaram incessíveis e imunes ao medo e respeito pelo Estado, Governo e suas instituições estimulados pelas trapaças que seus governantes fazem à luz do dia. Reconhecem que contribuem em impostos que se revertem em algo que a posterior pertence a todos. Todavia, não sentem esse algo os pertencer de forma particular, de forma a granjear seu respeito. Para o cidadão comum, que não presta serviços directos ao Estado, que vive de seus biscates, o Estado não lhes diz respeito e nem se quer sabe que participa de alguma forma com impostos ou que devia participar. Apenas vive alheio ao Estado e a tudo o que dele se tratar. Por isso, o *ownership* e sentimento de pertença não fazem parte do seu vocabulário.

Da reflexão também não passaram despercebidos alguns pontos apontados como parte do problema de o estudo, não obstante terem merecido atenção no questionário. Tal ponto tem que ver com a corrida galopante de muitos funcionários a continuação de estudos, principalmente a níveis superiores. A prior não parece ofensivo. Porém, esta aderência não é acompanhada da busca de conhecimento, de preparo cognitivo que melhore os debates intelectuais capazes de resolver problemas que apoquentam o país. Não existe nos cidadãos o interesse de cultivar a inteligência, de buscar a apreensão das matérias ministradas, a preocupação em ter conhecimento. Igualmente

não há vontade, por parte dos ministradores das matérias escolares, de passá-las de forma voluntária a quem procura pelo conhecimento. Aliado a este problema está a proliferação de estabelecimentos de ensino/formação que não se preocupam realmente com os fins do Estado não obstante este ser o maior empregador da mão de obra formada nesses estabelecimentos. Aliás, muitos abrem estes estabelecimentos meramente pelo negócio. E algumas pessoas que procuram continuar com seus estudos, fazem-na simplesmente para obtenção do certificado, o papel que o Estado tanto estima e preza para disponibilização dos salários. Portanto, muitos correm atrás deste papel que lhes dará benefícios pecuniários pessoais e não tecnocráticos pessoais e colectivos. O nível plasmado no papel muitas das vezes não corresponde ao conhecimento teórico e prático.

Actualmente verifica-se no seio das instituições do Estado escândalos relacionados com fraca formação de seus quadros. Estes têm demonstrado pouco conhecimento científico que lhes ajude na realização de suas tarefas com tecnocracia, na resolução de problemas senão contribuindo para o enfraquecimento do Estado. Os certificados são usados para obtenção de melhores salários. Estes problemas não só se verificam no seio do cidadão comum como também entre os detentores de cargos. Para se atingir certos cargos, alguns chegam a falsificar documentos. Igualmente, os que deviam leccionar e monitorar os programas de ensino desleixadamente, estão apenas preocupados com o quanto terá na sua conta bancária e não com quantos estudantes sairão da sua aula munidos de conhecimento, o que os programas educacionais trarão futuramente que melhore e eleve o Estado

Estes factos todos desembocam num único ponto “*Swa Gavumend/Swa Mfumo*”. Todos vêem o Estado como algo abstracto, um local de boladas de tirar máximo proveito possível. O individualismo e o egoísmo têm ganho espaço. Para estas pessoas tanto faz, pois eles não se assumem e nem se sentem como parte da resolução dos problemas do Estado, não se importam porque afinal estão ali por pouco tempo, ou seja, no fim a reforma chega e seu vínculo com o Estado cessa. Entendem não ganharem nada usando seu conhecimento para o bem da colectividade e por tratar coisa pública com esmero. Afirmam: “a gente vai e o trabalho fica e nada ganho com isto” e ainda “porque sofrer se nada ganho com isto, não matei ninguém”. Todavia, os mesmos cidadãos, quando prestam um serviço idêntico num privado fazem-no com perfeição, cuidado e atenção necessária aplicando todo o seu intelecto, não obstante serem funcionários vinculados no Estado e contratados no privado.

Portanto, os cidadãos não se revêm como parte do Estado. Desconhecem seu papel como parte integrante dos processos governativos. Tudo o que é do Estado não tem merecido devido tratamento e nenhum esforço é empreendido para sua defesa. O que é do Estado não é digno de respeito e de algum tratamento ético-moral. A falta de educação cívico-moral, de consciencialização mútua aliadas à indiferença diante das normas espevitam cada vez a

inaccessibilidade dos cidadãos diante duma dor colectiva, expondo o vilipêndio arquivado no seu inconsciente. Nos últimos anos os cidadãos apenas participam das reuniões ou encontros colectivos onde devia se discutir problemas e expor soluções sob pressão e não de forma voluntária e consciente por motivos já referidos.

Há necessidade de revitalização das leis, políticas sociais e sua divulgação acompanhada de fiscalização. Mais do que isso, uma necessidade urgente da reconstrução, renovação do Contracto Social ou ainda um novo Contracto Social à esteira do que Rousseau defende, porém à maneira moçambicana. Um neocontratualismo que saia de um consenso de ambos Cidadão/Estado. Há também uma necessidade de descentralização de algumas tarefas para as estruturas locais- espécie de policiamento das mentes dos cidadãos. Uma lei, decreto, norma, estratégia ou programa deve ser pensada a partir de decisões políticas ou acções que visem garantir os direitos sociais dos prejudicados e deveres para os prevaricadores porque as Políticas Públicas são direccionadas para a satisfação dos direitos ou necessidades dos cidadãos ou grupos específicos de cidadãos tal é o caso do assunto aqui apresentado. Todavia, essas metodologias precisam contar com o apoio das lideranças e a conscientização dos cidadãos, para que sejam correctamente implementadas.

A implementação, nos programas educacionais, de uma disciplina sobre a Cidadania, ou Cidadania e Desenvolvimento é uma sugestão que merece mais atenção para que se inculcar, logo na tenra idade dos moçambicanos, atitudes e comportamentos de diálogo, de respeito pelos outros e principalmente pelo bem comum. A disciplina de ética e deontologia profissional que também seja implementada em todos os níveis e revitalizada sempre nas instituições públicas e privadas. O Desenvolvimento também depende da boa conduta dos cidadãos. Esta disciplina ajudará a alicerçar os modos de estar em sociedade (as crianças, ainda na pré-escola, os cidadãos comuns quanto funcionários em diversas áreas e políticos, estes tidos como insensíveis com problemas sociais) que tenham como referência os direitos humanos mormente os valores da igualdade, da democracia e da justiça social e ainda o respeito da coisa pública, pelos símbolos pátrios e desenvolver o patriotismo. A introdução desta disciplina nos programas educacionais, sua disseminação em diversas esferas da sociedade minimizaria o problema aqui levantado e o Estado, a coisa pública e o cidadão sairiam ganhando e consigo o desenvolvimento integrado.

É importante também que os encontros com as lideranças, as reuniões e celebrações que envolvem os cidadãos no seu todo sejam mais patrióticos que partidários. Igualmente, os discursos dos representantes do povo sejam em benefício do Estado, que alimentem pertencimento e comprometimento ao Estado. Que a política não seja usada para torturar o cidadão, mas sim para servir os interesses de todos. A valorização do cidadão e sua integração em todos os processos sociais sejam económicos, políticos, patrióticos, educacionais, também diminuiriam o

distanciamento e o descaso que este sente do Estado. O cidadão precisa sentir-se dono da coisa pública também para que lhe dê o respeito e venere o Estado tanto quanto venera sua propriedade individual.

Os entraves e desafios colocados pelo conceito *Swa Gavumend/Swa Mfumo* são demasiados gigantescos, complexos e interessantes e por isso, este tema carece de um estudo mais aprofundado em futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes Escritas

- Aguirre, A. M. (2008). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: Desafios e Dificuldades em sua elaboração. Em M. L. Iara Coelho Zito Guerreiro, & F. Zicker, *Ética nas Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais na Saúde* (pp. 206-222). São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores.
- Aistóteles. (sd). *A Política*.
- Almeida, R. d. (2016). Estudo de Caso: foco temático e diversidade metodológica. Em Sesc (Ed.), *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo* (pp. 60-72). S. Paulo: CEBRAP.
- Alves-Mazzotti, A. J. (Set/Dez de 2006). Usos e Abusos dos Estudos de Caso. 36. (C. d. Pesquisa, Ed.)
- Amaral, D. F. (2013). *Historia das Ideias Politicas* (11 ed., Vol. 1).
- Barbosa, A., Haanstra, F., Ibrahim, M., & Talaquichande, M. L. (2017). *A Sexta Edição das Normas APA*. Nampula: FEC/UCM.
- Bastos, A. V. (Sd). O Conceito de Comprometimento-sua Natureza e Papel nas Explicações do Comportamento Humano no Trabalho. pp. 77-106. Obtido em 03 de Julho de 2024
- Bastos, C. R. (1995). *Curso de Teoria do Estado e Ciência Política* (3a Ed. ed.). São Paulo: Saraiva. Obtido em 03 de Julho de 2024
- Bianchi, Á. (2014). O Conceito De Estado Em Max Weber. pp. 79-104,.
- Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. (1998). *Dicionário de Política* (11 ed., Vol. 1). Brasília: UNB.
- Bonavides, P. (2000). *Ciencia Política* (10 ed.). Malheiros.
- Borges, A. G. (Abr./Jun. de 1993). O Controle Jurisdicional da Administração Pública. *R. Dir. Adm*(192), pp. 49-60. Obtido em 24 de Junho de 2024
- Brito, L. d. (2017). *Agora eles têm medo de nós! – Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em*. Maputo: IESE.
- Brito, L. d. (2019). *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*. Maputo: IESE.
- Bucci, M. P. (1997). *Políticas Públicas e Direito Administrativo*. Brasília.
- Canastra, F., Haanstra, F., & Vilanculos, M. (2015). *Manual de Investigação Científica da Universidade Católica de Moçambique*. Beira: Universidade Católica de Moçambique.
- Castel-Branco, C. N. (2011). Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership. *Cadernos IESE” Edição do Conselho Científico do IESE* .
- Castro, T. (2012). *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: FUNAG.

- Constituição da República Moçambique, C. (22 de Dezembro de 2004). Constituição da República de Moçambique. Maputo, Maputo, Moçambique: Imprensa Nacional.
- Costa, A. L. (19-23 de Outubro de 2015). Desconfiança e Desinteresse Político no Sul do Brasil: Percepções da Juventude em Relação à Política. (c. d. Vale, Ed.) *Redes Sociais: Conexões que Transformam*, p. 1. Obtido em Agosto de 2024
- Costa, M. I., & Ianni, A. M. (2018). O conceito de cidadania. *Individualização, cidadania e inclusão*.
- Cuco, A. F. (2021). *Democracia e Outras Coisas de Moçambique*. ethale Publishing.
- Demo, P. (1985). *Introdução à Metodologia da Ciência*. São Paulo : Atlas.
- Dias, R., & Matos, F. (sd). *Políticas Públicas. Princípios, propósitos e processos*. sl: atlas.
- Flick, U. (2013). *Introdução à Metodologia de Pesquisa: Um guia para iniciantes*. Porto Alegre: Penso.
- Foucault, M. (2007). *Microfísica do Poder*. (R. Machado, Trad.) Obtido em 06 de Maio de 2024, de www.nodo50.org
- Foucault, M. (2010). O cuidado com a verdade. Em *Ditos & Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Gil, A. C. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. Sao Paulo: Atlas S.a.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. (6 ed.). Sao Paulo: Atlas.
- Gray, D. E. (2016). *Pesquisa no Mundo Real*. Penso Editora. Obtido em 25 de Agosto de 2024, de <https://www.academia.edu>>Livro_Pesquisa_no_Mundo_Real_David_E_Gray
- Heidmann, F. G., & Salm, J. F. (2009). *Políticas Públicas e Desenvolvimento: Bases Epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: UnB. Obtido em 20 de Maio de 2023
- Hobbes, T. (1651). *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico Civil*. (J. P. Monteiro, & M. B. da Silva, Trads.)
- Hofling, E. d. (Novembro de 2001). Estado e Políticas (Públicas) Sociais. (a. X. Cadernos Cedes, Ed.) (55,), pp. 30-41.
- INE, I. N. (Abril de 2022). *Estatísticas do Distrito de Chongoene*. Obtido de www.ine.gov.mz: <https://www.gaza.gov.mz>>por>Ver-Meu-Distrito>Chongoene>Perfil-do-Distrito
- Isuani, E. A. (Janeiro/Abril de 1984). Três Enfoques sobre o Conceito de Estado. 35-48. Rio de Janeiro. Obtido em 10 de Dezembro de 2022
- Jacobi, P. R. (2000). Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania.
- Linzmeier, S. V. (Junho-Dezembro de 2007). O Comprometimento Organizacional- Percepção da Gestão de Pessoas. (R. grifos, Ed.) *16(22/23)*, pp. 243-256. Obtido de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=572967114002>

- Macamo, E. (2022). *Sociologia Prática- Como os Sociólogos pensam o Desenvolvimento*. Maputo: UEM.
- Machel, S. (1980). *Desalojemos o Inimigo interno do nosso Aparelho do Estado*. (C. P. Ordem, Ed.) Maputo: Partido Frelimo.
- Marques, E. A. (2006). Política Pública Como Campo Multidisciplinar. (SciELO, Ed.) Obtido em 24 de Julho de 2024
- Maxwell, J. A. (2012). Qualitative Research Design : An Interactive Approach. *CHAPTER 7 Designing a Qualitative Study*, pp. 214-248.
- Meihy, J. C., & Holanda, F. (2015). *História oral: com o fazer, com o pensar* (2 ed.). São Paulo: Contexto.
- Menezes, M. P. (2019). O fantasma do 'inimigo' na construção do projeto identitário em Moçambique. Em U. F. Letras, *Da Descolonização ao Pós-colonialismo: Perspetivas pluridisciplinares* (pp. 159-176). Porto: Porto.
- Minayo, M. C., Deslandes, S. F., Neto, O. C., & Gomes, R. (2002). *Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Mora, J. F. (1978). *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Morais, A. d., & Moraes, A. P. (Julho de 2014). O Distanciamento dos Órgãos Públicos em Relação à Sociedade. (R. C. ITPAC, Ed.) 7(3), p. sp. Obtido em 1 de Julho de 2024
- Moreira, A. (2012). *Ciência Política*. Coimbra: Almedina.
- Ngoenha, S. E. (2015). *Terceira Questão*. Maputo: UDM (Universidade Técnica de Moçambique).
- Ngoenha, S., & Castiano, J. (2019). *Manifesto por uma Terceira Via*. Maputo: Real Design.
- Nhumaio, A. M. (2019). Fundamentos do Rigorismo Semântico em Gottlob Frege & Ludwig Wittgenstein Do Tractatus - Aritmetização & Logicização da Linguagem. *Dissertação de Mestrado em Educação/ Ensino de Filosofia*. Maputo: Universidade Pedagógica de Maputo.
- Palassi, M. P., & Silva, A. R. (2014). A Dinâmica do significado do Trabalho na Iminência de uma Privatização. pp. 47-62. doi:DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2014v16n38p47>
- Palhano, R. (2017). *A Produção da Coisa Pública. Serviços Públicos e Cidadania na República Ludovicense* (2 ed., Vol. III). (Engenho, Ed.) Sao Luis, Brasil: Biblioteca Básica Maranhense. Obtido em 18 de Agosto de 2021
- Passaes, F. M., Passaes, M. F., Limer, M. E., Alonso, M. M., Marques, R., & Feitosa, S. (sd). Estado, Governo e Administração Pública. Obtido em 13 de Novembro de 2023
- Pedone, L. (1986). *Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas*. Brasília: FUNCEP.
- Pinheiro, E. (sd). *Dicionário da Língua Portuguesa*. INLD.

- Rodney, W. (1975). *Como a Europa Subdesenvolveu a África*. Lisboa.
- Rodrigues, M. A. (2010). *Políticas Públicas*. São Paulo: PubliFolha.
- Santos, A. S., & Souza, P. V. (Dezembro de 2022). O Distanciamento entre o Judiciário e a Sociedade: A Necessidade de uma Revolução Democrática de Acesso à Justiça. (R. D. PÚBLICO, Ed.) *17*(3), pp. 104-126. doi:10.5433/24157-108104-1.2022v17n3p. 104
- Schmidt, M. L. (2008). Aspectos Éticos nas Pesquisas Qualitativas. Em I. C. Guierriero, & M. L. Schmidt, *Ética nas Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais na Saúde* (pp. 44-53). São Paulo: Aderaldo & Rothschild.
- Seabra, J. P. (1 de Maio de 2023). De que forma o sentimento de Pertença afeta a produtividade dos colaboradores? Obtido em Agosto de 2024, de pt.linkedin.com
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, G. P. (2018). *Desenho de Uma Pesquisa*. Brasília: Enap.
- Silva, L. F., & Russo, R. d. (Jan/Abr de 2019). Aplicação de entrevistas em pesquisa qualitativa. *10*(1), p. 6. doi:<https://doi.org/10.5585/Gep.v10i1.13285>
- Sitoe, B. (1996). *Dicionário Changana-Português*. Maputo: Instituto de Desenvolvimento da Educação.
- Sousa, F. d. (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. Santa Maria da Feira: Afrontamento.
- Tavares, R. C. (19 de Jan/jun de 2014). O sentimento de pertencimento social como um direito universal. (I. 1.-8. Cad. de Pesq. Interdisc. em Ci-s. Hum-s., Ed.) *15*(106), pp. 179-201. Obtido em Julho de 2024, de <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8951.2014v15n106p179>
- Trivinhões, A. N. (2006). *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa A Pesquisa Qualitativa em Educação- o positivismo, a fenomenologia, o marxismo*. São Paulo: Atlas.
- Universidade Católica de Moçambique, U. (18 de 10 de 2017). Regulamento Geral da UCM. Beira: UCM.
- Valle, E. (2002). Conversão: da noção teórica ao instrumento de pesquisa. *Revista de Estudos da Religião*(2), pp. 51-73. Obtido em Agosto de 2024, de http://www.pucsp.br/rever/rv2_2002/p_valle.pdf
- Vasques, A. C. (2006). Ações desumanas do Estado transgressor: o custo do descaso para a sociedade. (A. d. Discente, Ed.) pp. 125-136. Obtido em Maio de 2024
- Weber, M. (2004). *Economia e Sociedade, Fundamentos da Sociologia Compreensiva* (Vol. 2). São Paulo: UnB.
- Wood, D. d. (2013). *A Construção do Regime Internacional de Combate à Corrupção: O Papel da OCDE*. Goiás: Pontifícia Universidade Católica. Obtido em Maio de 2024
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos* (2a ed.). (D. Grassi, Trad.) Porto Alegre: Bookman.

Yin, R. K. (2005). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos* (3a ed.). (D. Grassi, Trad.) Porto Alegre: Bookman.

2. Fontes Orais

Participantes

- P1. Joana Dias, Funcionária Pública, entrevistada a 22/08/2024, Cidade de Xai-Xai
- P2. Célio Matavele, Funcionário Público, entrevistado a 22/08/2024, Cidade de Xai-Xai
- P3. Jaime Baythi Cumbe, Funcionário Público, entrevistado a 22/08/2024, Cidade de Xai-Xai
- P4. Custódio António Zitha, Funcionário Público, entrevistado a 22/08/2024, Cidade de Xai-Xai
- P5. Anónimo, Cidadão Comum, entrevistado a 22/08/2024, Distrito de Xai-Xai
- P6. Hortência Chefe de Quarteirão, entrevistada, a 22/08/2024, Cidade de Xai-Xai
- P7. Salmina J. Balate, chefe de Bloco, entrevistada a 22/08/2024, Cidade de Xai-Xai
- P8. Flora B. Balane, Cidadã Comum, entrevistada a 22/08/2024, Cidade de Xai-Xai
- P9. Atália Cumbe, Cidadã Comum, entrevistada a 22/08/2024, Cidade de Xai-Xai
- P10. Matias Mavimbele, Cidadão Comum, entrevistado a 22/08/2024, Cidade de Xai-Xai
- P11. Anónimo, entrevistado a 23/08/2024, Cidade de Xai-Xai
- P12. Cidadã Comum, entrevistada a 22/08/2024, Cidade de Xai-Xai
- P13. Anónimo, Funcionário Público, entrevistado a 23/08/2024, Cidade de Xai-Xai
- P14. Helena Mutisse, Cidadã Comum, entrevistada a 24/08/2024, Cidade de Xai-Xai
- P15. Anónimo, Funcionário Público, entrevistado a 26/08/2024, Distrito de Xai-Xai
- P16. Anónimo, Funcionário Público, entrevistado a 28/08/2024, Distrito de Xai-Xai
- P17. Anónimo, Funcionário Público, entrevistado a 28/08/2024, Distrito de Xai-Xai
- P18. Zandamela, Funcionário Público, entrevistado, a 28/08/2024, Distrito de Xai-Xai
- P19. Luísa, Funcionária Pública, entrevistada, a 28/08/2024, Distrito de Xai-Xai
- P20. Anónima, Funcionária Pública, entrevistada a 28/08/202, Distrito de Xai-Xai
- P21. Joanhina Cossa, Funcionária Pública, entrevistada a 29/08/2024, Cidade de Xai-Xai
- P22. Anónima, Funcionária Pública, entrevistada, a 29/08/2024, Cidade de Xai-Xai
- P23. Lina, Cidadã Comum, entrevistado a 29/08/2024, Distrito de Xai-Xai
- P24. João Mário, Cidadão Comum, entrevistado a 29/08/2024, Cidade de Xai-Xai
- P25. Anónimo, Cidadão Comum, entrevistado a 29/08/2024, Cidade de Xai-Xai
- P26. Chissaque, Chefe de Quarteirão, entrevistado a 29/08/2024, Distrito de Chongoene
- P27. Marieta Chirindza, Cidadã Comum, entrevistada a 29/08/2024, Distrito de Chongoene
- P28. Fátima, Cidadã Comum, entrevistada a 29/08/2024, Distrito de Chongoene
- P29. Anónima, Funcionária Pública, entrevistada a 29/08/2024, Distrito de Chongoene
- P30. Anónimo, Funcionário Público, entrevistado a 29/08/2024, Distrito de Chongoene

APÊNDICES

Apêndice- A

Termos de Referência

Objecto e Finalidade

(Nome), estudante (nome da Instituição) pretende realizar seu estudo com o Tema “*Swa Gavumend/ Swa Mfumo: Uma reflexão sobre as acepções que distanciam o cidadão do Estado*” na Cidade de Xai-Xai e Distrito do mesmo nome e no Distrito Chongoene de que V. Excia é digno dirigente. A pesquisa tem como objectivo “Reflectir sobre as acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo* como problema para o Estado”. Por isso, é um convite para a análise das diferentes narrativas sobre expressões que colocam o cidadão distante do Estado com intuito de delapidar o erário público da “Res Publica” através de entrevistas. Os resultados culminarão com a produção de uma dissertação, que caso seja aprovada será transformada em livro posteriormente que contribua nas diferentes áreas quais sejam, académica e social.

Metodologia

Trabalho de campo – entrevista com pelo menos 30 pessoas entre cidadãos comuns, funcionários públicos e privados, dirigentes que ocupam diferentes cargos de destaque nestas áreas seleccionadas para o estudo. Para melhor interacção entrevistador/entrevistado as entrevistas serão gravadas e fielmente transcritas posteriormente salvaguardando intacta a informação. A escolha destas áreas tem que ver com as facilidades para a deslocação e redução do tempo e custos financeiros.

Plano de Trabalho

Local	Actividade	Objectivo	Período	Obs.
Cidade e Distrito de Xai-Xai	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da Credencial e dos termos de referência às Estruturas Locais e marcação das entrevistas • Realização do trabalho de Campo 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar-se e Explicar a essência do Estudo • Fazer Entrevista sobre o tema através do questionário a Dirigentes e aos cidadãos seleccionados aleatoriamente 	De 20 de Agosto a – 30 de Agosto de 2024	
Chongoene				

Xai-Xai, ____ de 2024

Apêndice– B

Requerimento de Pedido de autorização da realização de Entrevista dentro da Instituição

Exmo/a. _____

Nome da requerente _____ estudante do curso _____ na Universidade Católica de Moçambique (UCM) pretendendo recolher dados através de entrevistas para a preparação de sua Dissertação com o tema “*Swa Gavumend/ Swa Mfumo: Uma reflexão sobre as aceções que distanciam o cidadão do Estado*” cujo credencial e termo de referência estão em anexo, vem mui respeitosamente solicitar à V. Excia se digne autorizar proceder com entrevistas a alguns funcionários da Instituição de que V. Excia é digno dirigente, pelo que espera ansiosamente a atenção e consideração que V. Excia dará ao pedido

Xai-Xai, ___/de _____ de 2024

(Assinatura)

Apêndice – C

Documento de Consentimento de prestar a entrevista e Permissão de seu uso por terceiros

Consentimento

Destinatário,

Eu,³⁴, declaro para os devidos fins acadêmicos que cedo os direitos de minha entrevista, gravada³⁵ usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros ouvi-la e usar citações a bem da ciência, ficando vinculado o controle à (____), que tem a guarda da mesma.

³⁴ Nome, cargo/função/profissão, documento de identidade

³⁵ data para entidade e pessoas

Apêndice -D

Roteiro de entrevistas semiestruturadas**Guião de Entrevista para colher dados sobre o uso das acepções *Swa Gavumend/Swa Mfumo***

Esta entrevista visa recolher informação para uma reflexão em relação as narrativas ou acepções *Swa Gavumend/ Swa Mfumoseus* frequentemente usadas no quotidiano pelos cidadãos para se distanciarem do Estado. Da reflexão avaliar-se-á também o seu impacto para a Sociedade.

Aceita prestar a entrevista? Sim ____/Não ____ . Em caso de sim – prossegue-se

Nome _____

Sexo: M F

Residência _____ Profissão _____ Cargo que Ocupa _____

1. Alguma vez ouviu falar de *Swa Gavumend /Swa Mfumo*? Ou *swa mayene/swa hofu* ou algo parecido?
2. O que significa?
3. Para si quem é *Gavumend/mfumo*?
4. Porquê as pessoas usam estas expressões?
5. Que mensagem se pretende deixar com estas expressões?
6. Sente-se parte do *Gavumend/ mfumo*?
7. Porquê as pessoas se excluem/distanciam do Estado?
8. Porque não se verifica a afluência dos cidadãos nas datas comemorativas do Estado terá a ver com as acepções?
9. De onde vêm, na sua opinião, as receitas estatais/governamentais?
10. Como estas expressões podem afectar o Estado e o cidadão?
11. Como se sentiria se alguém usasse as expressões enquanto se apodera de algo seu?
12. Na sua opinião, como se pode desenraizar as expressões e as atitudes dos cidadãos diante da coisa pública?

Entrevista de _____ / _____ / _____ 2024

Apêndice -E

Participantes da Pesquisa/ Fontes Orais

Tabela 1 (P).....Participantes entrevistados em diferentes locais das zonas delimitadas

Extracto Social	Participantes	Local de Entrevista e período (Agosto)
Funcionários Públicos	14	Serviço Distrital de Educação de Chongoene
		Escola Primária 7 de Outubro Xai-Xai
		Escola Secundária Joaquim Chissano
		Serviços Provinciais das Alfândegas
		Delegação do Balcão de Atendimento Único (BAÚ)
		Serviços Distritais de Planeamento e Infra-Estruturas
		Instituto de Investigação Sócio-Cultural -ARPAC
		Direcção Provincial da Juventude e Emprego Xai-Xai
		Serviço Provincial de Economia e Finanças
Dirigentes e outras Estruturas	4	Cidade e Distrito de Xai-Xai
		Distrito de Chongoene
Cidadãos Comuns (não assalariados, estudantes, pedreiros, fotógrafos, cobradores e motoristas de “minibus” vulgo chapeiros, agricultores, mecânicos entre outros que vivem de biscates) e	12	Mercado Limpopo
		Patrice Lumumba Xai-Xai
		Av. Joaquim Chissano Xai-Xai
		Estrada da Praia
		Bairro de Chilaulene
		Localidade de Zimilene
		Paragem 5 e Nova Entrada Chongoene
		Universidade São Tomás de Moçambique (USTM)
		Praça dos Heróis Xai-Xai e terminais dos Transportes Semi-colectivos na Cidade de Xai-Xai
Colégio 20 de Julho Xai-Xai		
Total	30	

Fonte- Autora (2024)

ANEXOS